

FRAIBURGO

uso comum e apropriação privada da terra

(DÉCADAS DE 1920 A 1950)

MARLON BRANDT



Fraiburgo:

uso comum e apropriação privada
da terra (décadas de 1920 a 1950)

Marlon Brandt

Fraiburgo:

uso comum e apropriação privada
da terra (décadas de 1920 a 1950)

Copyright © Marlon Brandt

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Marlon Brandt

Fraiburgo: uso comum e apropriação privada da terra (décadas de 1920 a 1950). São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 195p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-2186-1 [Impresso]

978-65-265-2187-8 [Digital]

1. Caboclos. 2. Uso comum da terra. 3. Colonização. 4. Exploração madeireira. I. Título.

CDD – 370

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828

Revisão: Hanne Raffaella Tuek Lúcio Krempi

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patricia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

Prefácio

Formas tradicionais de uso comum da terra têm sido frequentes no Brasil e em Santa Catarina desde os tempos coloniais. No entanto, sempre estiveram dominadas por forte invisibilização por parte da historiografia e legislação formal/oficial. Isto possivelmente pelo fato da maioria das populações usuárias serem de origem modesta, compostos predominantemente por posseiros ou ocupantes, sem a configuração da propriedade no *strictu sensu* a que o termo se refere.

Por outro lado, as formas de uso comum nunca foram propriamente homogêneas em sua configuração. O que se observa são diferentes formas de usos e apropriação em comum da terra e demais bens naturais, em diferentes situações, contextos e tempos. Tempos que refletem as constantes transformações em termos gerais da sociedade e economia nacional/mundial, mas refletem também a sociedade, economia e cultura nacional, regional e local ao nível mais específico do uso comum da terra, que é aqui o tema central desenvolvido pelo autor.

Em Santa Catarina, as formas de uso comum da terra igualmente têm se mostrado bastante heterogêneas, sendo isso visível tanto em termos físico geográficos, quanto em relação à formação e dinâmica social/econômica de cada região. Assim, apesar das diferenças reinantes no território catarinense quanto à ocupação do espaço, desenvolvimento de atividades produtivas, e utilização dos bens naturais, a existência de terras de uso comum está presente em diferentes realidades, como em áreas de pequena produção do litoral ou, em espaços dominados por grandes propriedades e/ou mono-economias voltadas ao abastecimento externo, como o gado e a erva mate.

Tais economias estão ligadas a formas de ocupação da terra que originariamente tem gênese no processo de distribuição de sesmarias por parte da Coroa lusa, o que acaba por engendrar as

grandes propriedades do Planalto e suas oligarquias locais/regionais.

Mas nem toda a terra, nem todos os bens naturais foram dominados pelos proprietários legais, seja por desconhecimento, desuso ou mesmo abandono. Por conseguinte, como ocorrera em inúmeras áreas pelo país afora, uma considerável população não inserida no processo de acesso à propriedade fundiária, passa a usufruir a terra e natureza em geral a margem do contexto oficial de propriedade, através da posse, ocupação pura e simples, ou simplesmente através do uso comum, sem muita preocupação quanto ao sentido de propriedade.

Isto se torna claro entre grande parte da população cabocla do Planalto Catarinense originária da miscigenação do elemento luso, indígena e africano, que se utilizaram em comum de terras e outros bens naturais até a altura da década de 1940, quando o processo de transformação sócio-espacial regional se aprofunda à medida que as relações sociais e de produção capitalistas se tornam dominantes por toda a região.

Tomando o exemplo de Fraiburgo, que se localiza numa área de transição entre o vale do Rio do Peixe, cujo processo de colonização define a pequena propriedade como básica, e o Planalto, de domínio da grande propriedade, Marlon Brandt desenvolve seu trabalho sobre o uso comum e a apropriação da terra ocorrida naquele município, considerando o período entre o Contestado e a colonização da região oeste catarinense e parte do Planalto incentivada pelo Estado e realizada por companhias colonizadoras particulares.

Trata-se de uma excelente análise do processo de ocupação e transformação sócio-espacial do espaço regional, vistos mais genericamente nos capítulos primeiro e segundo, quanto especificamente à questão da existência e caracterização das formas de uso comum que dominaram em Fraiburgo no passado, mas que ainda se faz presente em algumas situações e/ou contextos.

Sua brilhante descrição geo-histórica da inserção do uso comum da terra no contexto geral da economia e sociedade

local/regional no período entre o Contestado e o processo de colonização, nos faz compreender melhor algumas páginas importantes da história de nosso estado, notadamente do Planalto Catarinense em sentido geral e área de Fraiburgo em particular. A ótima descrição é conjugada a uma importante análise dos elementos que caracterizam a formação e dinâmica sócio-espacial regional/local, como o tropeirismo e conseqüente economia do gado, o coronelismo, o processo de colonização, a questão do Contestado, a ação de capitais empresariais como os ligados à economia madeireira e seus reflexos.

Tudo isso acaba por facilitar a compreensão do tema-objeto presente nesta obra que são as formas de uso comum de terras presentes na área de Fraiburgo e região do Planalto. Fica evidente, pelo bom delineamento que o autor dá a obra que, o uso comum de terras não se dá como algo à parte, isolado do contexto geral, mas inserido no mesmo, em que aquelas, não se configuram apenas como um interesse do caboclo usuário, mas também de interesses de classes econômicas e políticas dominantes, já que para estas significaria, entre outras coisas, a garantia de mão-de-obra barata para, por exemplo, proceder à extração e beneficiamento da erva mate, da madeira, etc, e mesmo como possíveis eleitores cativos.

Por sua vez, a minuciosa descrição e análise do uso comum de terras e demais recursos naturais fica evidenciado através de rico material fotográfico, de arquivo e entrevistas, acoplados a bibliografias em geral. Através deles, nos faz ver todo o processo de como se dava o uso comum na região, do qual deriva importante economia ligada à produção suína, já que o porco era o elemento básico no uso comum, criado à solta nas matas mistas e faxinais da região.

O interessante aqui é que em sua análise fica claro, como já mencionamos anteriormente, a inter-relação dos diferentes elementos no processo de formação, dinâmica, transformação e destruição em muitos espaços das terras de uso comum, como também de formas coletivas de relações culturais e de trabalho. Daí a importância de ver para além do Contestado, elemento de suma

importância no processo de transformação social, económica, política regional, já que milhares de pequenos produtores, nomeadamente de origem cabocla, retornam às áreas onde viviam anteriormente e deparam com a impossibilidade do uso comum como o faziam antes visto que as terras haviam sido apropriadas individualmente, seja por colonos pequenos produtores provenientes do Rio Grande do Sul e trazidos por companhias colonizadoras, seja pelas oligarquias, grandes proprietários, etc, mostrando a nova face a qual a região se inseria, no rápido processo de expansão e domínio das relações de produção capitalistas.

Marlon Brandt tem ainda o mérito de perceber que a forma de uso comum existente no Planalto Catarinense, que embora tenha elementos muito parecidos ao ocorrido na região de planalto do centro-sul paranaense, genericamente conhecidos por faxinais, possuem conteúdos que os diferenciam, apesar de que a contiguidade geográfica possa também evidenciar a presença de faxinais no lado catarinense, algo ainda a se estudar. Sendo básico o fato de os faxinais, além de serem de propriedade dos usuários, cujo uso comum caracterizando-se como um certo tipo de compáscuo, o criatório comum é cercado em todo o seu perímetro, enquanto as áreas de produção agrícolas individuais são abertas. No Planalto Catarinense, ao contrário, são as áreas agrícolas individuais fechadas e os espaços de criação abertos ao uso comum, sem que necessariamente sejam identificadas como compáscuo, pois, muitas delas, eram partes integrantes de terras devolutas, sem uma definição jurídica clara.

Cabe por fim ressaltar que estudos como este são de extrema importância para o enriquecimento e expansão dos conhecimentos acerca da geografia e história de Santa Catarina. Além do que, dá um novo alento ao desenvolvimento de trabalhos, em nosso estado, que evidenciem a memória, hábitos, costumes e ações, de povos e comunidades tradicionais, como é o caso das populações caboclas do Planalto Catarinense, num momento em que o próprio governo federal reconhece a importância destes e de suas formas próprias de organização social através do Decreto nº 6.040 de 7 de Fevereiro

de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Nazareno José de Campos
Professor do Departamento de Geociências da
Universidade Federal de Santa Catarina

Sumário

Introdução	13
1. Povoamento, uso e acesso à terra e aos recursos naturais em comum	21
1.1 Jesuítas, bandeirantes e tropeiros	22
1.2 Interiorização do povoamento	26
1.3 Sitiantes às margens das fazendas pastoris	37
1.4 “Paisagem cabocla”: uso comum da terra na criação de porcos	47
2. Apropriação/expropriação de terras	63
2.1 O coronelismo no planalto catarinense	64
2.2 Precarização do acesso e uso da terra	69
2.3 A questão de limites	74
2.4 A construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e a atuação do grupo Farquhar	81
2.5 “Igualitarismo caboclo” nos redutos da Guerra do Contestado	96
3. Colonos e caboclos: alteridades e espacialidades	105
3.1 A colonização do Vale do Rio do Peixe	117
3.2 A Colônia Marechal Hindembugo	132
3.3 Conflitos entre criadores e colonos	142
4. Exploração madeireira	151
4.1 A Serraria René Frey & Irmão	153
4.2 Derrubada da floresta e cercamento das terras	158
Considerações finais	171
Referências	175

Introdução

Este livro é uma versão modificada com alguns acréscimos posteriores da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina em 2007 (Brandt, 2007). O livro tem como objetivo analisar o uso comum da terra e a desagregação dos espaços nos quais tal prática ocorria na região onde atualmente se encontra o município de Fraiburgo, o que está intimamente relacionado ao processo de apropriação privada da terra entre o final da Guerra do Contestado (1912-1916) e os primeiros anos da colonização e exploração madeireira, que se estendem das décadas de 1930 a 1950. Localizado na porção central do planalto catarinense (Figura 1), Fraiburgo se encontra em uma zona historicamente intermediária entre os grandes latifúndios que se instalaram nos Campos de Curitiba e o Vale do Rio do Peixe, que passou a receber as primeiras levas de colonização por imigrantes e migrantes de origem alemã e italiana a partir do final da Guerra do Contestado. A apropriação privada da terra com a posterior colonização da região marca o início da incorporação desse espaço a novas atividades econômicas, como a agricultura voltada para o comércio e a exploração madeireira. Atividades que foram responsáveis, ao longo de pouco mais de quatro décadas, pela desagregação dos espaços e posterior término do uso comum da terra na região.

Figura 1: Localização do município de Fraiburgo



Fonte: Brandt, 2007.

Embora frequentemente ignorada nos estudos de natureza agrária, formas relacionadas ao uso e acesso à terra e aos recursos de uso comum, ainda que muitas tenham desaparecido ou venham sofrendo gradual desestruturação em sua forma, persistem em diversas regiões do país (Diegues, 2001), sendo essencial ainda nos dias de hoje, como evidencia Campos (2000, p. 2) “para a subsistência de inúmeras comunidades rurais e, por vezes urbanas, em todo o país”. Multiplicidade que, no entanto, possui ao menos um aspecto em comum: o controle dos recursos básicos, efetivado, nas palavras de Almeida (2004, p. 10),

através de normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social.

Na maior parte das vezes, esses espaços se encontram em regiões marginais, de difícil acesso ou, ao menos em determinado momento, de pouco interesse econômico. Muitos, se observados pelo viés jurídico-formal, são terras devolutas, onde os moradores não possuem a posse legal e que, em diferentes épocas e contextos,

passaram a sofrer o impacto de outras formas de propriedade, ao se tornarem economicamente atraentes. Isso poderia ocorrer, por exemplo, pela valorização promovida pela instalação de alguma infraestrutura, como uma ferrovia, tornando a região interessante para a instalação de novos empreendimentos, atraídos pelos seus produtos florestais, iniciando assim a desarticulação das redes sociais do lugar, seja pelo cercamento, pela destruição ambiental ou pela própria expropriação dos moradores. Fatores que culminariam não apenas no declínio ou mesmo no término do usufruto em comum da terra, mas também de outras práticas sociais de cunho coletivo (McKean, 2001).

No planalto catarinense, destacam-se dentre as modalidades de uso comum da terra, tanto pela amplitude espacial quanto pela importância econômica regional, a criação de gado solto, principalmente o suíno, e a coleta de erva-mate. Embora a importância da criação desses animais e a extração do mate mereçam destaque em toda a literatura, seja de cunho historiográfico, geográfico, antropológico ou econômico que versa sobre a região, pouca atenção se desprende em relação às formas de criação e à extração do mate, realizadas por populações marginalizadas, genericamente conhecidas como caboclas.

É possível, a partir de diversas práticas socioespaciais construídas desde o seu povoamento no planalto em meados do século XIX incluir essa população cabocla dentro do conceito de “população tradicional”, como apresenta Little (2002, p. 23). Segundo ele, esse termo busca “oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentimento de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e as práticas adaptativas sustentáveis” (Little, 2002, p. 23).

Embora o termo caboclo possua caráter racial nos estudos da historiografia predominante da região, sendo ele fruto do contato entre europeus, africanos e indígenas, consideramos, neste livro, o caboclo como sendo o habitante das áreas de campos e florestas do planalto Sul do Brasil, cujas práticas sociais e espaciais são

condizentes com o meio onde vivem. Marquetti e Lopes da Silva (2016, p. 109) os definem como sendo “um dos habitantes das fronteiras do Sul do Brasil, que aí vive desde o período anterior à chegada dos colonizadores”. Mesmo que, como declara Machado (2004, p. 48), o caboclo frequentemente era mestiço e muitas vezes negro, a “principal característica desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões”.

Estudar o uso comum da terra e a sua desagregação em um espaço implica também a análise da questão da apropriação/expropriação da terra. A apropriação de terras no Brasil possui uma peculiaridade apontada por Silva (2002, p. 157): esta “constituiu-se fundamentalmente a partir do patrimônio público. Em outros termos, o monopólio da terra foi se formando num lento processo de passagem das terras chamadas devolutas para o domínio privado”, consistindo em um processo que direcionava progressivamente essas terras a formas de propriedade privada, o que ocorreu principalmente após a Constituição de 1891, quando as terras devolutas foram transferidas ao domínio dos Estados.

Uma das características da natureza do povoamento da região sul do Brasil, apontada por Waibel (1949), é a dualidade campo/floresta. E no planalto de Santa Catarina, essa dualidade é mais emblemática na relação entre os Campos e a Floresta Ombrófila Mista. Na Floresta Ombrófila Mista, também conhecida como Floresta com Araucária, dada à presença dominante da araucária (*Araucaria angustifolia*), também são encontradas diversas espécies de lauráceas de alto valor comercial, mirtáceas e aquifoliáceas, como a erva-mate (*Ilex paraguariensis*). Os Campos¹

¹ Apesar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, denominar os Campos como “Estepes”, pesquisadores como Lindmann (1974), Rambo (2010), Klein (1978), Pillar (1997) e Overbeck (2007) preferem referir-se a essa vegetação simplesmente como Campos. Neste livro, essa formação vegetal será tratada como Campos, com letra maiúscula, para indicar a formação vegetal, enquanto campo, com letra minúscula, será empregado para indicar o tipo fisionômico da paisagem.

são encontrados em áreas cuja altitude não raro ultrapassa 1.000 metros, formando o que Klein (1978) denomina como Campos do Planalto. Nesses Campos, cujas extensões são variáveis, podendo apresentar pequenas manchas em meio a Floresta Ombrófila Mista até extensões consideráveis, encontram-se também capões², matas ciliares e de galeria, cuja composição florística é idêntica à da Floresta Ombrófila Mista, que por vezes se alarga formando bosques no meio do Campo. Em algumas áreas, encontram-se também palmáceas como o butiá (*Butia eriospatha*) junto aos Campos, como ocorre na região de Fraiburgo e nos municípios vizinhos (Klein, 1978, Maack, 1981).

Esses espaços não foram todos de interesse da apropriação privada ao mesmo tempo. No período em que a economia e o povoamento estavam ligados à pecuária praticada nos Campos, a floresta representava um espaço marginal, de pouca valia para o pecuarista (Lago, 1988). As florestas, nesse contexto, paulatinamente passaram a ser ocupadas por fazendeiros e sitiantes, estes entendidos de modo semelhante ao que sugere Diegues (2003), como pequenos produtores rurais que moram, em sua maioria, sob o regime de posse, nos interstícios das grandes fazendas, a partir das primeiras décadas do século XIX. Interiorização que fazia parte de um processo de povoamento que se dispersou a partir da instalação das primeiras fazendas pastoris nos campos do planalto ao longo do século XVIII, acompanhando a rota tropeira, que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo. Essa população possuía como principal atividade econômica a criação de animais, como bois e porcos, em meio às pequenas manchas de Campos e à floresta, complementando-a com a lavoura de subsistência e a extração de recursos naturais da floresta. Esse modo de uso da floresta, que formava o que pode ser compreendido como uma “paisagem cabocla” (Brandt, 2015b), era

² O nome capão dado às ilhotas de mata existentes espalhadas pelo Campo, geralmente limpo, vem, como aponta Mattos (1972, p. 106), “de *caapuan*, nome guarani que quer dizer *caa*, mata e *puan*, redondo”.

uma das principais características desse povoamento. Ela estaria relacionada à preservação da floresta, ao menos em sua morfologia, fundamental para a criação de animais como os porcos e a extração da erva-mate, com a agricultura destinada às necessidades familiares e alimentação animal, com pequenas roças de policultura abertas em meio à floresta.

O acesso e uso da terra, no entanto, tornava-se mais precário a essa população que vivia na porção do central e norte do planalto, quando passam a ocorrer, principalmente no período republicano, a apropriação de imensas faixas de terras devolutas, promovidas especialmente por grupos políticos, fazendeiros locais e empresas de capital estrangeiro, como a *Brazil Railway Company* e a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* (Machado, 2004).

Essa política foi experimentada por diversas famílias que viviam no planalto como sendo o início da intensificação de um processo de transformações socioespaciais relacionadas principalmente à questão da terra. Condição que deu origem a diversas situações de disputa pela sua posse, sendo a Guerra do Contestado, que ocorreu na região entre os anos de 1912 a 1916, o principal marco de resistência desses moradores.

O término do conflito, ocorrido oficialmente em 1916, com a assinatura do acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina, marcou também a expansão das atividades madeireiras e da colonização nos “sertões” de Santa Catarina, avançando a apropriação privada em terras oficialmente desocupadas, que, no entanto, encontravam-se habitadas, em alguns casos, por mais de uma geração, constituindo também um espaço de usufruto em comum pelos moradores locais. No uso da floresta por essa população, existia uma forte presença do coletivo em relação ao individual, no qual circulavam livremente animais de diversos proprietários, criados em aberto, sobretudo na floresta, onde também era possível extrair diversos recursos para a subsistência. Com a apropriação privada da terra e o adensamento demográfico promovido pela colonização passaram a ocorrer diversas situações de tensão, promovidas pela incompatibilidade entre as concepções

de uso e acesso à terra de colonos e caboclos, levando antigas práticas, normas e costumes, como a posse e o uso da terra em comum ao seu fim na região.

Para a melhor compreensão desta pesquisa, o livro se divide em quatro capítulos. O primeiro, intitulado *Povoamento, uso e acesso à terra e aos recursos naturais em comum*, procura apresentar de maneira geral o processo de povoamento da região de planalto de Santa Catarina e Sul do Brasil. São discutidas a importância do povoamento e o convívio em espaços relativamente próximos entre indígenas, portugueses, espanhóis e africanos, sugerindo que o desenvolvimento de muitas das atividades ligadas ao usufruto comum sejam fruto de heranças, contatos e ressignificações desses povos transmitidos ao longo de gerações. Muitas dessas heranças, no que cabe ao uso da terra, eram praticadas por uma população, se não numerosa, ao menos significativa, de sítiantes que se interiorizaram rumo às florestas, até então de pouco interesse econômico para a economia pastoril que predominava nos Campos.

O segundo capítulo, *Apropriação/expropriação de terras*, procura discutir as implicações socioespaciais advindas da inserção de novos elementos àquela região, tendo como base a propriedade privada da terra, dando início à desestruturação de antigos costumes e às concepções de uso da terra e de recursos naturais. É principalmente a partir de 1891, quando as terras devolutas passam ao domínio estadual, que se observa a intensificação do processo de privatização das mesmas. No planalto, em muitas dessas áreas, encontravam-se diversas famílias posseiras, cujas atividades de produção estavam ligadas à criação de animais ou à extração da erva-mate. A apropriação de grandes faixas de terras por coronéis, grupos oligárquicos ou econômicos passaria, a partir de então, a impedir o usufruto e mesmo a posse de muitas daquelas famílias, sendo esse um dentre tantos outros motivos que levaram à eclosão da Guerra do Contestado.

O terceiro capítulo, *Colonos e caboclos: alteridades e espacialidades*, trata do processo de colonização da região nos anos posteriores ao Contestado. Findo o conflito, muitas famílias remanescentes

retornariam às suas terras, ainda no sistema de posse, continuando a criação de animais à solta em uma ampla faixa de terra que permanecia devoluta. A apropriação de grande parte dessas terras, destinadas à colonização e à exploração madeireira, paulatinamente reduzia, junto com o cercamento, os espaços de usufruto comum.

Madeireiros, cuja atuação, discutida no quarto capítulo, intitulado *Exploração madeireira*, culminou com o término das atividades de criação à solta, à medida que as florestas e suas centenárias araucárias eram postas ao chão, reduzindo a oferta de pinhões, principal alimento dos animais nos meses mais frios. Em um período de não mais de 40 anos, a criação passou a ocorrer da mesma forma praticada pelos colonos, ou seja, fechada, e, no caso dos porcos, em encerras ou chiqueiros. Novos empreendimentos econômicos, da mesma forma que a modernização agrícola iniciada na década de 1960, exerceram uma importante influência no declínio e mesmo fim das atividades de uso comum da terra nos espaços rurais do município.

Por fim, cabe salientar que este estudo, como todos os produzidos por pesquisadores dentro das ciências humanas, é feito a partir das concepções e da interpretação de dados que se conseguiu reunir. Longe de qualquer outra pretensão que não seja a de apresentar uma história narrada e apresentada pela visão do autor, temos a consciência de que as diversas abordagens sobre uma mesma área ou sobre um acontecimento nunca se esgotam, ou seja, sempre poderão ser lançados novos olhares, novas questões, novos problemas.

1. Povoamento, uso e acesso à terra e aos recursos naturais em comum

O povoamento territorial do Brasil, a partir do período colonial, não ocorreu apenas por meio do extrativismo e da existência da grande propriedade monocultora, mas também através de sitiantes independentes que se embrenharam interior adentro, onde desenvolveram diferentes formas de uso e acesso à terra e aos recursos da natureza. Algumas delas possuíam, como aponta Campos (2022, p. 177), “uma conotação socioespacial ampla, ocorrendo em diferentes partes do território brasileiro, embora, em parte, possam estar conjugadas a elementos regionais”. Outras tinham, e em alguns casos possuem ainda hoje, formas tipicamente regionais, ocorrendo em determinados espaços ou situações específicas de um determinado período histórico.

Muitas das características dessas formas de uso da terra, conforme o referido autor, têm origem ibérica, que, por sua vez, com relação à apropriação e ao uso da terra, possui influências que remontam a povos romanos e germânicos. Porém, a origem dos bens de uso comum, conforme Campos (2022, p. 80), é “muito antiga, sendo assim difícil uma precisão de sua gênese, problema este não apenas específico a Portugal, mas que ocorre também em relação aos demais países em que houve ou há formas de uso comum”. Formas cuja existência transpuseram o Oceano Atlântico e, no Novo Mundo, assumiram feições particulares, passando a ser também influenciadas pelo contato com as populações nativas e africanas que viriam a compor o cenário étnico das Américas, a partir da expansão ultramarina europeia iniciada no século XVI (Campos, 2000).

No Brasil são inúmeros os exemplos de formas de uso comum da terra e vasta é a sua distribuição espacial, onde, como destaca Almeida (2004, p. 12), “o uso comum dos recursos aparece combinado tanto com a propriedade quanto com a posse, de maneira perene ou temporária, e envolve diferentes atividades

produtivas: extrativismo, agricultura, pesca e agropecuária”. Estas, da mesma forma que indica Pereira (1998, p. 90), em relação às formações econômico-sociais da América Latina, “representam o resultado de múltiplas combinações de elementos naturais e humanos que se diferenciam tanto espacial quanto historicamente e que devem ser apreendidos em seus distintos processos históricos e culturais”.

Dessa maneira, também as condições naturais existentes devem ser levadas em conta ao se analisar as formas de uso comum da terra, constatando assim a existência de “uma complexa rede de elementos naturais e humanos” (Pereira, 1998, p. 90), cuja imbricação, resultante também do contato entre diferentes sociedades, originam novas formas de uso, releituras e apropriações da terra. No planalto meridional do Brasil, essas influências ocorreram tanto pelas populações nativas quanto pelas primeiras incursões e fundações de reduções por parte de jesuítas espanhóis e as primeiras investidas promovidas pelas bandeiras paulistas, com sua posterior instalação naquelas terras, trazendo consigo também a presença africana.

1.1 Jesuítas, bandeirantes e tropeiros

A abertura dos caminhos de tropas ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo marcou, a partir do século XVIII, o surgimento de um paulatino processo de povoamento do planalto de Santa Catarina. Tendo anteriormente como principais ocupantes as populações indígenas, a região, nos dois séculos anteriores, foi alvo de exploradores espanhóis que teriam utilizado o caminho do Peabiru, o qual possuía uma de suas ramificações no planalto catarinense. Posteriormente, a região também sofreria incursões dos jesuítas localizados nas missões do Guairá, no Paraná, e dos Tapes, no Rio Grande do Sul. Essas missões se constituíam nos alvos preferidos das bandeiras que incursionavam pelo planalto sul brasileiro a partir do século XVII, visando a captura de indígenas para serem escravizados. Inicialmente, os paulistas atacaram as

missões no Paraná, investindo posteriormente nas missões do Rio Grande do Sul, capturando também populações não reduzidas (Abreu, 1998; Monteiro, 1992).

Embora tenha durado relativamente pouco, dentre as atividades econômicas das reduções jesuítas se encontravam a criação de animais e a extração da erva-mate, cujo uso se disseminou por toda a região do Prata, sendo transportada por antigos caminhos que seriam aproveitados mais tarde pelo tropeirismo, além da criação de animais. Nas reduções, igualmente ocorriam lavouras coletivas (Nerone, 2000). Os jesuítas também promoveram a introdução nos planaltos do atual Rio Grande do Sul de imensa quantidade de gado asinino, bovino, cavalariço e mular. Foram destinadas, a partir do século XVII, sucessivas levadas de rebanhos para as reduções espanholas, dando origem às Vacarias do Mar e dos Pinhais, esta também conhecida como Campos da Vacaria (Pesavento, 1997). Criados soltos, os animais se tornaram bravios, “alçados”, formando assim imensas reservas de gado, que chegaram a compreender, em média, cerca de meio milhão de cabeças (Ehlke, 1973), o que seria possível graças à grande quantidade de pastos e ao reduzido número de inimigos naturais (Crosby, 1992).

A presença portuguesa se efetivava no Sul do Brasil a partir do avanço das bandeiras e do povoamento iniciado por tropeiros e fazendeiros ao longo do século XVIII. Nesse período, marcado por disputas portuguesas e espanholas pela posse do território sulino, parte do atual Rio Grande do Sul passou a ser povoado, do lado português, por paulistas pregadores de índios, lagunenses e açorianos, os quais passaram a aproveitar o imenso rebanho de gado introduzido pelos jesuítas que percorriam livremente as áreas de campos nativos do Rio Grande do Sul. Ocupação que conteria também o caráter de assegurar o domínio português daquelas terras. Formaram-se assim as primeiras estâncias no “Continente do Rio Grande” (Piazza, 1983, p. 165).

O destino desses animais era a região Sudeste, atendendo em especial às capitânicas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A descoberta de ouro e metais preciosos no Sudeste brasileiro criou um mercado de consumo, no qual os campos sulinos possuíam condições de fornecer animais visando o abate e transporte de bens, empregando muares, que carregavam mercadorias em tropas de cargueiros. Surgiu assim uma extensa rede de transporte, interligando vilas e formando novas povoações ao longo do seu caminho, dirigindo-se às regiões mineradoras. E no caso da região Sul, esta pôde desempenhar, de acordo com Falcão (2004, p. 182), “um papel subsidiário, mas decisivo, para a economia que se desenrolava no Brasil e também para as pretensões da metrópole em melhor usufruir de suas terras”, assumindo grande importância para a integração econômica do país e a manutenção das atividades auríferas no Sudeste e Centro-Oeste brasileiro.

Inicialmente, o gado e o couro dos bovinos seguiam dos Campos de Viamão, nas Vacarias do Mar, ao longo da costa, até Laguna. De lá, seguia a courama dos animais via marítima, enquanto a carga viva, composta por muares, era tropeada até a Ilha de Santa Catarina, sendo então embarcada rumo a São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, a limitação do transporte marítimo e o seu custo seriam dois dos fatores, junto às ameaças e aos ataques dos espanhóis do Prata ao longo da segunda metade do século XVIII, que motivaram os portugueses a abrirem um caminho que ligasse por terra os Campos do Viamão até os Campos de Curitiba, seguindo de lá rumo a São Paulo (Pesavento, 1997; Ruchel, 2000).

O povoamento dos Campos de Curitiba teve início no século XVII, a partir do avanço de vicentistas, que fundaram o povoado de Paranaguá em 1648. De Paranaguá, partiram levas de moradores, que, em meados da década de 1660, passaram a interiorizar o povoamento na busca de ouro e de campos para a criação de gado. Nessas terras, formaram currais, nos quais comercializavam animais, já em 1704, na vila de Sorocaba (Roderjan, 1992). A ligação desses campos a Viamão ocorreu alguns anos mais tarde, em 1727, com a abertura do Caminho dos Conventos, ligando Araranguá aos Campos de Curitiba, cruzando, em Santa Catarina, os Campos de Lages e Curitibaanos.

Posteriormente, novos caminhos foram abertos, abandonando, então, a partir de 1740, o antigo caminho dos Conventos, passando direto de Lages a Viamão, rumo à Colônia do Sacramento, formando assim a estrada Viamão-Sorocaba. O Caminho das Missões, aberto mais tarde, em 1845, também desempenhou um importante papel na ligação entre o Sul e o Sudeste, atravessando o oeste de Santa Catarina, ligando a região das Missões, no Rio Grande do Sul, aos campos de Palmas, que passava a ser povoado, seguindo a Guarapuava, que desde 1810 passou a receber as primeiras levas populacionais (Ehlke, 1973).

Caminhos que, embora obedecessem a uma diretriz, não seguiam um traçado único, possuindo variantes transitáveis em algumas épocas do ano, o que dependia das condições climáticas. Daí a preferência por regiões de maior altitude e serras divisoras de águas. No trajeto, além dos trechos de rios caudalosos ou com muita correnteza, evitavam também florestas fechadas e outros obstáculos proporcionados pelo relevo, além do contato com os indígenas. Nos caminhos por cima da serra, existia, além da menor incidência de rios caudalosos, a vantagem da existência de grandes extensões de Campos, imprescindíveis para o descanso e apascentamento das tropas (Machado, 2004).

A experiência das bandeiras cruzando o planalto meridional seria fundamental para a abertura desses caminhos de tropas e o posterior povoamento. Se no início os bandeirantes colaboraram mais, ao prear indígenas, para despovoar do que para povoar o planalto, a situação se alteraria com o aproveitamento da gaderia sulina. São Paulo, já no século XVII, constituía-se, de acordo com Holanda (1994, p. 19), no centro de um “amplo sistema de estradas, expandindo-se rumo ao sertão e à costa”. Rotas que partiam ou se utilizavam de antigos caminhos indígenas, como o Peabiru, que conduzindo “ora às minas gerais, ora ao sul, onde se estabeleceram as primeiras reduções de guaranis”, fixaram “as direções iniciais da exploração bandeirante” (Holanda, 1994, p. 19).

Constituíram-se assim os principais caminhos ligando o Sul ao Sudeste do país, atravessando o planalto catarinense. As tropas, ao

longo desse percurso, paravam para descanso e pernoite. Com o passar do tempo, essas paradas, aponta Straforini (2001, p. 31), foram se tornando fixas, sendo que, “no início de cada caminhada, já se estabelecia como objetivo atingir, no final da tarde, o pouso seguinte”. Dessa maneira, a partir de uma jornada que durava, dependendo da tropa, se de mulas descarregadas ou cargueiros, entre 4 e 6 léguas, pousos foram sendo estabelecidos em algumas áreas (Costa, 1982).

É possível supor que inicialmente algumas áreas de pousos eram de uso comum entre os tropeiros, de forma análoga ao que ocorria no litoral de Santa Catarina, onde a Provisão Régia de 1728, decretava que “o Campo chamado Araçatuba que está juncto desta Ilha [de Santa Catarina] ficasse em parte commons para os Supplicants trazerem os seus gados”³. De acordo com Campos (1991), embora seja difícil afirmar que a utilização de áreas em comum fosse generalizada em todo o litoral, é lícito pensar que os vicentistas que povoaram o litoral sul possuíam esse costume. Portanto, muitos daqueles primeiros fazendeiros poderiam ter, embora sem o reconhecimento da Coroa, como no caso dos Campos de Araçatuba, usufruído em comum os campos que eram possíveis apascentar o gado na rota tropeira. Terras que seriam, em muitos casos, apropriadas já no século XVIII mediante concessões da Coroa de Portugal, com o intento de povoar e garantir a posse daquele território perante a Espanha.

1.2 Interiorização do povoamento

Oficialmente, a ocupação portuguesa do planalto catarinense ocorreu a partir do ano de 1766, com a fundação de Lages. Nesse ano, Dom Luís de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, governador da Capitania de São Paulo, deu início à expansão

³ Provisão Régia de 05 de abril de 1728. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, setor de manuscritos. Atualmente, a área que compreendia os Campos de Araçatuba localiza-se em Palhoça.

estratégica para “os sertões”. No planalto em direção ao sul, ordenou a Antônio Correia Pinto que fundasse povoação no “Sertão de Curitiba”, na parada das “Lagens”. Junto com sua família, além de mais oito ou nove que o seguiram em tal empresa, trazendo seus agregados, escravizados e mestiços livres, fundaram, após três tentativas, a “Villa de Nossa Senhora dos Prazeres do Certão das Lagens”, no ano de 1771 (Costa, 1982). Vila cujo surgimento planejado fazia parte da estratégia portuguesa de assegurar sua posse territorial perante a Espanha não apenas pelas armas, sendo um ponto de resistência a uma possível invasão ou ponto de partida de um ataque, mas também pelo incremento populacional (Roderjan, 1992).

Existiam, mesmo sendo poucas, menções às fazendas e aos ocupantes na região, sobretudo a partir da abertura do Caminho dos Conventos. Caminho que deu início ao povoamento por indivíduos que já conheciam os Campos do Viamão, cuja origem poderia ser do Rio Grande do Sul aos Campos de Curitiba. Assim, como uma extensão da atividade pecuária praticada no Rio Grande do Sul e Paraná, passaram a surgir novas fazendas na região (Costa, 1982; Pesavento, 1997).

As primeiras ocupações de caráter oficial surgidas a partir da fundação da vila de Lages por Correia Pinto foram formadas através da concessão de terras pela Coroa de Portugal. Concessões que, desde seu início, contribuíram para a concentração fundiária nos campos do planalto. Nas origens dessa concentração de terra, segundo Campos (2000), muitas características, tanto sociais quanto espaciais, remetem às formas jurídicas de ocupação lusa da terra. Entretanto, como aponta o mesmo autor, apesar de muitos dos aspectos existentes no além-mar terem sido transplantados ao país,

as condições físico-geográficas peculiares, aliado aos interesses da Coroa e classes econômico-sociais que aqui se desenvolveram, as formas de utilização e mesmo apropriação da terra no Brasil tomaram um direcionamento diferenciado com relação ao que ocorreu em Portugal (Campos, 2000, p. 63).

É o caso do sistema das sesmarias, o qual, segundo Abreu (1997, p. 203), possui o papel de “grande viabilizador do processo de apropriação do território brasileiro”, cujo “impacto sobre a estrutura fundiária do país se faz sentir até hoje”. Surgida no final do século XIV para solucionar uma crise de produção agrícola em Portugal, a Lei de Sesmarias buscou fixar a população na terra, possuindo como objetivo básico, de acordo com Silva (1996, p. 37), “acabar com a ociosidade das terras, obrigando ao cultivo sob pena de perda de domínio”, visando promover o aumento da área agricultável, fixando o povoador e aproveitando o solo. Por ser uma terra do reino, concedida pela Coroa, seu não uso em um período preestabelecido incorria em sua perda (Serrão, 1965).

No Brasil, a lei foi transplantada integralmente, mesmo possuindo uma sociedade que vivia em condições diversas a portuguesa, apresentando, dessa forma, distorções em sua execução, servindo assim para a obtenção legal de vastas porções de terras. Abreu (1997) destaca para alguns fatores que contribuíram para a concentração fundiária através das sesmarias, que vão do caráter perpétuo e não vitalício, como ocorria em Portugal, passando pelo tempo de aproveitamento das terras e o sistema colonial de produção, que exigia uma grande quantidade de terras, o que “fez surgir propriedades de dimensões impensáveis no agro português” (Abreu, 1997, p. 207), possuindo, em alguns casos, vinte léguas em quadra.

E se as sesmarias em Portugal, como aponta Campos (2000), fomentavam o cultivo da terra e inibiam o latifúndio, no Brasil, elas estimulavam a concentração da terra, atuando em “prejuízo de uma massa considerável de pequenos produtores” (Campos, 2000, p. 66). Dessas transformações espaciais, não apenas do sul, mas também ao norte, surgiu, pela imensa quantidade de terras virgens disponíveis, uma outra forma de apropriação extralegal da terra: a posse. Poderia inclusive ser possível supor que “a impossibilidade de a massa de pequenos produtores ter acesso ao sistema de sesmarias foi corolário do regime de posses, bem como da ocorrência, em muitas áreas e

contextos específicos, do usufruto coletivo” (Campos, 2000, p. 67). De acordo com Costa (1999, . 175),

todas as pessoas que penetravam nas regiões do interior — áreas sem nenhum valor comercial — podiam controlar um pedaço de terra, desde que fossem capazes de enfrentar os índios e sobreviverem na selva [...]. Assim, durante todo o período colonial, a disponibilidade de grandes extensões de terra tornou-a acessível àqueles que não tinham condições de participar da economia comercial, permitindo-lhes sobreviver no âmbito da economia de subsistência.

Posse que, apesar de comumente associada a pequenas porções de terra, poderia atingir tamanhos consideráveis, ou seja, a concentração da terra no Brasil, em geral, também foi fruto da posse, afinal o seu limite era dado pelo posseiro. Em 1822, a menos de três meses da Independência, o regime de sesmarias foi extinto, depois de mais de 300 anos de vigência em solo brasileiro, fazendo com que a posse se tornasse, até a promulgação da Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, o único meio (a exceção da compra e da herança) de apropriação sobre as terras. Fato que, conforme Costa (1999, p. 176), causou uma

situação anárquica no sistema de propriedade rural, uma vez que os direitos dos ocupantes não foram reconhecidos pela lei. As “posses” resultantes da ocupação aumentaram de forma incontrolável e os posseiros acumularam grandes extensões de terra cujos limites eram vagamente definidos por acidentes geográficos naturais: um rio, uma queda d’água, uma encosta.

Em discussão desde 1822, o novo ordenamento jurídico da propriedade da terra seria finalmente aprovado em 1850. Regulamentada apenas quatro anos mais tarde, pelo Decreto n.º 1318, de 30 de janeiro de 1854, a Lei de Terras expressava, logo em seu Artigo 1º, que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (Brasil, 1850). A lei transformava assim a terra em equivalente a capital, ou seja,

em uma mercadoria, o que dificultava o acesso à terra pelo morador nacional ou imigrante, forçando-o a se tornar trabalhador assalariado, pois a disponibilidade de terras e o trabalho assalariado seriam, em tese, incompatíveis (Silva, 1996). A lei não obteve sucesso em seus principais objetivos: a demarcação das terras devolutas e particulares, persistindo a posse como principal forma de acesso à terra. Porém, a transformação da terra em mercadoria teria, como será visto adiante, efeitos profundos em todo o território nacional e, no caso do planalto catarinense, sobretudo a partir da Primeira República.

Em Santa Catarina, as primeiras fazendas de criação do planalto, apesar da extensão considerável, demandavam poucos braços em comparação à área de terra que possuíam, o que contribuiu para uma ocupação pouco densa da região. Além do proprietário, viviam escravizados, agregados e peões, fundamentais na lida com o gado e na manutenção da fazenda. Estes também atuavam como uma espécie de milícia particular, como aponta Monteiro (1974), referindo-se à defesa contra incursões indígenas e mesmo em eventuais conflitos com outros ocupantes, em que, em muitos casos, “somente pela exibição de poder ou pelo uso efetivo da violência, eram respeitados os limites das glebas apropriadas ou era possível a expansão de novas áreas” (Monteiro, 1974, p. 19).

Descendentes de africanos, indígenas e luso-brasileiros, os agregados moravam “de favor” nas terras do fazendeiro. Viviam com suas famílias, construindo uma pequena casa de “rachão” de pinheiro, teto de tabuinhas ou de taquara, mantendo uma pequena roça onde plantavam alguns víveres como milho, feijão, abóbora, etc. Na fazenda, lidavam com o gado, participavam das tropeadas, construíam taipas, currais, cuidavam da segurança da fazenda, dentre outros afazeres (Peluso, 1991).

Agregados e peões, cuja origem, em muitos casos, remonta ao início da ocupação, quando vieram acompanhando os primeiros fazendeiros. Outros, no entanto, já viviam nas terras, tornando-se agregados somente mais tarde. Ainda nos tempos das sesmarias, muitas das terras existentes nos campos do

planalto, que inicialmente foram apossadas, seriam alvo de apropriações por concessão do governo (Bloemer, 2000). Não apenas na região, mas em todo o país, conforme Martins (1995, p. 35), “não era raro o fazendeiro encontrar, no território de que se tornara sesmeiro, posseiros instalados com suas roças e seus ranchos”. Os posseiros que residiam nas áreas que passaram a constituir fazendas de criação acabavam dependendo do fazendeiro para permanecer ou não naquelas terras, a partir de então na condição de agregados. Criou-se, desse modo, segundo Bloemer (2000, p. 53), uma relação de “viver de favor”, criando-se assim “uma relação não só de dependência, mas também de lealdade a quem teoricamente os ‘amparava’”.

Em relação à mão de obra empregada nas fazendas e à população planaltina, em geral, cabe realizar algumas considerações a respeito de seu perfil. Entre os anos de 1777 e 1808, segundo Piazza (1983, p. 176), a região de Lages apresentava uma população que girava em torno de 600 e 800 habitantes. Destes, pouco mais de uma centena eram escravizados, trazidos pelos tropeiros e fazendeiros que se instalaram na região. Esse reduzido número, de acordo com autores como Costa (1982) e Luz (1999), seria responsável pelo pequeno número de habitantes negros no planalto catarinense. Isso porque, nas palavras do último autor, “a pecuária, por longo tempo a única ocupação do homem do planalto, não necessitava de muitos escravos” (Luz, 1999, p. 68). No entanto, como apontam Machado (2004) e Marcon (2001), não é possível considerar o contingente de afrodescendentes no planalto tendo apenas como referência o número de escravizados. Utilizando como exemplo o Censo de 1872, é possível verificar que o planalto catarinense, que compreendia Lages, Curitiba, Campos Novos e São Joaquim, possuía o total de 14.549 habitantes. “Destes, 10,9% da população eram escravizados, classificados entre ‘negros e pardos’, enquanto a população livre estava dividida em ‘pardos’, com 28,05%, ‘pretos’, com 2,98%, e ‘caboclos’ 3,24%” (Marcon, 2001, p. 52). Fica evidente, portanto, a existência de uma população afrodescendente maior do que a considerada pelas produções ditas tradicionais, fato que contribuiu

dessa forma para a maior invisibilidade desta população do planalto (Marcon, 2001).

Nem todos os habitantes do planalto estavam inseridos no sistema de trabalho nas fazendas, atuando como agregado ou peão. Mesmo não existindo um mercado de trabalho propriamente dito, jornaleiros e pessoas que passaram a se dedicar a certos ofícios manuais, como taipeiros, ferreiros, marceneiros, carpinteiros, dentre outros, percorriam a região ou se instalavam nas vilas e cidades que se formavam, como Campos Novos, Curitiba e Lages, oferecendo seus serviços. Existiam também na região pessoas especializadas na doma de burros e potros xucros ou no treino de cães para a captura de porcos soltos, além de outros ofícios ligados à lida pastoril (Queiroz, 1981).

Como foi visto, o processo de ocupação territorial do planalto, a partir do século XVIII, levou ao estabelecimento de novas fazendas, dando continuidade à expansão das fazendas de criação. Segundo Abreu (1997, p. 221), as doações de sesmarias ocorriam a partir de um

determinado ponto de comando do território (uma vila ou uma cidade). Por essa razão, a fronteira entre as terras já concedidas e as que ainda estavam disponíveis para doação foi rapidamente se afastando dos núcleos de colonização.

Na região de Curitiba, a ocupação de pequenas manchas de Campos e faxinais⁴ em meio à floresta deu origem a povoados e localidades como “Guarda-Mor, Estância Velha, Cadeia, Roseira, Cabaças, Caapiá, Campina Velha, Faxinal das Águas, Butiá Verde, Trombudo, Barra, Espinilho, Perdizinhas, Perdizes, dentre outros” (Machado, 2004, p. 75-77). Em muitas dessas áreas, formaram-se

⁴ Faxinal, neste caso, refere-se a um tipo de vegetação que se caracteriza, de acordo com Klein (1978), por apresentar mata rala e, em geral, pouco densa, acompanhada por sub-bosques de taquarais e carazais, ocorrendo também pinheirais, ora em agrupamentos densos, ora esparsos, além de outras espécies de árvores.

grandes fazendas, como é o caso das regiões de Butiá Verde e Espinilho, onde se situavam as fazendas Liberata e Butiá Verde, localizadas no atual município de Fraiburgo, e Espinilho, que faz parte do município de Monte Carlo.

Localizada ao oeste de Curitibanos, a Fazenda Butiá Verde foi concedida pelo Estado de Santa Catarina, no ano de 1864, para Eugênio Frederico Seiblitiz, compondo uma área de 26.944.750 braças quadradas, o equivalente a 82.235.377 metros quadrados ou aproximadamente 8.223 hectares. Essas terras, possuidoras de “campos, fachineas, pastagens, matto e terras de cultivo”, foram vendidas, no ano de 1896, ao Coronel Zacharias de Paula Xavier, de Curitiba, que incorporou mais tarde outras faixas de terras à fazenda⁵.

Essa fazenda desempenhou um importante papel na campanha militar durante a Guerra do Contestado, pela proximidade com a região do Taquaruçu, distante não mais que 20 quilômetros. A fazenda servia tanto ao acampamento de tropas

⁵ No registro também constam dois nomes para a localidade onde se encontrava o imóvel: Butiá Verde e Campos do Nascimento. Porém, em futuras transações de compra e venda, o segundo nome caiu em desuso. Registro número 138, livro 3, de 11 de janeiro de 1917. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitibanos, Santa Catarina. Zacharias de Paula Xavier era irmão do também Coronel Artur de Paula, que atuou em favor do Paraná na disputa pelas terras situadas entre Timbó e Canoinhas (O Dia, 1914a). Burke (1994) confunde informações e não cita as fontes obtidas sobre as fazendas Butiá Verde, da família Deus e de Zacharias de Paula Xavier, considerando que estas seriam apenas uma. Ao mencionar a ocupação da região de Fraiburgo, comenta o autor que “‘Butiá Verde’, com uma área de 696.960.000 m², fora adquirida por usucapião em 1920 por Benedicto de Deus e outros, passando depois para Zacaria de Paula, residente em Curitiba” (Burke, 1994, p. 7). A ação de usucapião foi movida apenas em 1923 e já se referia à propriedade de Zacharias de Paula Xavier como confrontante, da mesma forma que a ação de sobrepartilha movida por Benedito Ludgero de Deus. Inventário amigável dos bens de João Baptista de Deus, no ano de 1895. Comarca de Curitibanos, caixa 15. Ação de Sobrepartilha Particular dos bens de João Baptista de Deus, no ano de 1897. Comarca de Curitibanos, caixa 18. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Escritura Pública de Compra e Venda de Bens de Raiz entre Zacharias de Paula Xavier e sua mulher e Albano Burger e Frederico João Burger, no dia 10 de janeiro de 1917. Livro de notas n. 39. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitibanos, Santa Catarina.

quanto ao sustento dos moradores dos redutos que arrebanhavam o gado da fazenda, como era o caso do piquete de Venuto Baiano, uma das lideranças sertanejas, o qual, conforme o jornal *O Dia*, de 16 de janeiro de 1914, percorreu, junto com 36 homens, as terras da fazenda Butiá Verde campeando gado para levar ao reduto (O Dia, 1914b). Incurções que são também mencionadas pelo Capitão Vieira da Rosa, em suas notas publicadas no jornal *Terra Livre*, de Florianópolis, sob o título de *Reminiscencias da Campanha do Contestado – subsídios para a História*, “nos sertões de Botiá Verde, em continuas e fructuosas explorações” (Vieira da Rosa, 1918b, p. 1). Os sertanejos iam “levando para o reducto as ultimas cabeças de gado alli existentes, resto de uma fazenda de mil e quinhentas rezes”, comentando em outra passagem que

da fazenda outrora povoadissima de Zacharias de Paula nada mais existia, e nos arredores o silencio era completo, e impressionante. [...]. O jagunço passara por alli; naquelles ermos caçavam os últimos porcos alçados, e na falta desses animais contentavam-se com o levar palmito de botiá e o mel das abelhas silvestres (Vieira da Rosa, 1918b, p. 1).

A localização da Fazenda Butiá Verde era estratégica do ponto de vista das operações militares, como destaca o militar:

dali irradiavam caminhos e carreiros em todas as direcções e, situado num campestre limpo, estava protegido naturalmente o nosso acampamento, sendo difficil senão impossível uma surpresa por parte do inimigo.

Occupamos o local da antiga casa amplo espaço que outrora fora cercado de mangueirais com grossos palanques de cernes diversos, em que apoiamos as nossas trincheiras e rede de arame, do que achamos nos escombros dez rolos estragados pelo fogo, mas que se prestavam para uma defeza accessoria (Vieira da Rosa, 1918c, p. 2).

Esses caminhos podem ter sido formados pela topografia mais plana, por se encontrar próxima ao divisor de águas dos rios Marombas e do Peixe, possuindo poucos e pequenos rios, além da

existência de Campos. Esse lugar por onde irradiavam caminhos, descrito por Vieira da Rosa, era conhecido pelos moradores da região como Campo da Dúvida. Existem várias versões sobre a origem desse curioso nome. Autores como Burke (1994) e Frey (2005) apontam a indefinição de limites entre as fazendas Butiá Verde e Liberata, além de porções de terras devolutas e a reivindicação de posseiros por pequenas áreas. Existe também uma versão popular, mais difundida entre os antigos moradores, e aqui apresentada por um pequeno semanário que circulou no município na década de 1960, intitulado *O Eco* (1963, p. 2):

[...] aqui, exatamente onde está o Cemitério Municipal de Fraiburgo, constam que certa vez, foram encontrados dois cadáveres de homens cujos corpos haviam sido perfurados por balas, com suas armas atiradas ao chão, dinheiro nas guaiacas e até os revirados atados nos tentos dos seus animais que pastavam por perto. Porque se mataram? Foram mortos num tiroteio? Por quem? Uma espera? Sobre isso, pairou uma dúvida. Ali mesmo, foram sepultados por viajeiros que os encontraram, originando o nome de “Campo da Dúvida” a porção de terras que hoje é o município de Fraiburgo e arredores.

Outra versão, no entanto, relaciona o nome Campo da Dúvida a uma área de Campos cercada pela floresta, a qual abrigava vários caminhos. Essa versão, que concorda com a passagem de Vieira da Rosa sobre a existência de vários caminhos que partiam da fazenda Butiá Verde, é relatada no depoimento de Ivadi de Almeida (2010), ao relembrar as tropeadas e a venda de gado da fazenda da sua família na região no início da década de 1930:

Era uma mancha grande de campo nativo. [...] E na época era chamada de Campo da Dúvida porque naquela campina muito linda e muito grande que hoje é Fraiburgo, tinham muitas estradas para diversos lugares, só carreiro. Então ia para Lebon Régis, ia para Linha, para Baía, ia para outra fazenda do Butiá Verde, tinha lugares onde saía os carreiros. Então o nome Campo da Dúvida veio porque a pessoa não sabia para onde ir porque tinha muito carreiro, o

caboclo tinha muita dúvida para onde ir. [...] Eram diversos carreiros, tinha que estar bem orientado para pegar a estrada certa, para ir para o Guarda Mor, ir para Lebon Régis.

Embora não se exclua nenhuma das possibilidades de origem do nome, parece mais plausível admitir que a existência desses caminhos, no qual um viajante pudesse optar por um rumo equivocado caso não conhecesse o local, tenha levado à escolha desse nome. Findo o conflito, as terras que compunham a fazenda do Coronel Zacharias de Paula Xavier foram vendidas no ano de 1917 aos fazendeiros Albano e Frederico João Burger, residentes em Lages⁶.

Além destas, outras tantas foram surgindo, localizadas em áreas próximas ou às margens dos rios do Peixe, Marombas, Correntes, e seus afluentes, onde também se instalavam posseiros, dando origem à formação de localidades, ou agrupamentos rurais de pequenas e médias posses e propriedades, próximas a um povoado, vila ou grande fazenda. Tal forma de expansão do povoamento, que, no caso de Curitibanos, partiam principalmente nas direções oeste e norte, persistiu século XIX adentro. Registros de Vigários da década de 1850 indicavam ocupantes de terras nos vales dos rios dos Patos e Correntes, distantes cada vez mais das áreas de Campos, onde se estabeleceram as primeiras propriedades pastoris⁷. Porém, deve ficar bem claro, como alerta Machado (2004), que nem sempre esses moradores podem ser considerados “pioneiros”, pelo fato de promoverem o primeiro registro oficial, “deixando-se de lado tropeiros, posseiros e lavradores anônimos que geralmente precedem a chegada do mundo oficial” (Machado, 2004, p. 63-64). Existia em muitas daquelas terras uma camada, que se não era numerosa, era ao menos significativa, de criadores e

⁶ Registro número 138, livro 3, de 11 de janeiro de 1917. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitibanos, Santa Catarina.

⁷ Registros de Vigários datados de 1850 a 1860. Caixa 12, livros 08, 09, referentes a Lages. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

agricultores, na maioria posseiros, que viviam às margens das grandes fazendas pastoris.

1.3 Sitiantes às margens das fazendas pastoris

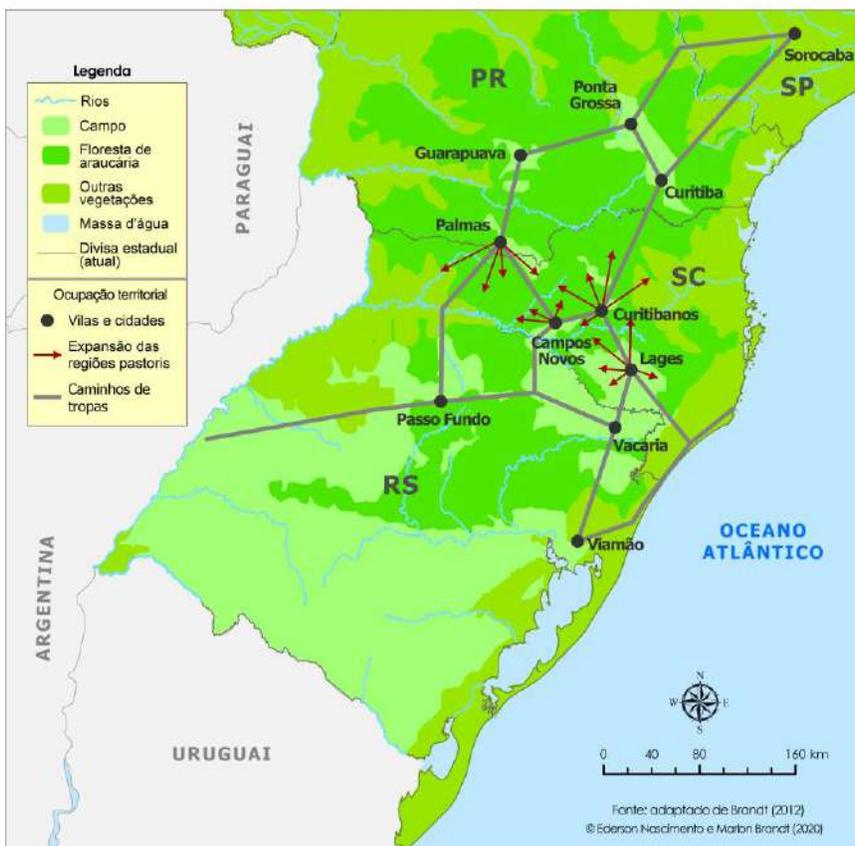
Pelo fato do planalto constituir-se, nas palavras de Machado (2004, p. 69), como “uma região de fronteira, no sentido de ser a frente de um processo específico de apropriação e colonização de terras”, foi possível o estabelecimento, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, de sitiantes independentes, na maioria posseiros, em regiões de campos e matas, às margens dos latifúndios. Passaram a ocupar, ao oeste, regiões como os vales e afluentes dos rios Marombas, Correntes, dos Patos, do Peixe, Taquaruçu, enquanto, mais ao norte, a ocupação se dirigia aos rios Canoinhas, Iguaçu, Timbó.

Campos (2000, p. 71) discute a importância dos recursos naturais no uso comum da terra, argumentando que existe “uma estreita relação entre diferentes elementos naturais, proporcionando a muitas áreas uma constituição característica que, em termos econômicos, mostra-se desvantajosa”. Assim, uma área, ao menos em um determinado contexto, pode assumir um caráter economicamente desinteressante ou até mesmo inviável. E a floresta, principalmente no caso das regiões onde esta assumia uma grande extensão ou proporção em relação aos Campos, representava para a economia pastoril, de acordo com Lago (1988, p. 264), “mais um obstáculo do que uma riqueza”. Sua existência impedia a maior extensão dos campos e, portanto, de pasto para o gado. Isso pode também servir como explicação para o avanço do povoamento rumo a áreas florestadas, entre os Campos que acompanhavam os caminhos de tropas que deram origem às primeiras fazendas pastoris.

Como agentes dessa expansão espacial, é possível incluir escravizados, negros libertos, ex-agregados e peões, dentre outros. É possível estabelecer em um mapa (Figura 2) as principais frentes populacionais que passaram a ocupar a região do planalto e oeste do Estado. Estas irradiavam principalmente das grandes áreas de

fazendas de criação, situadas, ao leste, nos Campos de Lages, Curitiba e Campos Novos, enquanto do noroeste e oeste partiam dos Campos de Guarapuava e de Palmas. Do Paraná ainda provinham populações dos Campos Gerais. A imigração alemã em Santa Catarina, que ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, também contribuiu, embora em menor proporção, para o povoamento do planalto. Provenientes de colônias como a de Rio Negro, no Paraná, Blumenau e Joinville, em Santa Catarina, muitos acabaram se estabelecendo como comerciantes, fazendeiros ou sitiantes. A instabilidade política do Rio Grande do Sul, especialmente nos anos da Revolução Farroupilha e da Revolução Federalista, trouxe um acréscimo a esse contingente populacional. Muitos ex-combatentes se instalaram nas regiões de Campos Novos, Palmas e Irani (Machado, 2004; Auras, 2004).

Figura 2: Principais frentes de povoamento do planalto catarinense
FRENTES DE POVOAMENTO



Fonte: Nascimento *et al.*, 2024.

Existia um costume na região que consistia em permitir que os agregados das fazendas pastoris mantivessem um rebanho, formado das crias de reses ganhas “de presente” do proprietário da fazenda. Se, com o passar dos anos, o número de cabeças do rebanho fosse considerado excessivo, o fazendeiro ordenava a venda de seus animais ou a mudança, de modo que seria possível se estabelecer em outro lugar por conta própria. A procura por novos espaços também poderia ocorrer pelo empobrecimento dos herdeiros de fazendeiros, prejudicados pela sucessiva divisão das

fazendas (Queiroz, 1981; Peluso, 1991). Se, como aponta Cabral (1979, p. 94), os agregados de São Paulo tivessem, no século XVIII, “quem os capitaneasse, rumo ao Sul, para o estabelecimento de novas fazendas, os do fim do século XIX e começos do XX não tiveram uma oportunidade igual”. Caso decidissem viver por conta própria, poderiam rumar aos chamados “sertões” mais afastados das fazendas pastoris.

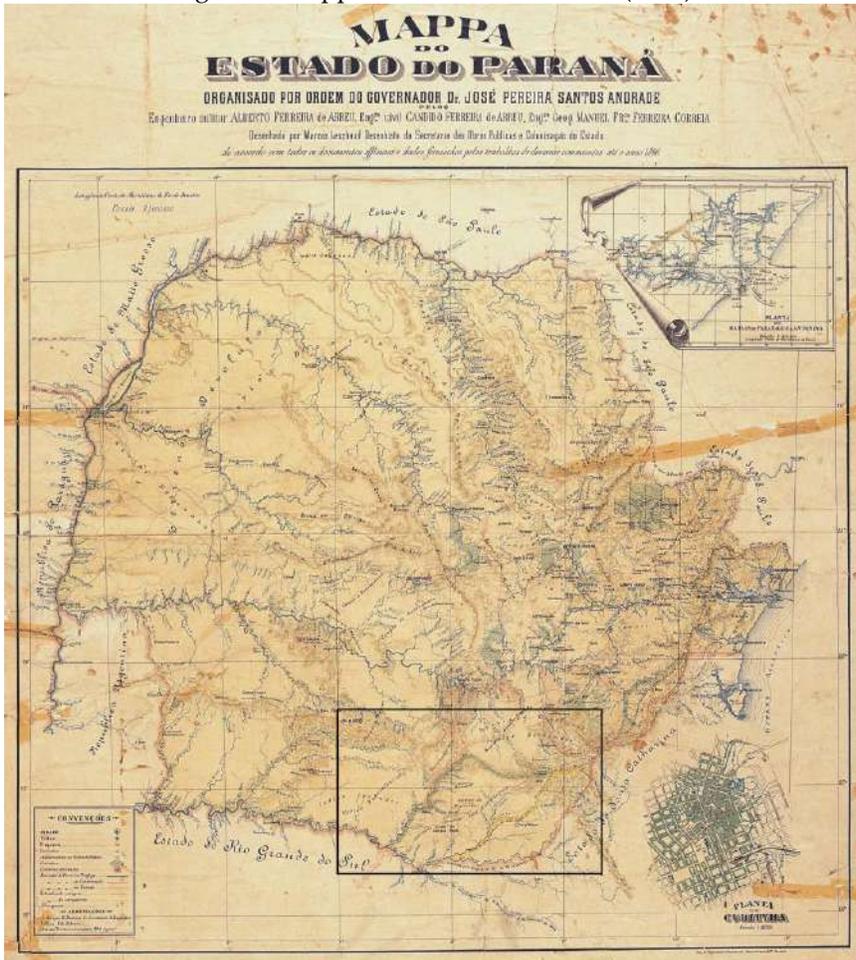
Para autores como Arruda (2000, p. 165), o sertão “não tem uma origem geográfica precisa nem remete a um determinado local. Grosso modo, representa muito mais um aspecto simbólico de lugar distante, deserto e despovoado do que uma localização determinada, embora possa ser remetido, em algumas regiões, a lugares específicos”. É possível, assim, afirmar que “sertão é uma descrição da natureza, uma paisagem, ou muitas paisagens com o mesmo nome” designando diversas realidades físicas (Arruda, 2000, p. 165). O sertão foi uma categoria construída pelos portugueses ao longo do processo de invasão territorial, passando a assumir sentidos negativos dentro desse processo, simbolizando o medo e o receio de um espaço vasto, desconhecido, ainda não humanizado ou pouco habitado (Amado, 1995).

O sertão como um lugar deserto seria também uma construção ideológica de viés eurocêntrico, descaracterizando ou mesmo invisibilizando toda e qualquer forma de ocupação anterior de um determinado espaço por outras sociedades, o que servia como justificativa para uma penetração da civilização no que seria um “vazio” humano. Faziam assim parte desse “vazio demográfico”, não raro representado em mapas como “sertão desconhecido”, o indígena, o caboclo e/ou outras populações tradicionais. Seriam esses mapas também “uma forma de apropriação simbólica desses territórios” (Brandt, 2012, p. 36). Para Radin (2009, p. 11), “é surpreendente como em diferentes momentos e circunstâncias da história brasileira se mobilizou a noção do vazio para caracterizar vastas extensões de terras ainda não ocupadas pelos interesses mercantis”, ou seja, empregou-se a concepção de “vazio” para que um grupo pudesse apropriar-se daquele local. Atribuição de vazio

ou sertão que, para Moraes (2011, p. 90), funciona de forma semelhante ao atribuir a um espaço a condição que “assinalava o desejo de apropriá-la e integrá-la aos circuitos de produção de mercadorias, rompendo com seu isolamento e destruindo seus modos de vida tradicionais”.

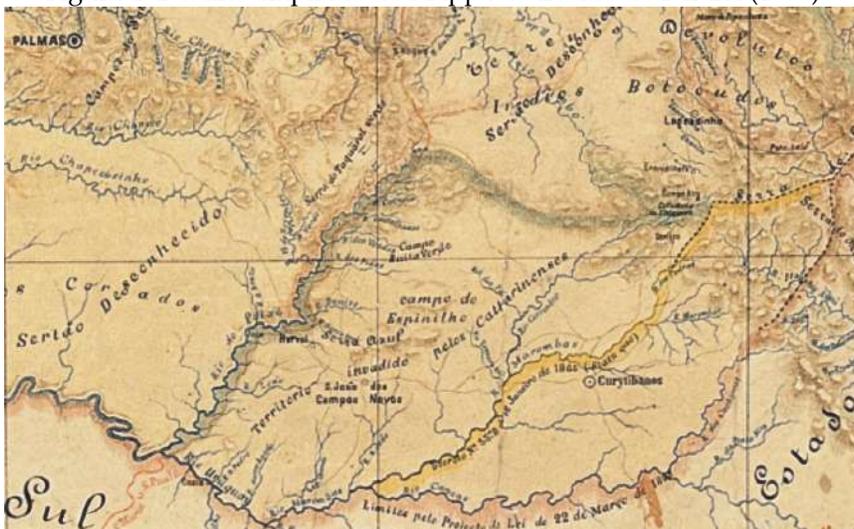
Mapas como o que consta na Figura 3, e seu detalhe ampliado da porção sul na Figura 4, elaborado pelo estado do Paraná no ano de 1896, em uma época na qual as divisas estaduais se encontravam em disputa, apontava uma porção significativa da floresta entre Curitiba e Curitiba, onde já se encontravam assinalados os Campos de Butiá Verde e Campos do Espinilho, na parte central do detalhe da Figura 4, e Palmas como “sertão desconhecido”, “terrenos devolutos”, “índios botocudos” e “índios coroados”, em espaços até então dominados pela floresta, muitos deles também ocupados por diversas famílias posseiras.

Figura 3: Mapa do Estado do Paraná (1896)



Fonte: Instituto Água e Terra, 2025.

Figura 4: Detalhe ampliado do Mappa do Estado do Paraná (1896)



Fonte: Instituto Água e Terra, 2025.

Esses “sertões”, que, da mesma forma que os Campos já ocupados desde o século XVIII, compunham o território tradicional de diversas populações indígenas, eram pejorativamente chamados pelos novos habitantes de “bugres”. Eram os Kaingáng do planalto e os Xocling das suas bordas, também conhecidos como coroados e botocudos, respectivamente. Desde a abertura dos primeiros caminhos de tropas, a existência de conflitos entre os tropeiros e os indígenas despertava a atenção das autoridades. O Morgado de Mateus, ao ordenar a criação da Vila de Lages, possuía como um dos objetivos afugentar os índios da região (Santos, 1973), que, segundo Aires de Casal (1945), ainda assolavam a vila nas primeiras décadas do século XIX. O que também foi relatado por viajantes como Avé-Lallemant (1980), que menciona, em sua passagem pela região no ano de 1858, a existência de ameaças por parte dos coroados e botocudos. Seguindo viagem rumo ao então Desterro, atual Florianópolis, comenta em uma passagem a tensão com que os tropeiros que o acompanhavam sentiam ao passar em uma área próxima ao Rio Canoas, temendo o ataque dos “bugres”.

Para a população nativa, esse processo de ocupação de seu território tradicional, que se intensificou principalmente a partir da segunda metade do século XIX, significou, além da representação do “outro”, encarnado nos novos moradores, o compartilhamento e a expulsão de suas terras. Dessa maneira, o convívio interétnico era quase sempre envolto num clima de tensão e conflitos (Lavina, 2004). Os fazendeiros procediam uma “limpeza de terreno”, eliminando os assim chamados “bugres” das regiões recém-ocupadas, agindo como uma forma preventiva contra ataques. Esse extermínio, que contava com o apoio das autoridades públicas, tornou as áreas ainda pouco ocupadas ou de difícil acesso os últimos refúgios de alguns grupos indígenas (Machado, 2004).

No entanto, como enfatiza Wittmann (2006), as populações indígenas, não apenas no planalto, mas também em outras regiões, não sofreram somente como vítimas o processo de ocupação do planalto. Essas populações dialogaram e desempenharam papel ativo nas relações com aqueles novos habitantes, o que pode ser percebido nas influências e heranças em relação ao uso e ao conhecimento da floresta e dos recursos naturais que os rodeavam. Existiam, em alguns casos, relações amistosas, nas quais ocorriam trocas de objetos e alimentos. Ainda, Brighenti (2015) aponta, a respeito das populações indígenas que viviam na região nesse período, que a população cabocla que se interiorizava mantinha uma “relação de simbiose com o Kaingang, havendo muitos casamentos mistos” (Brighenti, 2015, p. 192).

Ocorria nas regiões de expansão de fronteira, como as regiões marginais às fazendas e aos caminhos de tropa, um intercâmbio que, segundo Dean (2004), era tanto cultural quanto genético. Mistura que ocorria também com a população negra, escravizada ou livre. Em relação a esses contatos, o autor citado ressalta que nem todas as informações sobre a natureza obtida pelos ancestrais indígenas acerca do lugar em que viviam tenham sido conservadas intactas (Dean, 2004). No entanto, uma pequena, porém significativa parcela de conhecimento da floresta, que se perdera através do extermínio daqueles nativos permaneceu e foi

reconstruída, reelaborada e ressignificada, fazendo com que, como aponta Holanda (2004), no caso se referindo à rústica medicina brasileira, a soma de elementos e tradições tão díspares resultasse, muitas vezes, em “produtos imprevistos e que em vão procuraríamos na cultura dos invasores ou na dos vários grupos indígenas” (Holanda, 2004, p. 78). De certa maneira, é possível ampliar essa interpretação a certos aspectos do surgimento de práticas voltadas ao uso da terra e dos recursos naturais herdados pela população que avançava rumo à floresta.

Ao se instalar em novas terras, esses novos moradores, fruto não apenas da migração interna, mas do próprio crescimento vegetativo no planalto, poderiam, de acordo com Bloemer (2000, p. 72), viver “da caça, da pesca e da agricultura de subsistência”, atividade “possível, em uma fronteira aberta, com terras devolutas e baixa densidade demográfica” (Bloemer, 2000, p. 72). Praticavam nas terras o que Queiroz (1981) denominou como “roça cabocla”, em que exerciam a agricultura e a criação de animais, dividindo espacialmente as áreas para a criação e para a agricultura através de uma prática costumeira, em “terras de criar” e “terras de plantar” (Renk, 1997).

As chamadas “terras de criar” eram formadas pelos campos, florestas e faxinais onde circulavam os animais. Criavam principalmente gado bovino e suíno. O primeiro era criado nas áreas abertas, enquanto o suíno vivia nas florestas, sendo a principal criação de muitas famílias, por serem fáceis de criar, necessitando de pouco manejo. Bastava soltá-los nos campos e florestas que cresciam e engordavam, alimentando-se do que a natureza oferecia.

As “terras de plantar”, por outro lado, ficavam geralmente afastadas das residências, nas quais o sistema de agricultura empregado consistia na policultura itinerante em que eram cultivados milho, consorciado ao feijão, à melancia, à abóbora e a outras plantas após a derrubada da floresta e a queimada, sendo realizada a semeadura sobre as cinzas. Essa técnica, conhecida como coivara, quando praticada em pequenas dimensões, permite a

recomposição mais fácil do solo pela absorção de suas cinzas. Herança do conhecimento indígena no manejo do fogo, longe de ser descontrolada e abusiva, representa a combinação de “atividades que compensam o seu potencial destrutivo, para fazer frente ao processo de lixiviação, à exposição ao calor e à chuva, que tendem a empobrecer os nutrientes do solo” (Leonel, 2000, p. 144). Após a colheita, a terra ficava em descanso para que se recompusesse a capoeira, que seria derrubada para uma nova semeadura.

Tal modo de vida não chega a se enquadrar em uma economia natural, mas, sim, naquilo que Martins (1975, p. 45) denominou como “economia do excedente”, cujo principal objetivo era a subsistência, porém tendo o excedente comercializado, no caso, com tropeiros que percorriam as picadas e os caminhos da região, “pelos gêneros de que mais necessitava em tais cafundós: o sal, a farinha, o querosene, a munição para sua arma e as peças mais simples e rudimentares do seu vestuário”, conforme Cabral (1979, p. 94).

Essa região, dominada por formações de Campos e a Floresta Ombrófila Mista, provocaram a utilização também variada no que cabe ao uso da terra. É possível dizer que essas diferenciações naturais tenham igualmente influenciado no seu perfil de ocupação, da mesma forma que o interesse econômico da região tenha sido espacialmente desigual em diferentes períodos, como no caso das fazendas pastoris que ocupavam os Campos, enquanto pequenos e médios sitiantes se instalavam nos espaços de florestas. Mesmo a Floresta Ombrófila Mista, se em um primeiro olhar parece homogênea, dada a presença da araucária, apresenta, conforme Leite e Klein (1990), subformações e submatas com diferentes espécies que assumem maior ou menor presença em algumas áreas, relacionadas a aspectos como clima e relevo, formando dois grupos distintos de comunidades. Na primeira, que parte da porção norte do planalto catarinense e alto Vale do Rio do Peixe rumo ao oeste, a araucária se distribui de forma esparsa em um bosque composto por cerca de 70 a 90% de árvores pertencentes a espécies como a imbuia (*Ocotea porosa*), sendo esta a espécie mais representativa. Também existem, com menor presença, espécies como a canela-amarela (*Nectandra*

lanceolata), a canela-preta (*Nectandra megapotamica*), a canela-fogo ou canela-pururuca (*Cryptocarya aschersoniana*), a sacopema (*Sloanea monosperma*), a guabirobeira (*Campomanesia xanthocarpa*) e a erva-mate. No outro grupo, localizado entre a parte sul do Vale do Rio do Peixe e ao leste, até aproximadamente os Campos de Lages, a araucária forma um estrato superior bastante denso, sobre um estrato de 60 a 80% de espécies como a canela-lageana (*Ocotea pulchella*), espécie dominante, a canela-amarela (*Nectandra lanceolata*), a canela-guaicá (*Ocotea puberula*), a canela-fedida (*Nectandra grandiflora*), a guabirobeira (*Campomanesia xanthocarpa*) e diversas mirtáceas e aquifoliáceas.

Essas diferenças encontradas dentro de uma mesma formação vegetal, como a Floresta Ombrófila Mista, levaram a diferentes frentes de ocupação e uso dos seus recursos naturais. Queiroz (1981), ao estudar o processo de povoamento do planalto de Santa Catarina, separou espacialmente essas frentes de ocupação, tendo como parâmetro as atividades econômicas relacionadas aos recursos naturais, dividindo a ocupação em direção aos Campos, como fazendo parte da “frente pastoril” e a “frente extrativa”, relacionada à exploração da erva-mate. Se nas florestas, em espaços onde abundavam os ervais, eram estes que se constituíam como uma das principais fontes de renda dos moradores do planalto, nas regiões onde esta rareava, sendo extraída apenas para o consumo próprio, seria a criação de animais que desempenharia esse papel sendo também responsável por modelar a paisagem dos espaços rurais dominados pela Floresta Ombrófila Mista, ao menos até o aporte da colonização e da indústria madeireira (Brandt, 2015b).

1.4 “Paisagem cabocla”: uso comum da terra na criação de porcos

Se as terras destinadas à plantação eram individuais, a criação de animais, por outro lado, estava ligada à exploração em comum dos campos e florestas. Almeida (1989) comenta que o uso da terra em comum em áreas onde se exercem atividades pastoris, ao que tudo indica, parece ser uma prática muito difundida desde os

primeiros anos do avanço das frentes pecuárias no Brasil, o que também ocorria no planalto na criação de animais. Enquanto nas áreas de campos o gado vacum, cavalos e muar eram os principais animais criados, a situação se alterava nos espaços marginais aos grandes latifúndios. Onde abundava a floresta, os porcos assumiam o papel de principal criação. O porco, dentre os animais domesticados, é o que mais se assemelha a uma erva daninha. Pelo fato de serem onívoros, havia para eles, em comparação aos herbívoros bois, cavalos e mulas das áreas de campo, uma maior variedade de alimentos disponíveis. Comiam de tudo: frutos caídos, sementes, raízes, relva e qualquer animal pequeno. Por não tolerarem a luz direta do sol, não conseguiam se adaptar aos espaços abertos, preferindo viver em espaços sombreados, como as florestas (Crosby, 1992).

A criação de suínos é comum no Brasil desde o período colonial, sendo possivelmente responsável por diversas situações de conservação e/ou disseminação da vegetação florestal, embora pudesse promover impactos na fauna local, ao competir com espécies nativas por alimento e espaço (Dean, 2004). A difusão, sobretudo de variedades de origem asiática, com sua maior velocidade no ganho de peso, desempenhou papel crítico no desenvolvimento da suinocultura nas Américas, dada sua capacidade de conversão de alimento em carne e banha em comparação a outros animais de criação, como os bovinos (White, 2011). Os suínos convertem cerca de um quinto do que comem em alimento para consumo humano, contra aproximadamente um vigésimo dos bovinos (Lago, 1988). Isso fez com que a criação de porcos fosse considerada vantajosa, não apenas pelo menor trabalho e tempo necessário para o abate ou comercialização, que poderia ser até de um ano, mas também pela capacidade de conversão de alimento em carne e banha.

O hábito de se criar porcos à solta provavelmente acompanhou os colonizadores europeus da região ao observarem a abundância de alimentos encontrados nos capões e florestas. Relatos de viajantes que percorreram a região que atualmente compreende o

Paraná, como Cabeza de Vaca, já no século XVI, destacavam a importância da araucária e de seus pinhões na alimentação animal. Em sua viagem, Cabeza de Vaca (1999, p. 162) descrevia que

por aquelas terras há muitos porcos montanhese e macacos que comem aqueles pinhões. Os macacos costumam subir nos pinheiros e derrubar tantas pinhas quanto conseguem para depois descerem e comê-las junto ao solo. Muitas vezes acontece que os porcos montanhese ficam aguardando os macacos derrubarem as pinhas para então irem comê-las, afugentando os macacos.

Aires de Casal (1945) destacava, na segunda década do século XIX, a abundância, nas regiões próximas a Curitiba, de porcos percorrendo as florestas em um espaço onde “as árvores mais comuns são pinheiros brasílicos [araucárias]: estes majestosos vegetais formam extensas matas povoadas de porcos-montese, que andam em varas numerosas, às vezes de 100, e muito mais” (Casal, 1945, p. 161). Pinhões desempenharam um importante papel na dieta dos porcos criados pelos habitantes planaltinos. Saint-Hilaire (1978), em sua viagem ao Brasil entre 1816 e 1822, na qual percorreu os Campos Gerais e Curitiba, comenta que “ainda hoje os habitantes dos Campos Gerais comem as sementes de araucária e as empregam com sucesso para engordar os porcos” (Saint-Hilaire, 1978, p. 17).

“Porco era que nem rato”, já dizia em depoimento Altino Bueno da Silva (2005), antigo morador da região do Vale do Rio do Peixe, sobre a abundância do animal na região. O ambiente favorável propiciou a muitos moradores do planalto encontrar na criação de porcos soltos uma fonte de renda. Criados soltos, esses animais eram também conhecidos como “porcos alçados”, cuja criação consistia, de acordo com Chang (1988, p. 26), em uma “suinocultura extensiva, onde os animais eram criados em completa liberdade”. Percorriam terras de diferentes criadores em busca de alimento, assim como também ocorria com outros animais, como bois, cavalos, mulas e cabras, pelo fato destas não possuírem cercas — e isso persistiu, em

muitas regiões até o início da colonização —, “uma vez que a amplitude de terras o dispensava”, como aponta Renk (2004, p. 28), sendo sua divisão estabelecida por marcos naturais ou marcas em árvores, “por butieiro, por imbuia, por rio”, como relembra Nair Ribeiro do Prado (2005), antiga moradora da região de Fraiburgo⁸.

Soltavam-se os porcos, que percorriam florestas, campos e butiazais, em busca de alimento, onde cresciam, engordavam e se multiplicavam até sua captura. A respeito dessa criação, Corrêa (1970) comenta que esta necessitava de uma ampla área, pois uma cabeça requeria aproximadamente cinco hectares de mato, ou seja, não poderia coexistir com uma intensa ocupação, sendo assim uma atividade de áreas de baixa intensidade demográfica e pouca ocupação do solo. A engorda do porco, mais rápida e com menor necessidade de alimentação, era também um dos motivos para que muitos dos moradores considerassem a criação de porcos vantajosa, como relata, em depoimento, Valdomiro Monteiro (2005), antigo morador da região de Curitiba: “criavam muito porco solto [...] Gado não era tanto, mais era porco. Que naquele tempo o gado tinha que deixar até seis anos de idade para poder viajar daqui. Bom aqui carregava pela estrada de ferro mesmo”.

Segundo conta Sebastião Celso Abrão (2005), igualmente em depoimento, cuja família possuía a Fazenda da Barra, que ocupava

⁸ Existe na região do Centro-Sul do Paraná uma forma de uso comum da terra, influenciada pelo costume de criação à solta que persiste até os dias de hoje no estado. É o chamado sistema faxinal ou simplesmente faxinal. Este consiste, segundo Sahr (2006), em um “sistema de uso integrado da terra que abrange a atividade silvopastoril comunitária, a extração de madeira e erva-mate e também a agricultura de subsistência”. No sistema faxinal, ao contrário do que ocorria costumeiramente na região de Fraiburgo, por exemplo, as terras de plantar eram abertas, enquanto as terras de criar eram cercadas (Chang, 1988). Verifica-se nesses espaços de criadouros comuns o uso coletivo da terra, porém, a propriedade ou a posse continuam sendo privadas. Ali se encontra a criação de bois, cavalos e porcos, além da extração da erva-mate. As terras de plantar se localizam fora do criadouro comum, sendo usadas individualmente. Alguns produtos cultivados são o milho, o arroz, a batata e a mandioca, empregando em muitos casos a rotação de terra e a queimada para a limpeza do terreno (Sahr, 2006).

uma área de 14.310.884 m²⁹, atualmente localizada no município de Lebon Régis, a criação de animais, em especial o porco, era uma das principais atividades econômicas da família. Criado solto, como de costume na região, ele percorria não apenas as terras da família, de extensão considerável, mas também as áreas vizinhas:

Naquele tempo, criava porco no mato tudo solto. Não vacinava, nada. Me lembro, era piazão de uns nove, dez, doze anos, pegava porco. Ficava quase uma semana para pegar porque tinha que amarrar tudo na corda e eles viviam no mato [...]. Era tudo em aberto, tinha a propriedade, tinha um poteirinho para fechar um cavalo, mas era tudo em aberto. Da Fazenda da Barra, e os porcos ficava solto, ia para a fazenda do Rocha, da fazenda do Butiá Verde, tinha muito butieiro. Ele ficava comendo butiá (Abrão, 2005).

Se os porcos eram criados soltos, reproduzindo-se sem o controle dos proprietários, animais como cavalos e ovelhas eram, em muitos casos, criados fechados. Sebastião Pires (2005b) menciona que ovelhas eram também criadas fechadas para evitar o ataque de cães: “Tinha que fechar. A ovelha tinha um piquete, um potreiro próprio para criar. [...] Mas, assim mesmo, muita gente soltava, mas soltava para dar de comida para os cachorros do vizinho”.

A criação de porcos soltos era possível pela existência de amplos espaços de floresta junto à baixa ocupação demográfica. Nessa forma de criação, as roças eram cercadas para impedir a invasão dos animais criados e até mesmo de alguns veados que existiam na região. Como as lavouras eram destinadas à subsistência e não à comercialização, ocupavam pouco espaço, se comparadas às terras de criar. Utilizavam-se, em muitos casos, para cercar as roças, onde plantavam sobretudo milho, consorciado ao feijão, ao arroz sequeiro, à abóbora e à melancia, os chamados “rachões”, que consistiam em tábuas feitas a partir do pinheiro lascado. Cercas que poderiam ser construídas com outros tipos de madeira e com toras

⁹ Inventário de José Antônio Abrão, 1939. Comarca de Curitibaanos, caixa 23. Arquivo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, p. 16.

de pinheiros ou árvores como o xaxim, as quais também poderiam ser utilizadas na construção de encerras, onde era plantado um milharal para a engorda dos porcos, estes, sim, destinados não apenas ao consumo próprio, mas também à comercialização.

Por circularem livremente, os animais eram diferenciados com cortes na orelha ou no rabo, no caso dos porcos, e de marcas ou cincerros nos outros animais, como bois e cavalos. Após alguns meses ou até anos criados soltos, os porcos eram capturados no meio do mato. Para sua captura ocorriam também práticas de auxílio mútuo, em que o ato de arrebanhar os animais era facilitado pelo contato entre os moradores, que avisavam ao proprietário caso avistassem criações deste em suas terras, como relata Miguel Lara Sobrinho (2005): “cada um cuidava do seu porco, às vezes achava no vizinho, levava um para o outro. Às vezes andavam campeando, aí achavam o porco do outro vizinho e avisavam”. Às vezes recorria-se ao auxílio de cães treinados na captura. Em relação a essa forma de criação, José Lindolfo Cordeiro Leite (2005) relata o seguinte:

Naquele tempo, [...] não era agricultura, porque quase ninguém lidava, era tipo criador, naquele tempo criava, nem tinha cerca, era aberto, só fazia uma marca onde eram as divisas, marcavam uma madeira, não tinham cerca, nada que não existia arame. E daí ali era a divisa de terreno, mas a criação era tudo junto, uns criavam porco, outros criavam gado. E era tudo misturado. Era um espaço muito grande. Então a criação vivia solta, às vezes extraviava os animais, meu Deus do céu [...]. Às vezes levava mês para a gente achar. Naquele tempo, tinha tudo que era criação.

Era comum também, pela criação extensiva, que os animais se reproduzissem sem a assistência ou o conhecimento de seus proprietários. Caso estes não possuíssem sinal, eram considerados sem dono, como afirma Sebastião Andrade dos Santos (2006):

[...] quem pegava animal sem marca era dono. Meu pai, me lembro que reunia oitenta, cem porcos [...] no mato. Porco que nascia e se criava

comendo no mato [...] Quem pegasse o animal sem sinal era dono, respeitava a criação pela marca. Um avisava o outro, cuidavam [...] tem um boi seu sangrando, machucado, picado de cobra.

Pelo fato de comumente reproduzirem-se sem o controle dos proprietários, não era raro o criador desconhecer o número exato de animais que possuía. Sebastião Celso Abrão (2005) conta que, quando ia capturar os porcos assinalados, encontrava, em muitos casos, as porcas acompanhadas de mais de uma centena de leitões.

Exemplo semelhante pode ser observado em uma discussão que consta entre os herdeiros de Joaquim Dias de Moraes, criador na localidade de Faxinal dos Carvalhos, atualmente localizado no município de Fraiburgo. Conforme consta no seu inventário elaborado em 1939, foram levantados 35 animais. No entanto, no desenrolar do processo, constam nos autos um ofício dirigido ao Juiz da Comarca de Curitiba em que os herdeiros discordavam do número de animais: “o número de porcos cremos ser maior que o declarado, mas, não o negamos, só com cuidadoso trabalho de procura, no mato, pode haver entrega do exato número”¹⁰. No mesmo processo, outro ofício é enviado, desta vez para reclamar o estado de abandono em que se encontrava a criação de porcos do inventariado:

[...] os porcos pertencentes ao espólio não estão sendo cuidados e, há sete meses falecido o inventariado, os porcos que, então não tinham ainda marca ou sinal, não foram, posteriormente marcados; e a verdade é que facilmente se encontrarão na fazenda inventariada, o dobro ou o triplo dos porcos que foram declarados; e pertencentes ao espólio¹¹ (Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 1938, p. 13-14).

Caso fossem comercializados, depois de arrebanhados, os animais eram confinados em uma encerra de milharal aberta em meio à floresta para continuar a engorda, ou em um mangueirão.

¹⁰ Inventário de Joaquim Dias de Moraes, 1938. Comarca de Curitiba, caixa 23, fl. 13-14. Arquivo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

¹¹ *Idem*, fl. 86.

Estes eram cercados para impedir a invasão dos animais soltos, conforme Miguel Lara Sobrinho (2005), morador da região de Fraiburgo: “O pessoal criava porcos que iam por toda a parte [...]. Faziam as roças fechadas para engordar aqueles porcos. Era esse o sistema naquele tempo”. Da mesma forma que criadores de porcos de outras áreas, como aponta Valentini (2004), as varas de porcos partiam, conduzidas a pé, rumo aos centros consumidores através da antiga estrada que ligava Curitiba a Videira, demorando, conforme Carlos Hepp (2005) “quatro dias para chegar a Videira” em um trajeto não superior a 25 quilômetros. Assim relembra Sebastião Celso Abrão (2005) as tropeadas de porcos realizadas na infância, informando o número de animais que conduzia para a venda: “tocava aquele porcos pelos matos, pelos carreiros, pelos rios. Para ver como naquele tempo o povo era lidador, tocava cem, cento e poucos porcos, tocava e não extraviava, ia como queriam. Eu tô com 59, tinha 12”.

Como muitos daqueles animais permaneciam mais de um ano soltos, tornando-se bravios ao contato humano, os criadores, para conseguir transportar a porcada em tropa, adotavam o seguinte método, aqui descrito por José Lindolfo Cordeiro Leite (2005):

Então pegava aqueles porcos de três, quatro, assim, porco criado no mato que nunca via gente. Então a gente tinha que costurar os olhos, bem costurado, para ele seguir os outros, que daí ele segue a tropa e não sai. Porque se não costurar, ele não acompanha, daí ele vai pro mato e não há mais quem pegue.

Procedimento que também era adotado por outros criadores da região, que lhes “costuravam as pálpebras com fio de cedinho ou pingavam-lhes uma gota de creolina nos olhos, a fim de deixá-los completamente cegos. Assim, os brutos seguiam a tropa só ‘pela bulha e pelo faro’”, conforme aponta Felipe (2000, p. 144).

Em relação à importância da criação de animais e à quantidade deles percorrendo Campos e matas ao longo do processo de ocupação territorial, é possível se valer do relato de Vieira da Rosa

(1918a, p. 1), que fez os seguintes comentários, não apenas sobre a criação de animais soltos, no caso o porco, mas também sobre a paisagem, apresentando uma breve descrição de sua fisionomia, com seus campos, butiazais, faxinais e florestas. Também mencionava a posse dos Campos, com suas melhores pastagens, como sendo de propriedade de ricos fazendeiros:

Município serrano, Curitibaños é, apesar disso, mais nemorensis que campesino, porem, mesmo nessas mattas, que nenhum ponto de contacto têm com as florestas virgens do littoral, que tem um caracter subtropical, pascem os gados bovino e cavallar, criam-se manadas abundantes de porcos.

É que esses mattos, limpos de cipos, gramados, permittindo passear por ellas a cavallo, como nalgum parque europeu, os fructos nutritivos são abundantes, entre os quaes os guamirins, o vacum, as goiabas serranas, os araçás, a imbuia, o pinhão, as amoras e o butiá, constituem o alimento principal para engorda de suínos.

O butiá vegeta expontaneamente numa area não muito dilatada: começando a apparecer junto à villa [de Curitibaños], nos campos de Antônio Sampaio, prolonga-se pelo Guarda-mór, atravessa o Correntes, acompanha o Butiásinho e parte do Espinillo, volta pela Liberata, Butiá Verde, Bahia, Taboão, Perdizes, Trombudo e Fachinal das Aguas, onde de approxima de novo do Guarda-mór tendo descripto um circulo de 20 leguas mais ou menos.

A descripção que fizemos das terras curitibanenses explica: primeiro o modo de vida do caboclo que, tendo a criação de porcos como sua principal e unica industria era obrigado a viver pelos ermos, no meio das mattas; segundo, a difficuldade que as forças do governo encontraram nas marchas e no serviço de intendência.

...

Vimos acima que os terrenos comprehendidos entre o Marombas e o Correntes, formam uma bella região campesina bordada de capões. Estende-se desde a barra do Timbó, Corrente ao Jusante, até a confluência do Marombas com o grande e megestoso Canoas. No ponto de bifurcação, porem, e isso numa extensão de meia legua, os campos desaparecem para dar lugar a uma frondosa matta de pinhaes e palmeiras.

Entre o Correntes e o Rio do Peixe, toda essa grande extensão curitibanense, com excepção dos Campos de Butiá Verde, o das Perdizinhas e Perdizes; gramados e um ou outro campestre, como o da Liberata e do Serro da Pedra, do Cahapiá etc, é coberta de matto. O caracter da vegetação altera-se cada vez ao approximar-se do Rio do Peixe onde, apesar da existência dos pinheiros e imbuias, já apparecem especies que habitam a região littoral, de character subtropical, e o que acontece com os vegetaes também succede aos animaes, encontrando-se alli espécies que só encontramos nas mattas da costa.

Os terrenos limpos, de campos, são todos propriedades de ricos fazendeiros que, cuidando também da lavoura, possuem outras terras no que chamam serras, terras de matto. Para os de Guarda Mór e para todos que ficam situados ao sudoeste da villa, essas terras de planta estão nas mattas da margem direita do Correntes, excellentes para todos os cultivos, sem excepção (Rosa, 1918a, p. 1).

Já o Primeiro-Tenente do Exército, Herculano Teixeira D'Assumpção (1917), que atuou na Coluna Sul, entre 1914 e 1915, fez a seguinte observação a respeito da criação de animais em sua obra sobre o conflito:

A criação suína e caprina é notável; durante as nossas operações militares, encontramos, por todo o sertão, muitos animaes porcos abandonados na matta, comendo exclusivamente pinhão, e, no reductinho do Trombudo, a 9 Km a sudeste de Perdizinhas, para mais de 100 bodes, cabras e cabritos, também em completo abandono. É regular a criação de ovinos, para o qual bem se presta a temperatura dos campos catharinenses collocados no planalto brasileiro. É, pois digno de registro o progresso do gado lanígero no Estado (D'Assumpção, 1917, p. 181).

Pode-se pensar que o termo empregado para aqueles animais, como sendo "abandonados", não seja utilizado apenas pelo fato de que parte da população tenha se deslocado aos redutos, mas também pelo modo de criação à solta. Adiante, D'Assumpção (1917) tece comentários a respeito da compra de animais, em que alguns criadores compravam pequenos rebanhos, possivelmente de

pequenos criadores e posseiros, para a venda, cujos animais, conduzidos em tropa, poderiam, por exemplo, seguir rumo ao Vale do Itajaí. Em relação aos bovinos, estes, também soltos, eram aprisionados uma ou duas vezes por ano na mangueira, para a salgagem, quando eram então marcados.

O conhecimento aprofundado de técnicas e estratégias, construídos historicamente pela população da floresta para o manejo das criações, conformou, nas palavras de Faria (2005, p. 267), “a imbricação dessa população com o meio ambiente e, conseqüentemente, estabeleceu um alto grau de dependência em relação à manutenção dos mesmos”. Essa imbricação com a paisagem florestal, no entender da autora, “expressa-se pela elaboração de técnicas dependentes de elementos do ambiente específico” (Faria, 2005, p. 267), o que pode ser visto na adaptação das práticas de criação, agricultura e extrativismo aos recursos oferecidos e aos ciclos naturais. Havia todo um calendário formado pelos ciclos da natureza para a criação de porcos, seguido pelos criadores, que estavam fortemente amparados na produção do pinhão, semente da araucária. É o que relata Valdomiro Monteiro (2010):

[...] Quando começava a primavera, vinham algumas frutas, como a guavirova, e aí terminava e vinha o butiá. O butiá dava a vontade, e cada cacho dava 20 quilos. Então os porcos comiam. Quando terminava o butiá, vinha o pinhão, então tinha porco que nascia no mês de junho, julho, e quando chegava com um ano sem praticamente nenhuma despesa, ele estava com 80, 100 quilos. Nem todos se desenvolviam tão bem. Escolhíamos alguns e trazíamos lá de Guarda-Mor, até Videira, caminhando para vender.

Inclusive, as roças de milho, que poderiam ser plantadas para complementar a engorda dos porcos, dependiam do ciclo de amadurecimento do pinhão:

O milho era depois do pinhão, no mês de maio esperava colher, sempre depois da primeira geada. Alguns colhiam antes para tratar o porco, mas se usava muito milho porque o pinhão não dá todo ano.

Dá bem no primeiro, no segundo nem tanto e no terceiro não dava nada, aí usávamos o milho (Monteiro, 2010).

Embora o modo de povoamento realizado por essa população seja disperso, acompanhando os cursos dos rios, esses moradores estavam vinculados entre si por diversos elementos conectados à sua vida social e cultural. Nas diversas comunidades que se formaram ao longo do povoamento dos campos e florestas do planalto catarinense, é possível vislumbrar entre as famílias uma espécie de vínculo, exposto conforme Cândido (1971, p. 58), “pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas”. Nestas, não confere a ideia muito comum de que seus habitantes viviam isolados, tanto uns dos outros quanto do mundo. Além do constante trânsito de tropeiros, que comercializavam a produção de excedente e da rede de parentesco do sitiante ou fazendeiro que muitas vezes se dispersava por toda a região planaltina do Sul do país (Machado, 2004), o morador, na grande maioria, estava integrado à vizinhança. Na formação desses laços de sociabilidade e solidariedade, vislumbra-se o sentimento de consciência da construção por eles mesmos do lugar.

O espaço, à medida que adquiria familiaridade, que era cada vez mais conhecido, definido e significado pela população, transformava-se em um lugar, como aponta Mello (1993, p. 32), “cheio de objetos comuns”, onde estes se sentiam seguros e à vontade, emergindo assim experiências cotidianas, de trabalho, lazer e sobrevivência (Tuan, 1983). Lugar cuja formação, segundo Cândido (1971, p. 64-65), “depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas”, onde a “convivência entre eles decorre da proximidade física e da necessidade de cooperação”. A criação de animais em comum pode ser analisada sobre o viés de uma prática na qual a integração com a vizinhança se fazia necessária. O arrebanhamento desses animais, tanto para consumo interno quanto para a venda, sejam bois, cabras ou porcos, era facilitado sobremaneira pelo

contato entre os moradores, avisando ao proprietário que algum animal de sua propriedade estava percorrendo suas terras.

Furlan (2006) denominou esse tipo de espaço como uma “floresta cultural”, onde seus recursos são usufruídos de forma compartilhada, como no caso da engorda dos animais, e se observa o desenvolvimento de práticas sociais adequadas ao ambiente natural, além de conhecimentos sobre o funcionamento e a utilização de forma sustentável. Tais práticas seriam efetivadas e transmitidas através de um conjunto de normas e costumes, fundamentadas na tradição e na memória, em que a oralidade exerce grande importância. Estas, de maneira semelhante a que aponta Thompson (2002a, p. 120), constituíam-se como “crenças não escritas, normas sociológicas e usos asseverados na prática, mas jamais registrados por qualquer regulamento”, que originam a uma rede de relações no território, as quais podem ser caracterizadas por práticas culturais, de trabalho, uso e acesso à terra e aos recursos naturais. Isso, por sua vez, fica evidenciado na “paisagem cabocla” (Brandt, 2015a) e em suas atividades de criação e extrativismo, servindo, inclusive, como uma espécie de delimitação territorial dessas populações (Brandt; Nodari, 2011).

Além da criação de animais em comum, existiam outras formas de solidariedade existentes, cujo exemplo mais conhecido é o mutirão, popularmente chamado na região de puxirão, envolvendo também outras variações regionais, como ajuntório, muxirão, putirão, pixirão e pixurum. Conforme o Boletim do Conselho Nacional de Geografia de maio de 1943 (1943, p. 39), o mutirão se caracteriza como “uma cooperação mútua entre agricultores, usada, principalmente, nas paragens onde o trabalho remunerado é quase desconhecido, nas zonas de pequenas e médias propriedades ou de terras desvalorizadas”. Prática que ocorria e ainda ocorre em diversas regiões do Brasil, o mutirão possui origem antiga, conforme apontam autores como Caldeira (1956) e Ramos (1938), com diferenciações no espaço e no tempo, tanto pelas sociedades nativas da América, quanto da África e da

Europa, que trouxeram ao Brasil cada um a sua experiência de práticas coletivas.

Depoimentos de antigos moradores da área de Fraiburgo dão conta da existência do puxirão entre as famílias que viviam na região, sendo que possivelmente tal forma de solidariedade entre moradores tenha vindo com os primeiros ocupantes do lugar. Além da cooperação na faina agrícola, destaca-se o aspecto festivo dessa prática. Se os homens, durante o puxirão, encarregavam-se do trabalho no campo, limpando a roça, as mulheres ficavam responsáveis pela preparação da alimentação, em que o dia terminava com festividades.

Mesmo se tratando de uma região de fronteira, essa população, em grande parte posseira, era, como aponta Machado (2004), relativamente fixa, ao menos em parte do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A seu ver, a proximidade, em algumas áreas, dos ervais nativos e a produção pastoril, em que também é possível incluir a existência, por parte dessa população, de um sentimento de localidade, formado através dos laços de parentesco e compadrio, não apenas na localidade, mas também em áreas próximas, são fatores relevantes na sedentarização da população cabocla.

É possível também que tenha ocorrido, não apenas para as necessidades familiares, mas também para a comercialização, ao menos em certo período, a caça de animais como veados, porcos-domato, jaguatiricas (conhecidas na região como tigre) e onças, com a finalidade de se obter couros e peles. Corrêa (1970), em seu estudo sobre o Sudoeste do Paraná antes da colonização, comenta que essa atividade, que não chegou a assumir papel de importância como a criação de porcos, possuía comércio baseado na troca, sendo que muitos dos que adquiriam esse material poderiam ser seleiros.

Outra atividade relacionada ao uso em comum da terra estava associada à extração de recursos naturais da floresta. Poderiam recolher mel e cipós para a coloração da lã de ovelhas, além de diversas plantas para usos medicinais. Porém, é a extração de erva-mate que assume o papel de protagonista do extrativismo florestal

em comum. O hábito de se consumir o mate já era comum entre os Guarani antes da chegada dos europeus. Herdaram tal tradição os povoadores dos Campos de Curitiba, em contato com os indígenas escravizados, da mesma forma que os paulistas e portugueses que ocuparam o Rio Grande, além dos espanhóis do Prata. Se de início sua produção se destinava apenas ao consumo próprio, logo passou a ser comercializada, tornando-se um importante produto comercial das regiões próximas aos rios Negro e Iguaçu (Queiroz, 1981).

Se os Campos marcaram a área na qual se instalaram as primeiras fazendas, os ervais fizeram o mesmo, indicando as áreas extrativas. Apesar de não se constituir em uma forma de uso ligada às atividades pastoris, seu surgimento está intimamente ligado com o avanço populacional, inicialmente promovido pelos caminhos das tropas. Os primeiros ocupantes das regiões ricas em ervais, ao encontrar uma área onde tal árvore abundava, nelas se instalavam e iniciavam a produção (Queiroz, 1981).

Não existiam, ao menos nas regiões ervateiras de Santa Catarina, regras muito fixas nas relações entre os homens no trabalho dos ervais. Todo o trabalho, no caso dos pequenos produtores, dependia somente da força familiar. Coleta que, no caso dessas terras devolutas, poderia ser em comum, como aponta Tomporoski (2004) em relação ao Planalto Norte de Santa Catarina. A erva também era, ao menos em seu início, colhida nas terras dos grandes fazendeiros por seus peões e agregados. Porém, a extração servia principalmente para subsistência, sendo que algum eventual excedente poderia ser comercializado nas vizinhanças, sem que representasse alguma importância econômica (Queiroz, 1981).

Muitas dessas terras passaram a ser alvo de apropriação, especialmente a partir da Proclamação da República, que somados a novos condicionantes externos, sobretudo no despertar do século XX, vieram alterar profundamente o panorama socioespacial do planalto catarinense, principalmente das áreas em expansão a oeste e noroeste dos grandes latifúndios de Lages e Curitiba, antes ocupados principalmente por posseiros.

2. Apropriação/expropriação de terras

Silva (1996, p. 157-275), em sua obra *Terras devolutas e latifúndios*, afirma que “a formação da propriedade da terra no Brasil teve uma peculiaridade: constituiu-se fundamentalmente a partir do patrimônio público”. Ocorreu, nas palavras da autora, “um processo de passagem das terras chamadas devolutas para o domínio privado. E a Primeira República foi um dos momentos mais importantes deste processo” (Silva, 1966, p. 157-275). Se a Lei de 1850 não concretizou, em seus principais objetivos, a demarcação das terras devolutas e particulares, acabando por persistir em muitas áreas a posse, inclusive de grandes áreas em todo o país, esta implementou a transformação da terra em mercadoria, ou seja, equivalente a capital, tornando-se mais um elemento de diferenciação social (Machado, 2004).

A partir da entrada em vigor da Constituição de 1891, com a atribuição dada aos estados-membros em relação à posse das terras devolutas, cada um passou a regular as terras, por meio de suas respectivas constituições e legislações, desde que respeitassem à Constituição Nacional (Brasil, 1891). Essa mudança, somada a uma inserção cada vez maior de Santa Catarina na economia nacional e do país no cenário mundial, marcam a intensificação de um processo da apropriação privada da terra, trazendo consigo um conjunto de transformações socioespaciais, desestruturando antigas formas e concepções do uso da terra.

A apropriação privada de terras no planalto iniciou-se ainda no século XVIII, com o estabelecimento das primeiras fazendas de criação, tanto pelo apossamento quanto por sesmarias. Fazendas que eram estabelecidas principalmente nos Campos, como nas regiões de Lages, Curitiba e Campos Novos, sendo estas as primeiras áreas ocupadas por serem consideradas mais valiosas devido à importância da criação do gado. Já as terras compostas, em sua maioria, por florestas e faxinais, sem grande importância para o

grande fazendeiro, eram ocupadas por posseiros e proprietários marginais, que, ao se estabelecerem nelas, derrubavam a floresta para a formação de uma pequena campina ou área de roça, que passaria a ser cultivada em rotação de culturas.

Em Santa Catarina, com a Constituição de 1891 e a Lei Estadual de Terras de 1895 (Santa Catarina, 1919), observa-se um processo de apropriação de terras cada vez mais intenso no planalto, promovido por grandes fazendeiros e por novos grupos econômicos, interessados na exploração madeireira e colonização das terras, que passariam a ser valorizadas pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande (Cavallazzi, 2003). A inserção desses novos grupos econômicos e o maior aumento do poder dos “coronéis”¹², principalmente nas regiões ao norte e oeste de Curitiba, implicaria, a partir de então, em um processo, muitas vezes violento, de apropriação/expropriação da terra.

2.1 O coronelismo no planalto catarinense

Muitas concessões e apropriações de terra no planalto, algumas por meios escusos, como a grilagem, estavam vinculadas, conforme Silva (1996, p. 253), a “um fenômeno sociopolítico de importância indiscutível na vida rural brasileira, que foi o coronelismo”. Prática política que expressa o poder local de grandes proprietários rurais e comerciantes, que mesmo existindo ainda no período imperial, encontrou no período republicano, como aponta Machado (2004, p. 91), “amplas condições de autonomia, adequadas ao exercício de mando local e regional, até mesmo como base para as situações (e oposições) políticas estaduais”.

Ser “coronel” conferia, conforme o autor, o “aumento do prestígio político e social de todo aquele que conseguia ser guinado ao oficialato, principalmente nas patentes de capitão para cima”

¹² Quando a denominação coronel for mencionada entre aspas, trata-se de uma referência ao “chefe local”, utilizando o termo de Monteiro (1974), ou a grandes proprietários de terras, membros da Guarda Nacional.

(Machado, 2001, p. 25-26). Para Faoro (1977, p. 622), o “coronel”, “antes de ser um líder político, é um líder econômico”, cujo poder político de certa forma é o reflexo do patrimônio pessoal. Poder que não seria fundamentado apenas na posse da terra, mas também por outras formas, como o comércio (Queiroz, 1989; Martins, 1995).

Por ser “alguém de reconhecida autoridade e prestígio”, este possuía potencialmente, de acordo com Janotti (1985, p. 7), “possibilidades de atender às demandas de sua clientela, sejam elas públicas ou privadas”. Representava, assim, para Faoro (1977, p. 631), “uma forma peculiar de delegação do poder público no campo privado”, no qual ocorria uma larga interpenetração entre os dois setores, sendo que o coronel utilizava também o poder estatal para o cumprimento de fins privados. Para Machado (2004, p. 91), os “coronéis investiam-se, na prática, de verdadeiros poderes arbitrais sobre sua gente: resolviam rixas, proferiam ‘julgamentos’ e arbitragens, geralmente respeitados pelos contendores”, além de funções policiais, legais ou não, contando com um grande número de capangas e agregados. Em uma relação de dominação estabelecida através da lealdade e do respeito, a utilização do público não seria necessariamente para si, mas também para a população sujeita ao seu poder em que as “relações apresentam-se como um consenso e uma complementaridade, onde a proteção do mais forte tem como contribuição honrosa o serviço” (Faoro, 1977, p. 631-633). Relações que podem ser vistas dentro do que é conhecido como “troca de favores”. Para Leal (1978, p. 42), tal relação ocorria porque

a rarefação do poder público em nosso país contribuiu para preservar a ascendência dos coronéis, já que, por este motivo, estão em condição de exercer, extraoficialmente, grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes.

Troca de favores que ocorria da mesma forma na esfera governamental. A política dos governadores, uma das marcas da

Primeira República, mantinha-se porque, como aponta Martins (1995, p. 46),

a sustentação da presidência da República e, reciprocamente, dos governadores, se dava com base num sistema de troca de favores políticos. Os governadores, por sua vez, operavam dentro do mesmo esquema através de um sistema de trocas com os chefes políticos do interior, os coronéis.

É comum na literatura que trata sobre o fenômeno do coronelismo no Brasil a sua associação com o voto. Autores como Martins (1995), Queiroz (1989), Janotti (1985), Faoro (1977) e Leal (1978) atribuem ao voto um elemento invariante e intrínseco ao fenômeno no coronelismo (Dantas, 1986). Porém, se o poder dos “coronéis” é comumente associado ao voto, como explicar seu poder e seu espaço de atuação em uma área rural, como o planalto catarinense, onde existia um reduzido número de eleitores?

Dantas (1986), ao analisar em termos temporais o fenômeno do coronelismo, argumenta que nem sempre o mecanismo do voto se constituiu na principal fonte de poder do “coronel”. A seu ver,

[...] na Primeira República, o controle da coerção pelos proprietários rurais apresentava um papel muito significativo, como fonte de prestígio e de poder, do que o controle do voto, enquanto tal. Diante das transformações político-institucionais que afetam o Estado, o Coronelismo vai explorando suas fontes de poder, primeiramente suas milícias particulares, posteriormente seu prestígio socialmente reconhecido, e, por fim, o controle do eleitorado (Dantas, 1986, p. 14).

Na região do planalto, a grande maioria da população rural era analfabeta, o que, fica evidente, se compararmos a população e o número de eleitores. Tal diferença se deve, naquele período, à implantação da Lei Saraiva em 1881, que, além de atribuir uma renda mínima para o voto, incluiu a restrição ao voto do analfabeto. Nesse mesmo ano, aponta Boppré (1989), o número de eleitores aptos a votar nas primeiras eleições diretas do Império era, em

Lages, de 302 eleitores para uma população de 14.023 habitantes em 1883. Curitiba só possuía, na época, 91 eleitores para uma população aproximada de 4.000 habitantes.

Torna-se assim lícito pensar que o poder dos coronéis estava, dessa maneira, assentado não apenas no voto, mas também, como aponta Machado (2004, p. 93), na “força de seu contingente de milicianos particulares”. As vitórias eleitorais, conforme o autor, concordando com Dantas (1986), eram provenientes mais desse poder de coerção do que da vontade do eleitorado, pois, afirma o último que “eleições poderiam ser falsificadas e os resultados geralmente puderam ser impostos, desde que houvesse suporte na força, baseada na capacidade de mobilizar homens em armas” (Dantas, 1986, p. 24). Poder que também atingia a área urbana dos municípios, onde se situava seu principal eleitorado. Se na área rural recrutava milícias, que poderiam ser os peões, agregados, compadres e afilhados, “sua gente”, dependente por um conjunto de normas, obrigações e laços sociais, era nas cidades que encontrava os eleitores, peças fundamentais na reprodução do poder desses grupos, isto pelo menos na Primeira República. É apenas a partir da década de 1930 e 1940 que a população rural desempenhará um peso mais significativo dentro do eleitorado nacional (Machado, 2004, p. 93).

Essa análise demonstra ser válida ao menos para o coronelismo no planalto de Santa Catarina nas primeiras duas décadas do século XX, principalmente nas regiões de Curitiba e Canoinhas, onde os “coronéis” possuíam poder não apenas pelo exercício em cargos públicos, mas pela mobilização de homens em armas, que em alguns casos chegavam às centenas¹³.

Esse mecanismo garantia o funcionamento de toda uma complexa rede de intercompromissos, com base no esquema de

¹³ Machado (2004) comenta sobre o auxílio entre “coronéis” no caso das eleições locais de 1914, quando o Major Tomás Vieira, de Canoinhas, necessitou do apoio dos capangas do Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, de Curitiba. Mobilização que também se fazia necessária na disputa entre “coronéis” rivais.

troca de favores políticos, no qual ao “coronel”, como aponta Dantas (1986, p. 25), “legitimado pela oligarquia estadual, a partir da capacidade de mobilizar suas milícias particulares [...], era franqueado o controle da máquina administrativa municipal”, também recebendo facilidades na concessão de terras e favores na construção de obras públicas (Martins, 1995).

Até o início do século XX, aponta Machado (2004), a subordinação de peões e agregados que viviam nas fazendas de Curitiba não era tão forte como em Lages. A seu ver, a própria situação de fronteira daquela região

era uma possibilidade aberta ao peão ou agregado em buscar independência no mato, apossando-se, como muitos já haviam feito, de terrenos para lavoura e pequena criação nos vales a norte e oeste do município (Machado, 2004, p. 83).

Isso não quer dizer, no entanto, que as lideranças locais não exercessem, ao menos em um determinado momento, como em uma eleição ou conflito armado, a liderança e o comando, não somente de seus peões e agregados, mas também de posseiros e sitiantes que viviam em áreas próximas. É importante realizar essa diferenciação entre a relação entre “coronéis” e agregados de Curitiba e os de Lages, influenciada também pelo aspecto locacional. Enquanto a região de Lages, de ocupação mais antiga, possuía vasta extensão de Campos, onde fazendas se estabeleceram desde o final do século XVIII, em Curitiba, e principalmente em suas porções norte e oeste, os Campos encontravam-se em número menor, se comparado à Floresta Ombrófila Mista. Pelo fato de possuírem maior extensão, as florestas possibilitavam aos agregados ou peões partir em busca de novas terras de forma, possivelmente, muito menos complicada do que a encontrada pelos moradores da região lageana. Seria este, portanto, um dos fatores que, como demonstram Machado (2004) e Monteiro (1974), fez com que existisse certa diferenciação entre o poder dos “coronéis”, ou seja, este não se apresentava espacialmente

uniforme em todo o planalto. Ocorria dessa maneira, conforme o último autor, “uma certa frouxidão dos laços especificamente econômicos que vinculavam até mesmo os agregados aos fazendeiros” (Monteiro, 1974, p. 41).

Porém, esses laços passam, a partir do final do século XIX, início do XX, a se estreitar. Muitos tropeiros agricultores e criadores independentes, conforme Machado (2004, p. 99), sofrem, a partir de então, um “processo de perda de sua autonomia e crescente submissão diante do poder local dos coronéis e grandes fazendeiros” a partir da apropriação de grandes extensões de terras para o estabelecimento das fazendas pastoris. Apropriações que não podem ser consideradas apenas pelo fator natural, em que a baixa fertilidade do solo e a pequena reprodução bovina, somada a técnicas rudimentares de manejo do animal, implicaram na necessidade de grandes áreas de pastagens. Estas devem ser vistas também através das condições sociais, históricas e políticas, assim como

ao padrão senhorial da ocupação vigente (não apenas) naquele período, no qual a grande fazenda representa a possibilidade de acúmulo de riquezas, do exercício e afirmação do poder político sobre a vizinhança e a comunidade local e, muitas vezes, sua projeção regional (Machado, 2004, p. 78).

Dessa forma, é possível pensar que o aumento da subordinação da população rural ante o poder dos “coronéis”, da mesma maneira que a precarização do seu acesso, deu início à desestruturação de práticas como o uso comum da terra, consideradas costumeiras pela população cabocla do planalto.

2.2 Precarização do acesso e uso da terra

O acesso à terra tornava-se mais difícil na medida em que a apropriação privada das terras avançava aos espaços dominados pela Floresta Ombrófila Mista, até então de pouco interesse pelos pecuaristas, principalmente entre o Vale do Rio do Peixe e as

formações de Campos em Curitiba e Campos Novos, que seria acrescida à atuação de empresas como a *Brazil Railway Company* e a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Terras que em muitos casos eram habitadas por posseiros há mais de uma geração ou consistiam em áreas de usufruto comum na criação de animais e coleta de recursos naturais, como a erva-mate, o mel e a caça. Ao se apropriarem dessas terras, seja por concessão do Estado, seja por compra de terceiros, os proprietários oficiais, que em muitos casos desconheciam a área, passaram a expulsar a população posseira, tida como intrusa, da mesma forma que coíbiam o uso em comum daquelas terras. No ano de 1913, é possível constatar no jornal *O Trabalho* (1913a, b e c), de Curitiba, a publicação de avisos por novos proprietários de algumas áreas de terras nesse sentido:

Carlos Walter Schmid, por si e como procurador do sr. Otto Kaesemodel, faz público e especialmente para que chegue ao conhecimento dos habitantes das zonas do Timbó e do Tamanduá, nesta comarca que compraram, do sr. João Ignácio Baptista dos Santos e sua mulher, os terrenos legitimados por este naquellas zonas.

E, para que ninguém alegue ignorância, vem por este meio, fazer sciente os habitantes das mesmas zonas, que não consente, seja quem fôr, criações de qualquer especie nos referidos terrenos, que outr'ora eram invadidos com criações de outros.

Caso queiram continuar abusando, procederei judicialmente contra o infractor ou infractores, que pagarão todos os danos e prejuizos que causarem. Coritybanos, 12 de Março de 1913 (*O Trabalho*, 1913a, p. 2).

A restrição de práticas consideradas costumeiras pela população local é também percebida, a essa mesma época, na Fazenda do Butiá, conforme é observado no aviso a seguir:

O abaixo assignado proprietario de uma grande gleba da Fazenda do "Butiá", medida e dividida judicialmente, faz sciente a todos quantos costumam invadir os campos e mattas na referida propriedade caçando, melando ou com pretexto de procurar criações

sem previo consentimento, que d'ora em diante, não consente tal invasão sob pena de punir com a Lei seja, quem fôr.

Curitybanos, 23 de maio de 1913

João Severo de Oliveira (O Trabalho, 1913b, p. 2).

Outro aviso, também de 1913, refere-se à localidade do Pocinho:

AO PÚBLICO

O infra assignado, cansado de soffrer prejuizos em suas criações e terrenos do Pocinho, fazenda dos Linhares, e para que ninguém alegue ignorancia faz publico que d'ora em diante não admite quem quer que seja invadir os mesmos terrenos com pretexto de caçar e procurar criações, e assim quem o fazer sem o consentimento punirei judicialmente.

Coritybanos, 15 de julho de 1913.

Marcirio Alves dos Santos (O Trabalho, 1913c, p. 3).

Essas mudanças assinalam a intensificação de um processo de transformações socioespaciais no planalto relacionado à questão da terra, embora essa proibição não tenha ocorrido em todas as terras apropriadas, ao menos em seu início. Possivelmente, muitas dessas terras que passavam a ser objeto de açambarcamento eram destinadas à especulação e posterior revenda quando seu preço passasse a ser atraente do ponto de vista econômico, daí a pouca importância ou mesmo ignorância por parte de alguns proprietários sobre certos usos que se faziam naquelas terras.

No caso do uso em comum da floresta na criação de animais, esse processo de ocupação e apropriação das terras não significou, ao menos em um primeiro momento, o seu término. Essa prática continuaria ocorrendo tanto entre sitiantes independentes quanto entre os agregados — muitos ex-possesores — e mesmo entre grandes fazendeiros, que criavam seus animais à solta. Em relação aos agregados, essa possibilidade de criação poderia, de certa forma, ser vista sob o viés de mais um “favor” do fazendeiro. Porém, tal criação, diferente da realizada pelos sitiantes

independentes, possuía limitação no número de animais, sempre em detrimento do agregado, imposta pelo proprietário da terra. O costume de pagar os agregados com animais persistia, e nas regiões mais a oeste, onde os Campos ocorriam em menores dimensões, era possivelmente o porco o animal dado como pagamento aos agregados e peões, de forma semelhante à exposta por Altino Bueno da Silva (2005), a respeito de alguns porcos que recebeu e que seriam vendidos, quando este trabalhava na Fazenda Taquara Verde, situada no atual município de Caçador:

[...] me deu uma leitoa [...] Já tinha uma porção de porcos. Daí disseram: vamos pegar esses porcos seus, levamos para engordar, daí vendemos, e disseram: o dinheiro é teu, desses porcos. Agora você vende? Eu vendo, mas você tem que me pagar um pouco de fazer o negócio.

No norte, a situação em relação ao uso comum da terra, especificamente a extração de erva-mate, era diferente. As apropriações, conseguidas por meio de diversos expedientes, dentre eles a grilagem e a concessão de terras por parte do governo aos “coronéis”, tornavam cada vez mais frequentes as expulsões de posseiros, que acabavam partindo para novas terras ou se sujeitando às novas condições de trabalho nas fazendas. Se permanecia o uso comum com a criação, a despeito do aumento da perda de autonomia e submissão, na porção norte do planalto diminuía também a possibilidade da coleta em comum do mate em terras devolutas nos ervais nativos. Em relação a isso, comenta Queiroz (1981, p. 64) que “a coleta do mate vinha tendendo a fazer-se cada vez mais em frequente em terras de propriedade privada, deixaram de existir em tal área vastos espaços em branco à espera de ocupante”.

A produção ervateira catarinense, nas duas últimas décadas do século XIX, já era um produto importante na pauta econômica, correspondendo, entre 1880 e 1886, a 18,75% do valor exportado (Bossle, 1988). A produção ervateira possuía dois destinos:

enquanto a erva produzida no oeste e sudoeste, em regiões como o baixo vale do Rio do Peixe e o vale do Rio Uruguai, era escoada para o Rio Grande do Sul, a erva produzida ao norte, na região de Canoinhas, nos vales dos rios Iguaçu, Negro e seus afluentes Negrinho, Canoinhas, Paciência e Timbó, era escoada para o litoral e exportada pelos portos de Paranaguá e São Francisco. Joinville era o principal centro catarinense de beneficiamento final da erva, para daí seguir, via marítima, ao Chile, Uruguai e Argentina, principais mercados consumidores da erva catarinense, cuja exportação correspondia a aproximadamente 80% da produção (Goularti Filho, 2002; Auras, 2001). Produção que cresceu ao longo das primeiras décadas do século XX, declinando apenas a partir da década de 1920, quando representava 16,2% das exportações, caindo em 1943, para 2,1%. A queda na produção e na participação na pauta econômica que se deve à produção ervateira em território argentino, associado às políticas internas de substituição das importações, também colaborou com a devastação dos ervais nativos do lado brasileiro e pela entrada simultânea da atividade madeireira (Goularti Filho, 2012).

Enquanto a economia ervateira se desenvolvia, as terras onde se realizavam tais atividades passaram a ser alvo da apropriação privada mediante concessões ou arrendamento para sua exploração. Cavallazzi (2003, p. 68) comenta que nos arrendamentos, cujos prazos de exploração eram variáveis, o preço do contrato se estabelecia em relação à “quantidade de erva-mate extraída, sempre com o cuidado (expresso nas cláusulas de contrato) de exigir que fosse a extração efetuada de modo a conservar os ervais e outras madeiras de qualquer espécie”. Auras (2001) cita o exemplo do Decreto Lei n.º 1.273 de 10 de janeiro de 1891, dando a permissão para a exploração de ervais devolutos por uma empresa ervateira de Joinville pelo prazo de 20 anos em terras devolutas de diversos municípios, dentre eles Curitiba, Campos Novos e Lages. Em Campos Novos, o jornal *Vanguarda* (1910) publicou um edital proibindo a coleta e o beneficiamento do mate em terras devolutas que haviam sido concedidas ao Coronel Fabrício Vieira,

da mesma maneira que inibia a coleta de outras plantas ou o estabelecimento de roças nas mesmas. O próprio estado catarinense, ao adotar algumas medidas regulatórias para a extração do mate, cuja exploração se intensificava no início do século XX, menciona o caso das concessões de ervais nativos a particulares, conforme se observa na Lei Estadual n.º 700, de 27 de outubro de 1906, que dá “providência sobre a herva matte”:

Art. 1º: Nas terras de dominio do Estado que nos termos da Lei forem aforadas a particulares, assim como as de dominio municipal e particular, a colheita da herva matte só se fará observadas as seguintes prescripções:

a) A poda será feita de 1º de Maio a 30 de setembro.

b) As arvores de matte só poderão ser podadas depois de decorridos tres (3) annos da poda anterior.

§ Unico. O infractor incorrerá na multa de 10\$000 (dez mil-réis) por 15 kilos de herva matte colhida na observancia d’este artigo (Santa Catarina, 1906, p. 15-16).

A disputa pelos ervais e pela terra, no entanto, não ocorria apenas entre os “coronéis” e os sitiantes locais, mas também entre “coronéis” de Santa Catarina e do Paraná, em uma época em que as divisas entre os estados ainda não haviam sido definitivamente estabelecidas.

2.3 A questão de limites

Envolvendo quase metade do atual território de Santa Catarina, a região contestada pelo Paraná e Santa Catarina compreendia os limites entre o Brasil e a Argentina, estendendo-se, ao leste, até o Rio Marombas e a Serra do Mar. Tal questão, que surgiu com a criação da Província do Paraná em 1853, estava fundamentada em antecedentes que remetem ao processo de ocupação territorial do planalto por paulistas no século XVIII.

Na criação da Capitania de Santa Catarina, em 1738, e mais tarde com o estabelecimento de sua Ouvidoria em 1749, seus

limites ficaram assim estabelecidos: ao norte, o Rio São Francisco, seguindo pelo Rio Negro, desembocando no chamado Grande Rio de Curitiba, que seria o atual Rio Iguaçu. Todo o sertão entre esse limite até a fronteira com a Argentina seriam pertencentes ao território catarinense (Cabral, 1987).

Entretanto, Dom Luís de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, Governador da Província de São Paulo, em sua expansão rumo aos “sertões”, deu ordens a Antônio Correia Pinto para fundar Lages. Ocupação que não ocorreu sem manifestações por parte do governo de Santa Catarina, que até o início do século XIX, restringia-se, na prática, apenas à faixa litorânea, ou seja, Desterro, São José, São Miguel, Laguna e São Francisco do Sul. Situação que se alteraria, de certa forma, com a anexação de Lages à Santa Catarina no ano de 1820, oficialmente pelo fato dessas terras se encontrarem em maior proximidade da capital catarinense do que da paulista. Apesar de geograficamente mais próxima, as dificuldades de comunicação com o litoral, sejam pelas dificuldades naturais impostas pela serra, sejam pelos constantes conflitos com indígenas da região, faziam com que Lages mantivesse comunicação mais estreita com São Paulo e Rio Grande do Sul do que com o litoral catarinense (Piazza, 1983; Machado, 2001).

A transferência de Lages à Santa Catarina não resolveu as disputas de limites. Pelo contrário, apenas as ampliou para o interior. A indefinição quanto aos limites de Lages e à ocupação dos Campos de Palmas em 1841 por paulistas e, mais tarde, por paranaenses, fizeram com que a questão da jurisdição sobre a região permanecesse ao longo do século XIX. Ainda, a criação da Província do Paraná não cessou as divergências pelos limites.

Enquanto Santa Catarina reivindicava os direitos coloniais de posse das terras, tendo como limites os rios Negro e Iguaçu, o Paraná defendia a jurisdição sobre todo o planalto não pertencente à Lages, sobretudo os campos de Palmas. Utilizavam os paranaenses, para a defesa de sua jurisdição, além de documentos coloniais, o argumento do *uti possidetis*, a ocupação e colonização de fato, que era realizada através de frentes de povoamento partindo dos Campos

de Guarapuava, tanto por grandes fazendeiros quanto por sitiantes do Paraná e de São Paulo. Tese que também foi empregada por Portugal pelo Tratado de Madri, o qual revogava o Tratado de Tordesilhas e em outros acordos com países vizinhos no século XIX (Machado, 2001).

Nesse contexto também se desenrolava na região outra questão de limites, desta vez internacional, entre o Brasil e a Argentina, na disputa por uma faixa de 30.621 quilômetros quadrados entre os países, no que ficou conhecido como Questão de Palmas (Heinsfeld, 2003). Em 1881, a Argentina protestou contra a instalação das colônias militares próximas aos rios Chopim e Chapecó, que oficialmente serviam para proteger o Caminho das Missões, e que também desempenhavam o papel de assegurar a posse territorial por parte do Brasil. Nessa discussão, formou-se uma comissão composta pelos dois países, incumbida de explorar os rios Peperi-guaçu, Santo Antônio, Chopim e Chapecó e a região entre os rios. Após o término dessa exploração, a Argentina, em sua reivindicação, passa a substituir o Rio Chopim pelo Jangada, mais ao leste. Com o desentendimento entre os dois países, a questão fica a cargo de um arbitramento internacional do governo dos Estados Unidos da América. No ano de 1895, o presidente Grover Cleveland reconheceu as fronteiras do Brasil e da Argentina como sendo os rios Peperi-guaçu e Santo Antônio (Piazza, 1983; Heinsfeld, 2003).

No século XIX, o tropeirismo, além de desempenhar importante papel para a povoação do Brasil meridional, significava, para as províncias sulinas, relevante fonte de arrecadação através das barreiras fiscais ao longo do seu curso. A instauração pelo Paraná, em 1864, de uma barreira fiscal em Chapecó e de uma, por parte de Santa Catarina, no Rio Uruguai, motivou protestos por ambos os lados. Estas causaram medidas no intuito de estabelecer jurisdições provisórias, até que a questão fosse definitivamente solucionada mediante projeto de lei, que deveria ser negociado entre os parlamentares das Províncias do Paraná e Santa Catarina. Jurisdição provisória que, naquele momento, era favorável ao

Paraná. O Decreto 3.378, de 16 de janeiro de 1865, definiu a divisa entre as duas províncias pelo Rio Saí-guaçu, Serra do Mar e o Rio Marombas até sua foz em Canoas, seguindo a jusante até o Rio Uruguai. Reconhecia-se assim o *uti possidetis* do Paraná sobre os Campos de Palmas, além de parte das áreas de Campos Novos e Curitibanos. Ficava, dessa forma, sob jurisdição de Santa Catarina apenas uma pequena porção da região de planalto, compreendendo parte de Lages e do seu Distrito de Curitibanos. Medida que sofre a oposição por parte dos deputados catarinenses, os quais buscaram sustar a execução do Decreto, elaborando um parecer, que, no entanto, seria discutido somente nove anos mais tarde (Cabral, 1987; Machado, 2001).

Em 1879, outra divisão entre os Estados é proposta, pelo Aviso de 14 de janeiro do mesmo ano, pelo Ministro Cansanção de Sinimbu, que definia desta vez o Rio do Peixe, mais a oeste, como limite entre as Províncias. Medida que viabilizou a emancipação de Campos Novos, em 1881, como município catarinense, aumentando também o território de Curitibanos, emancipado de Lages dez anos antes. Limite que seria, em linhas gerais, o mesmo até o Acordo de 1916. Porém, na porção norte, o Aviso não definira o limite das jurisdições entre as Províncias, originando novos problemas (Machado, 2001).

A polêmica vai se intensificando entre as duas Províncias, transformando-se em um problema político no início do período republicano. Machado (2001) ressalta que esse período de indefinição das divisas marcou o processo de natureza da ocupação demográfica da região, da mesma forma que o seu perfil social e político. Novas vilas e povoações surgiam por parte dos dois Estados, visando a confirmação da posse territorial. Do Paraná surgiram, partindo de União da Vitória, que ocupava o leito do Rio Iguaçu, as vilas de Valões, Poço Preto e Vila Nova do Timbó, enquanto de Rio Negro, localizado nas margens do rio homônimo, foram fundadas Três Barras, Papanduva e Colônia Lucena, e de Palmas, além dos postos militares do Chopim e Chapecó, foi fundada Clevelândia. Em contrapartida, Santa Catarina fundou no norte do Estado, partindo

de Joinville, a Colônia de São Bento e o município de Campo Alegre. E é de São Bento que, em 1889, é fundada Canoinhas, na bacia do Rio Negro, compondo o município de Curitiba até 1911, data de sua emancipação.

Monteiro (1974, p. 29-30) comenta que, ao longo da disputa de limites, objetivando firmar a jurisdição sobre o território contestado, além das vilas e dos povoados que eram criados, ocorriam inúmeras concessões de terras e legalização da posse “a correligionários ou empresas nas áreas litigiosas”. Dessas concessões se beneficiavam, segundo Queiroz (1981), tanto os “coronéis” quanto outras pessoas que possuísem alguma influência política nos governos estaduais. Segundo o autor, naquela época se denominavam bendengós, “largos tratos adquiridos por preços irrisórios aos governos estaduais e que, logo depois de expulsos os posseiros, eram logo passados adiante ou permaneciam incultos, à espera de ocasião mais propícia para a venda” (Queiroz, 1981, p. 75-76). Sistema que ocorria tanto no Paraná quanto em Santa Catarina, onde haviam “advogados e rúbulas que, a serviço dos coronéis, viajavam para Florianópolis, frequentavam o palácio governamental e regressavam com as terras legalizadas” (Queiroz, 1981, p. 75-76), que em muitos casos pouco ou nada conheciam.

No norte, além de disputas tarifárias entre Paraná e Santa Catarina envolvendo o escoamento da produção ervateira, existiam tensões envolvendo “coronéis” do lado catarinense e do lado paranaense. Por possuírem não apenas um contingente policial, mas também um número de homens que poderiam ser mobilizados em contingente inferior aos paranaenses, as autoridades catarinenses evitavam, sempre que possível, entrar em atrito com a autoridade vizinha. Os “coronéis” catarinenses possuíam dificuldades em mobilizar um número ao menos equivalente de pessoal em relação ao Paraná não pela menor população, mas também, como aponta Machado (2001, p. 116-117), pelo “próprio perfil social da região, ou seja, da existência de muitos posseiros e lavradores independentes”. Violações territoriais por parte dos

paranaenses não eram raras e não ocorriam apenas em relação aos pequenos ervateiros que usufruíam ervais em comum, mas também a alguns proprietários de terras que, do lado catarinense, tinham suas terras concedidas, vivendo uma situação tensa com as autoridades paranaenses.

O ano de 1904 marcou a primeira sentença do Supremo Tribunal Federal dando ganho de causa a Santa Catarina. Sentença que seria novamente concedida em 1909 e 1910, rejeitando os embargos paranaenses e afirmando a posse por Santa Catarina. Diversos foram os argumentos apontados pelo Paraná, protelando a execução da sentença do Supremo Tribunal Federal (Cabral, 1979). A partir de 1910, os governantes paranaenses passam a propor uma arbitragem independente ou um acordo, o que também foi proposto do lado catarinense pelo jornalista Crispim Mira em 1912. Ideia que não foi bem aceita pela opinião pública, exceção feita a Lauro Müller, que, de acordo com Machado (2001, p. 126), “seja por convicção ou ambições políticas nacionais, aderiu ao acordo, levando consigo a maior parte do Partido Republicano Catarinense”. Vidal Ramos, na época Presidente de Santa Catarina, era contrário ao acordo, permanecendo firme na defesa da execução da sentença. Nesse tempo, desenrolava-se a Guerra do Contestado, fazendo com que as preocupações se voltassem ao conflito (Cabral, 1979).

Já no final da guerra, por volta de 1915, o então Presidente da República, Wenceslau Brás, convocou os Presidentes do Paraná e Santa Catarina para buscarem uma solução para a questão lindeira. No início, Felipe Schmidt, primo de Lauro Müller, que assumiu o governo catarinense em 1914, mantinha posição a favor da execução da sentença de 1904. Tentativas de plebiscito e acordos foram propostas, sem nenhum avanço. No ano seguinte, a questão continuava, até que, frente às pressões de Wenceslau Brás, foram acertados os limites entre os Estados, ficando, a partir de então, da seguinte maneira, conforme apresenta a primeira cláusula do acordo, assinado em 20 de outubro de 1916, por Felipe Schmidt, Presidente de Santa Catarina, e Affonso Camargo, Presidente do Paraná.

I – Os limites entre os dois Estados passam de ora em diante a ser os que vão em seguida indicados:

No litoral entre o Oceano Atlântico e o Rio Negro a linha divisória que tem sido reconhecida pelos dois Estados desde 1771.

No interior, o Rio Negro, desde suas cabeceiras até sua foz no Rio Iguaçu, e por este até a ponte da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande; pelos eixos desta ponte e da mesma estrada de ferro até sua intercepção com o eixo da estrada de rodagem que atualmente liga a cidade de Porto União da Vitória à cidade de Palmas; pelo eixo da referida estrada de rodagem até o seu encontro com o Rio Jangada; por este acima até suas cabeceiras, e daí em linha reta, Na direção do meridiano, até sua intercepção com a linha divisória das águas dos rios Iguaçu e Uruguai, e por esta linha divisória das ditas águas na direção geral de Oeste até encontrar a linha que liga as cabeceiras dos rios Santo Antônio e Peperi-guaçu, na fronteira argentina (Costa, 1987, p. 57).

Parte da população que migrou para o território contestado era proveniente da região dos Campos Gerais, ou mesmo de Guarapuava e Palmas, onde muitos sofreram com a expropriação de suas terras, buscando, assim, nas terras devolutas mais distantes, nos sertões, a chance de “levar a vida em paz, com um mínimo de segurança e conforto” (Machado, 2001, p. 124). Apesar da origem paranaense, muitos dos moradores que habitavam as terras contestadas simpatizavam com a causa pelo lado catarinense. Afastar-se das fronteiras significava também o afastamento do poder dos “coronéis” daquele Estado, uma vez que em solo catarinense a apropriação privada das terras ocorria em menor intensidade. A questão de limites, ao menos para a população do Planalto Norte e parte do Oeste,

não era um assunto abstrato ou um assunto exclusivo de políticos. A existência desta questão representava uma ameaça real, tanto à sua dignidade pessoal, como à sua condição de posseiro ou sitiante independente (Machado, 2001, p. 124).

Parte dessas terras em litígio, dominadas pela Floresta Ombrófila Mista, ao longo do Rio do Peixe, seriam concedidas como pagamento para a construção da ferrovia que cruzaria o interior da região Sul do país, conhecida como Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

2.4 A construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e a atuação do grupo Farquhar

Prado Júnior (1985) destaca em seu estudo sobre a história econômica brasileira a importância da intervenção do capital estrangeiro na economia do Brasil, que, apesar de ocorrer desde a Independência, passa a se intensificar no final do século XIX. Nesse cenário, um dos campos de operações do capital estrangeiro, além do fornecimento de empréstimos, encontra-se nos empreendimentos industriais. Inicialmente, tais empreendimentos foram realizados principalmente em obras de infraestrutura urbana e de transportes, como os portos e as ferrovias, em que “praticamente tudo o que se fez neste terreno desde a segunda metade do século passado [XIX] é de iniciativa do capital estrangeiro, ou financiado por ele” Prado Júnior, 1985, p. 274). Essas inversões de capitais de países industrializados nos países ainda pouco industrializados, segundo Singer (1989), seriam um bom investimento para os grupos interessados, pois não significava apenas o domínio dos mercados em que estavam sendo investidos, mas também o oferecimento de garantias e juros, dentre outros fatores. A exploração desses serviços era obtida através de concessões do governo, as quais “asseguravam à concessionária exclusividade (isto é, monopólio) na execução do serviço e, muitas vezes, garantia de uma remuneração mínima do capital estrangeiro” (Singer, 1989, p. 363-378). Concessões que poderiam ser altamente lucrativas, o que levava a disputas nem sempre limpas, nas quais a pressão, a adulação e até mesmo o suborno não deixavam de ser opções possíveis. Existiram no país vários “caçadores de concessão”, sendo que um deles, o norte-americano Percival

Farquhar, destacou-se pela ampla atuação territorial, do norte ao sul, em diversos segmentos, tanto na infraestrutura urbana quanto na construção de portos e ferrovias.

Percival Farquhar iniciou suas atividades no Brasil em 1904, compreendendo ao longo de aproximadamente 15 anos a instalação de 138 empresas. Se o investimento norte-americano no Brasil não foi o maior em relação à América Latina nas primeiras décadas do século XX, e pareça insignificante se comparado à penetração de capital deste país a partir da década de 1950, deixou, no entanto, marcas profundas (Singer, 1989), simbolizando, segundo Cavallazzi, (2003, p. 46) “a existência de ‘trustes’ e ‘cartéis’, em virtude do estabelecimento de um bloco industrial e financeiro à procura de campo para exportação de capitais”.

No Brasil, os investimentos de Farquhar tiveram seu apogeu nas duas primeiras décadas do século XX, sendo que, nos anos de 1912 e 1913, este controlava, segundo Singer (1989, p. 385),

os sistemas de transportes da Amazônia (porto de Belém, navegação no Amazonas e E. F. Madeira Mamoré) e do Centro-Sul do país (os portos do Rio, Paranaguá e Rio Grande, as estradas de Ferro Paulista, Mogiana, Sorocabana, SP-RG e Auxiliaire), serrarias, fazendas de gado, frigorífico e hotel.

Em Santa Catarina e no planalto sul em geral, tem-se na construção da Estrada de Ferro São Paulo — Rio Grande um dos maiores empreendimentos de capital estrangeiro realizados na região entre o final do século XIX e o início do XX. Empreendimento que, para Monteiro (1974, p. 30), fez com que se instaurasse um clima de negociatas, “beneficiando chefes políticos situacionistas, membros das oligarquias e ‘coronéis’ influentes do interior, que se transformavam em ‘sócios menores’, tirando proveito, ainda que marginalmente, desse surto de crescimento econômico”.

Idealizada no final da década de 1880, pelo engenheiro João Teixeira Soares, a ferrovia cruzaria a região Sul, passando pelo interior, interligando Itararé, em São Paulo, a Santa Maria, no Rio

Grande do Sul (Thomé, 1983). Ao longo de sua construção, parte da concessão foi transferida a outras empresas, o que ocorreu por diversas vezes em vários trechos da construção da ferrovia, tanto da linha tronco Norte-Sul quanto dos ramais existentes em seu trajeto. A construção da ferrovia seguia em ritmo lento, fazendo com que, 15 anos após a concessão, houvessem sido construídos apenas 599 quilômetros abertos para o tráfego, quando a concessão dava o prazo de cinco anos para a conclusão de seus 1.403 quilômetros, e ainda não havia sido assentado nenhum dormente no trecho que cruzaria Santa Catarina. Até 1906, para completar a linha tronco, faltavam os trechos que ligavam Passo Fundo ao Rio Uruguai, seguindo deste à União da Vitória, além de um trecho entre Jaguariaiva a Itararé, entre a divisa do Paraná e São Paulo, e que seriam então assumidos pela *Brazil Railway* (Thomé, 1983).

A ideia de assumir o controle da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande fazia parte de um plano de escala maior idealizado por Percival Farquhar, envolvendo a unificação ferroviária e a colonização da região. Em 1906, na 3ª Conferência Pan-Americana, propôs-se, conforme Singer (1989, p. 381):

A construção de uma ferrovia pan-americana, o que entusiasmou Farquhar e o levou a conceber o seu projeto mais grandioso: o de construir um grande sistema ferroviário unificado, sob sua direção, na América do Sul. Para dar início à execução deste plano, Farquhar fundou, com apoio de um sindicato poderoso, [...] a *Brazil Railway Co.* com um capital de 50 milhões de dólares. Esta companhia estava destinada a ser firma holding do seu império ferroviário.

No mesmo ano de 1906, Farquhar adquiriu para a *Brazil Railway* a Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (SP-RG), que tinha a concessão que permitia interligar todo o Sul do Brasil, além de terras no Paraná e em Santa Catarina, numa extensão de 6 milhões de acres [aproximadamente 24 mil quilômetros quadrados] para fins de colonização. [...] O Sul do Brasil estava, nesta altura, ainda pouco povoado, principalmente o Paraná, o que não permitia que houvesse muita carga para ser transportada por ferrovia. Farquhar tinha

esperança de desenvolver a agricultura comercial na área (tendo em vista abastecer São Paulo) e a exportação de madeira, via Paranaguá.

Cruzando o planalto de Santa Catarina, acompanhando a margem esquerda do Rio do Peixe, a construção da ferrovia, cujo prazo de entrega seria prorrogado para 1910, após a *Brazil Railway* assumir o trecho catarinense, seguia em ritmo acelerado, sendo que, no ano em que findava o prazo, a estrada foi concluída em todo seu traçado, de Itararé a Santa Maria. Em relação ao trecho entre os rios Uruguai e Iguazu, inaugurado em 1910, Queiroz (1981, p. 70-71) comentou o seguinte:

A estrada obtivera do governo federal uma concessão de terras equivalente a uma superfície de nove quilômetros para cada lado do eixo, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicado por 18. A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias nem posses, dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado. Não só por isso, mas também pela subvenção quilométrica, o traçado se desdobrava em exageradas sinuosidades. Desse modo, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande ziguezagueava para todos os pontos cardeais, a furta-se de pequenas obras de arte.

Área concedida que seria de aproximadamente 6.696 quilômetros quadrados somente no trecho que cruzava o planalto catarinense (Piazza, 1983).

Um tema que vem sendo alvo de discussões por autores como Machado (2001) e Espig (2006) se refere à origem da mão de obra empregada nesse trecho. Vários autores, sejam pesquisadores diletantes ou acadêmicos, mencionam a vinda para a região, durante a construção da ferrovia, de um grande contingente de trabalhadores provenientes de outras regiões do Brasil, em números que sempre chegam à casa dos milhares¹⁴. Segundo Espig

¹⁴ Autores como Thomé (1983) mencionam a vinda de 4.000 trabalhadores, sem, no entanto, mencionar a fonte. Cabral (1979, p. 101), também sem mencionar a

(2006, p. 2), tal número teria origem no relatório elaborado pelo General Fernando Setembrino de Carvalho sobre o conflito do Contestado, no qual menciona que o sertão foi se enchendo durante a construção da ferrovia dos “piores malfeitores, oriundos de todos os lugares, principalmente Pernambuco e do Rio”. Terminada a construção da ferrovia, estes foram sumariamente despedidos e abandonados na região, transformando-a em um “valhacouto de malfeitores que ali se homiziavam, vindos de tôda a parte”, como se refere Peluso (1970, p. 72) em relação ao planalto após a construção da ferrovia.

Essa fala, que segundo Espig (2006, p. 2) veio a se incorporar como uma “indiscutível fonte de informação”, acabou se tornando “um aspecto dado como consensual, gerando uma linha de explicação para o movimento, ao propor como uma de suas causas esta presença alienígena” (Espig, 2006, p. 2). Tanto a autora quanto Machado (2001) fazem um levantamento das fontes referentes ao conflito e não encontram informações conclusivas a respeito da contratação de funcionários de fora da região. Em relação a isso, embora não seja possível ter certa clareza na proporção de trabalhadores externos, da mesma forma que sua origem, pode-se supor que a maioria dos profissionais era composta por trabalhadores da região, enquanto cargos mais qualificados seriam, estes, sim, ocupados por trabalhadores de outras regiões. Na construção da estrada, a *Brazil Railway* contratava empreiteiros, que, por sua vez, passavam o serviço a outros empreiteiros menores. Muitos desses pequenos empreiteiros eram fazendeiros, comerciantes e políticos locais que contratavam as turmas de trabalhadores entre a população da região, sendo alguns, inclusive, europeus recém-chegados, “os quais aproveitavam a oportunidade para receber alguns meses de salário, enquanto suas famílias

fonte, calcula em cerca de 10.000 homens “a mobilização deste contingente humano para as margens do Rio do Peixe. Mas, se há, de fato, exagero, não será demasiado, pois o tortuoso e então desabitado vale povoou-se de uma hora para outra e, dia e noite, prosseguiram os trabalhos de terraplanagem para fazer a ferrovia”.

continuariam tocando o serviço normal na roça” (Machado, 2001, p. 136-139).

A ferrovia em território catarinense percorre, no sentido Norte-Sul, de Porto União a Marcelino Ramos, a extensão de 372 quilômetros, em grande parte margeando o Rio do Peixe, e no sentido Leste-Oeste, entre São Francisco e Porto União, a extensão de 471 quilômetros. Esse ramal, segundo Machado (2001, p. 134-138), foi concluído apenas em 1917, sendo que muitos dos trabalhadores que atuaram na construção de outros trechos, tanto os externos quanto os da região seriam empregados nesta empreitada, o que “compensava, de certa maneira, a decadência do caminho das tropas”, pois a ferrovia acabou “levando à depressão econômica trilhas inteiras pontilhadas de vendas, locais de pouso, descanso e inverno de tropas, principalmente no interior dos municípios de Lages, Campos Novos, Curitibanos e Canoinhas”. Após o término da ferrovia, se não é possível saber exatamente a origem e o destino de muitos daqueles trabalhadores, uma coisa ao menos é certa: a *Brazil Railway* fez cumprir o pagamento em terras por sua construção.

Existia, nesse período, uma pendência judicial entre o Estado de Santa Catarina, na época presidido por Vidal Ramos, e a *Brazil Railway*, em relação ao direito sobre as terras cedidas à empresa, referentes à questão do cumprimento da concessão do Decreto Imperial, a qual estava apoiada a *Brazil Railway*, e a Constituição de 1891, na qual Santa Catarina argumentava com base no Artigo 64 a validade da concessão. Porém, como aponta Machado (2001, p. 104), “os governantes catarinenses não quiseram impor seu ponto de vista, nem pleitearam uma guerra judicial contra a Companhia”. A Consultoria Geral da República emitiu um parecer favorável à *Brazil Railway* e o governo não entrou com qualquer outro recurso para contestar tal decisão. O Paraná, por sua vez, reconheceu os direitos da empresa, permitindo a demarcação das terras no lado direito do Rio do Peixe, ainda em terras contestadas, avançando também para a margem esquerda em sua demarcação. Respeitando antigas posses legais, segundo Thomé (1983, p. 148-150), a empresa concluiu a falta

de centenas de quilômetros quadrados, sendo que uma nova demarcação foi feita, “desta vez com o emprego de processos obscuros, ganhando a companhia mais algumas porções”.

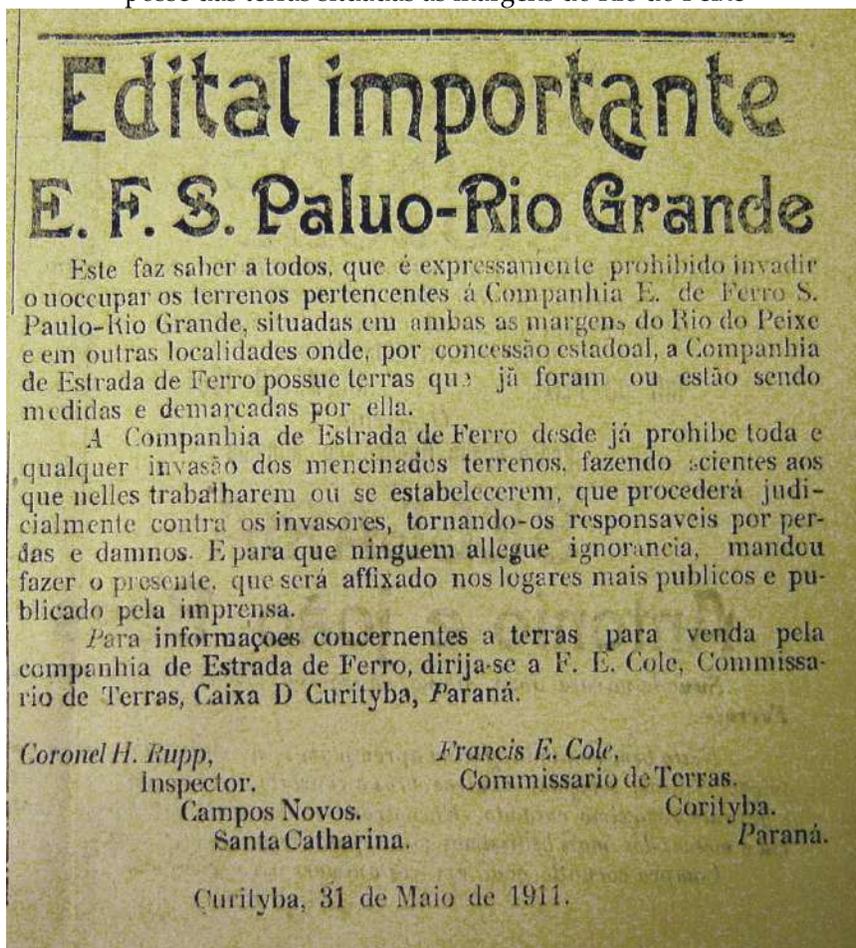
Dessa forma, o grupo de Farquhar propôs ao Estado do Paraná a concessão de novas terras fora da faixa ao longo dos trilhos, o que foi concedido, e então a empresa passou a demarcar novas áreas em território contestado. Ainda em 1916, quando chegava ao fim a questão limdeira entre os Estados, antes de se formalizar o acordo, o Paraná legalizou as terras da companhia situadas em terras pertencentes à Santa Catarina, localizadas na região Oeste. O Paraná favorecia assim os negócios de Farquhar, uma vez que a 9ª Cláusula do Acordo de Limites, assinada pouco tempo depois, assegurou que Santa Catarina respeitaria os direitos privados do Paraná nas terras que passariam à sua jurisdição (Thomé, 1983).

A *Brazil Railway*, da mesma forma que suas subsidiárias, como aponta Machado (2001, p. 142), buscou “desenvolver um cuidadoso processo de cooptação das lideranças políticas dos respectivos estados para evitar embaraços legais e obter facilidades administrativas”. Tanto do lado paranaense quanto catarinense, autoridades públicas estavam ligadas à empresa, como é o caso do Vice-Presidente do Paraná, Affonso Camargo, que era advogado da *Lumber* quando exercia esse cargo, enquanto em Santa Catarina o Coronel Henrique Rupp, que atuou como Superintendente Municipal de Campos Novos, era inspetor de terras da empresa. O filho de Vidal Ramos, o advogado Nereu Ramos, representava os interesses da empresa junto ao governo catarinense.

Finda a construção da ferrovia, consta que ocorreu a expulsão de muitas famílias posseiras que viviam nas terras concedidas à *Brazil Railway*. Conforme Monteiro (1974), a expropriação de posseiros a partir da instalação de empreendimentos econômicos com capital estrangeiro na região teria início alguns anos antes, ainda em fins do século XIX. Na região do Irani, uma vasta gleba havia sido apropriada por um “coronel” da região que teria passado essas terras à Companhia Frigorífica Pastoral Brasileira, onde teriam sido registrados conflitos com posseiros que

ocupavam as terras. O que ocorreu mais tarde, e com maior abrangência espacial, com a *Brazil Railway*, que, ao se apossar das terras, também não respeitou as posses de moradores que residiam, em alguns casos, há décadas naquelas terras sob o regime de posse. Editais foram publicados nos jornais locais, tanto em Palmas quanto em Campos Novos, proibindo a invasão ou ocupação de suas terras, o que teria apenas efeito legal, uma vez que possivelmente não atingiam boa parte dessa população, a qual era analfabeta ou sem acesso a esses meios de comunicação. Estes, como no caso dos veiculados no jornal *O Libertador* (1911) de Campos Novos, apresentavam a seguinte mensagem que pode ser conferida na figura abaixo:

Figura 5: Edital expedido pela *Brazil Railway* proibindo a ocupação e a posse das terras situadas às margens do Rio do Peixe



Fonte: O Libertador, 1911.

Contra os posseiros resistentes, o Corpo de Segurança da empresa, comandado pelo Coronel Palhares, um antigo oficial da Força Pública do Paraná, composto de mais de duzentos homens, era enviado para expulsá-los das terras (Heinsfeld, 2001; Queiroz, 1981). Porém, tal expulsão, ao que tudo indica, não chegou a ocorrer em todo o domínio da *Brazil Railway* de só uma vez. No município de Campos Novos, foi possível encontrar no Arquivo

Histórico Municipal Waldemar Rupp uma ação de usucapião do ano de 1919 movida por Bellarmino Ferreira de Oliveira, no Lageado da Divisa – Rio das Antas. Nos autos da ação, conta que os suplicantes estão ocupando as terras há mais de 40 anos

na posse efectiva dessas terras sempre tendo as possuindo como suas próprias, sendo por todos respeitados os seus direitos dominiaes, tendo ali construído casas de moradia, feito plantações, roças, cercas, tapumes e estabelecendo varias servidoes¹⁵ (Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp, 1919, s.p.).

No seguinte processo, é também possível encontrar as confrontações, onde estas se davam, ao oeste, com o Rio do Peixe, ao leste e ao norte, com terras de José Cândido de Oliveira, e ao sul, com as de João Vicente, ou seja, em áreas concedidas como pagamento pela construção da ferrovia, em território pertencente, durante a questão de limites, à Santa Catarina. Embora essa área não seja distante da colônia de Rio das Antas, colonizada ainda na época do conflito do Contestado e tenha ocorrido a publicação de editais proibindo a invasão na região, da mesma forma que se consta a atuação do Corpo de Segurança da empresa, é possível supor que a expropriação de posseiros tenha ocorrido espacialmente de forma desigual, em que primeiro seriam expulsas as populações de áreas mais interessantes do ponto de vista econômico, tanto pela madeira quanto pela localização e possibilidades futuras de colonização.

Para levar o intento da colonização e da extração de madeiras adiante, a *Brazil Railway* criou a subsidiária *Southern Brazil, Lumber and Colonization Company*, destinada a explorar comercialmente a imensa reserva florestal e promover a posterior colonização da região. A *Brazil Railway* requereu do governo uma autorização para transferir as terras concedidas como pagamento à *Lumber*, criada no

¹⁵ Ação de Usucapião movida por Bellarmino Ferreira de Oliveira e sua mulher, Rosalina Maria Rodrigues, no ano de 1919. Processo número 631. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp, Campos Novos, Santa Catarina.

ano de 1908, para estes fins. Transferência que foi negada pelo governo brasileiro, levando a *Lumber* a adquirir uma série de fazendas já legitimadas pelos antigos proprietários na região contestada (Carvalho, 2010). Segundo Nilson Thomé (1983, p. 124),

em poucos meses, a *Lumber* veio a adquirir um total de 3.248 quilômetros quadrados de terras, escolhidas onde o pinheiro despontava em grande escala, sendo 1.800 na região conhecida por Três Barras, entre União da Vitória e as cabeceiras do Rio do Peixe, e 931 em diversas áreas menores da região contestada, todas, segundo a empresa, “localizadas no Estado do Paraná”, e não em Santa Catarina.

Além das faixas de terra cedidas como pagamento, a *Brazil Railway* e sua subsidiária, a *Lumber*, possuíam uma imensa faixa de terras na região contestada, onde mais uma vez ocorreram expulsões de posseiros. Além dessas terras, a empresa também firmava contrato com fazendeiros para a compra de madeira (Queiroz, 1981; Cavallazzi, 2003; Machado, 2001), nos quais, segundo Thomé (1983, p. 125), a empresa “se comprometia a serrar e tirar os pinheiros dos campos”, para a produção de pastagens.

Para a exploração da madeira, a *Lumber* montou duas serrarias: a primeira em Calmon, próxima à estação do mesmo nome, situada no alto vale do Rio do Peixe, destinada à fabricação de dormentes para a ferrovia e madeira para a construção das casas da empresa, e a maior, em Três Barras, em uma estação do ramal que ligava União da Vitória a São Francisco, que explorava principalmente a araucária, a imbuia e o cedro para a exportação. Sua localização, como aponta Thomé (1983, p. 125), era estratégica do ponto de vista econômico, uma vez que aquela região era

servida pela linha tronco Itararé-Rio Uruguai, e pelo ramal de São Francisco, possibilitando rápido escoamento da produção, via ferroviária, diretamente ao porto de São Francisco, e indiretamente, por Rio Negro e Curitiba, ao porto de Paranaguá.

Conforme Carvalho (2010), nos anos posteriores a 1911, a empresa não adquiriu mais extensões significativas de terras. A respeito do potencial de exploração madeireira dessas áreas, o autor traz o relatório da empresa do ano de 1910, no qual se avaliava o total de madeira que poderia ser aproveitada em torno de 9.440.000 m³, além de “um praticamente inexaurível suprimento de madeira nas terras incluídas na concessão da São Paulo – Rio Grande” (Carvalho, 2010, p. 233).

As novas áreas ocupadas pela empresa, segundo Machado (2001), depois de desmatadas, eram loteadas e comercializadas com colonos instalados na região pelo Estado do Paraná, sendo estes principalmente de origem polonesa e ucraniana. Tal atuação, “atingia em cheio o conjunto da região, significando para o caboclo a destruição das matas e ervais” explorados em comum (Machado, 2001, p. 146-147). Embora já existissem pequenos “engenhos de serrar”, dispersos pela região atendendo ao mercado local, estes não podem ser comparados com o potencial de devastação das duas serrarias da *Lumber*. Além do impacto econômico, ambiental e social, havia “um verdadeiro processo de exclusão étnica”, o que se verificaria, mais tarde, também em outras regiões a serem colonizadas. Porém, como aponta o autor, torna-se necessário diferenciar as levas de migrantes e imigrantes de origem europeia anteriores a 1900 que, da mesma forma que outras famílias que se instalaram em Curitiba, além de serem em menor proporção, “frequentemente se integravam com maior facilidade à população local”, muitos dos quais “aderiram com facilidade à ‘visão de mundo’ cabocla, em sua maioria eram devotos de João Maria e muitos atenderam voluntariamente ao chamado dos redutários de Taquaruçu” (Machado, 2001, p. 146-147).

Naquele contexto, “forjou-se a consciência, que se revelou mais clara durante a guerra, de que o governo brasileiro privilegiava os estrangeiros na concessão de terras” (Machado, 2001, p. 146-147). Esse sentimento era também expresso pelos caboclos durante o conflito do Contestado. No ataque de um piquete, comandado por Francisco

Alonso de Souza à Estação de São João, um dos revoltosos deixou inscrito a lápiz na porta de uma venda o seguinte:

Nós estava em Taquaruçu tratando de nossa devoção e não matava nem roubava, o Hermes mandou suas forças covardemente nos bombardear onde mataram mulheres e crianças portanto o causante de tudo isto é o bandido do Hermes e portanto nós queremos a lei de Deus que é a monarquia. O governo da República toca os Filhos Brasileiros dos terrenos que pertence à nação e vende para o estrangeiro, nós agora estamos disposto a fazer prevalecer os nossos direitos (Peixoto, 1916, p. 74 *apud* Queiroz, 1981, p. 179).

Em um bilhete encontrado no bolso de um sertanejo morto em combate e registrado por D'Assumpção (1917, p. 246), dizia-se o seguinte: "Nóis não tem direito de terras, tudo é para as gentes das Oropa". Porém, essa visão não rumou para a xenofobia, pois imigrantes e migrantes de origem europeia também integraram os redutos. Existiam alguns que mantinham distância dos caboclos, contudo, muitos já ao longo da segunda geração se casavam com a população local (Machado, 2001).

Dentro desse panorama de inserção de novos empreendimentos econômicos, avançando gradativamente na região, salienta Monteiro (1974, p. 43-44) que o impacto destes alterou "de modo substancial o gênero de vida costumeiro". Cenário que possibilitava aos "coronéis" da região encontrar condições "cada vez mais favoráveis e, até certo ponto, a sofrer imposições circunstanciais que os levaram a romper as 'associações morais', permitindo que critérios de racionalidade econômica sobrelevassem" Monteiro (1974, p. 43-44). A partir da Proclamação da República, ocorreu uma transformação das oligarquias estaduais, em que se observou o seu reforço, ao passo em que declinava o poder local. De certa forma, quando as oligarquias estaduais se viram diante de projetos econômicos amplos, que extrapolavam os limites municipais e mesmo estaduais, como o caso da *Brazil Railway*, e de novas empresas que se instalaram no planalto em geral a partir da segunda década do século XX, "os

chefes locais passam à condição de peões ou, na melhor das hipóteses, de sócios menores em jogadas que os obrigam a pensar muito além do âmbito local e dos vínculos concretos que mantém com sua clientela”, (Monteiro, 1990, p. 42-43). Embora a decadência do poder dos “coronéis” tenha ocorrido na Primeira República, cabe ressaltar que é nesse cenário que os “coronéis” concretizaram novas alianças, sejam elas com o capital estrangeiro ou com as oligarquias estaduais, pois o poder das chefias locais passa a ser cada vez mais utilizado, “como instrumento de poder público encarnado pelas oligarquias estaduais, ou indiretamente, de empresas nacionais e estrangeiras envolvidas na implementação de projetos econômicos” (Monteiro, 1974, p. 26-27). Essas alianças, realizadas em detrimento de sua clientela, não possuíam “a mesma amplitude e ritmo em todas as regiões”, porém, como uma tendência, afetava e se manifestava “de modo mais claro naqueles pontos de seus territórios cuja relevância econômica acrescida suscitava a presença de um poder público próximo”, como era o caso da região disputada entre Paraná e Santa Catarina no Planalto Norte. Nessa situação complexa e de transição lenta e gradual, “o poder local, para afirmar-se, lança mão em proporção crescente dos recursos que o Estado põe à sua disposição e, ao fazê-lo, vê sua autonomia reduzir-se” (Monteiro, 1974, p. 26-27).

Assim, como salienta Auras (2001, p. 41), “a disputa pela terra, agora revalorizada, faz-se mais acirradamente. Ela passa a ser cada vez mais percebida como fonte de renda”. E é principalmente a partir da inserção do capital estrangeiro na região, cujos empreendimentos da *Brazil Railway* são o maior símbolo, que se intensifica o processo de valorização da terra.

É possível traçar um paralelo da situação apresentada na região com o estudo de Ianni (1981), realizado no município de Conceição do Araguaia na década de 1960, no que cabe ao processo de transformação da terra em mercadoria. Da mesma forma que naquela região, vislumbrou-se, em um período relativamente curto, uma modificação dos “ritmos e os andamentos, os arranjos e as articulações sociais” (Ianni, 1981, p. 153-154) que vieram, em

diferentes tempos, a diferentes espaços. Se nos séculos XVIII e XIX eram os Campos o principal objeto de interesse e apropriação privada, as áreas de florestas, ricas em ervais e madeira, antes consideradas um empecilho à economia pastoril, passaram, também, a partir da construção da estrada de ferro,

a ser objeto e meio de produção de valores de troca. [...] Pouco a pouco, ou de súbito, conforme o caso, a terra deixa de ser apenas, ou principalmente, objeto e meio de produção de valores de uso. O poder estatal aparece, de forma cada vez mais ostensiva e permanente, como um poder maior destinado a favorecer e acelerar o processo de privatização da terra, nos moldes exigidos pela empresa privada de grande porte, segundo a lógica da acumulação capitalista (Ianni, 1981, p. 153-154).

Se antes a terra, de modo semelhante à Conceição do Araguaia, “parecia larga, farta, sem fim, de súbito ganha outra fisionomia social. Ganha outra dimensão histórica”. Antes era a “ocupação, a posse, a morada, a roça, a criação, o conhecimento no lugar, a vizinhança” (Ianni, 1981, p. 154) que garantia a sua posse. Essa, a partir de então, ver-se-ia gradualmente abalada na região, alterando o modo de vida costumeiro, embora a população local, de modo semelhante ao apontado por Thompson (2002b, p. 19), “quase sempre resiste em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia [...] que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor”. A transformação da terra em mercadoria, a redução dos espaços que poderiam ser usufruídos em comum e a expropriação de muitos daqueles moradores, enquanto outros passaram a uma cada vez maior sujeição ao poder dos “coronéis”, foi experimentada “como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiro” (Thompson, 2002b, p. 19).

Dentro da questão da terra, é possível considerar também o início, paulatino, da desestruturação de formas consideradas costumeiras, como o seu uso em comum, como um dos vários fatores, conjuntos à expropriação da população posseira, o contexto

político, o poder dos “coronéis” e a questão religiosa, que levaram à eclosão da Guerra do Contestado¹⁶.

2.5 “Igualitarismo caboclo” nos redutos da Guerra do Contestado

Tanto nos debates acadêmicos quanto políticos, a Guerra do Contestado continua sendo alvo de polêmica em relação às diferentes abordagens e interpretações a cada nova pesquisa e publicação sobre o tema. No entanto, grande parte da discussão se detém nas visões, profecias e reelaborações místicas, no papel de José Maria, na atuação militar, nas lideranças e no messianismo, relegando a um segundo plano hábitos, costumes e aspectos do modo de vida da população cabocla que foram transpostas nos redutos.

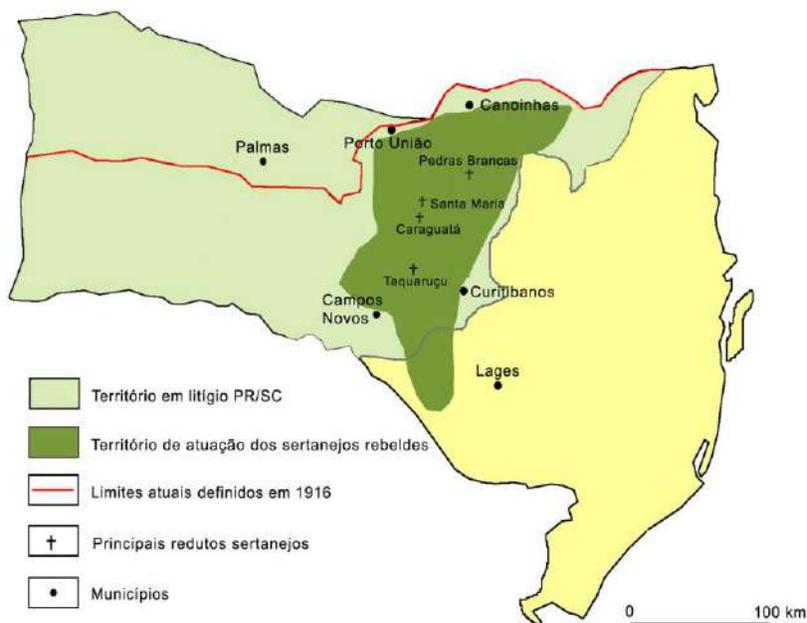
Durando quase quatro anos, se contar pela cronologia oficial, que dá início à guerra em 1912, com a Batalha do Irani, indo até 1916, com a assinatura do Acordo de Limites entre o Paraná e Santa Catarina, o conflito, ao longo de sua duração, atingiu uma ampla extensão espacial, a qual pode ser observada na Figura 6, descrita a seguir por Queiroz (1981, p. 177):

No auge do movimento, o território ocupado pelo jaguncismo compreendia 28.000 quilômetros quadrados, ou seja, uma extensão

¹⁶ O advogado Walter Tenório Cavalcanti escreveu um livro sobre a Guerra do Contestado para “provar” que “aquela sangrenta guerra entre irmãos foi, pura e simplesmente, obra de extremado fanatismo”, argumentando que, em relação às terras, “despojavam-se todo interesse de ordem material, abandonavam casas e terras, inclusive várias fazendas [...]. Por conseguinte, não lutavam pela posse da terra para trabalhar, nem porque foram desalojados, ou por outro qualquer interesse material [...]”, pois esta era, a seu ver, abundante e disponível (Cavalcanti, 2006, p. 19-20). Contrapondo a opinião de Cavalcanti, Machado (2001b, p. 133) demonstra que este “ignora vários episódios que os sertanejos apontaram a expropriação de terras como uma das razões de seus ajuntamentos, principalmente na costa do Rio do Peixe e no norte, em Canoinhas”. Mais a Leste, em direção à sede de Curitiba, aponta o autor, para além das terras concedidas à *Brazil Railway*, “o despotismo do Cel. Albuquerque parece ter superado os problemas de terras, que não eram poucos no município”.

[...] aproximadamente igual a Alagoas; ou, ainda, 0,3% do território nacional. Fazia limites, ao norte, pelo Rio Iguaçu e a Estrada de Ferro de São Francisco, desde perto de União da Vitória, envolvendo Canoinhas, até junto à Vila de Rio Negro; ao sul, inflectia sobre Lages, aproximava-se de Curitibaanos e de Campos Novos, a leste, compreendia Itaiópolis, Papanduva, as picadas da colônia Moema e Iracema, os contrafortes da Serra do Mirador e as demais cabeceiras da Bacia do Itajaí; a oeste, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

Figura 6: Abrangência aproximada do conflito no planalto e da localização dos principais redutos do Contestado



Fonte: Brandt, 2007.

Ao longo do conflito surgiram diversos redutos, muitos de duração efêmera, formados ao longo dos avanços e recuos da guerra. Especialmente, distribuíam-se em uma ampla rede de redutos e redutinhos, que variavam de dezenas a centenas de casas, dentre os quais é possível destacar os maiores e principais como

Caraguatá, Bom Sossego, São Sebastião, Pedras Brancas e Santa Maria. Conforme aponta Monteiro (1974, p. 127), “nem mesmo nos últimos instantes da luta, os irmãos se concentraram numa só aglomeração”, mas em uma rede “cujas malhas iam-se rompendo pela força repressora”. Em pouco mais de um ano, o Exército, atacando em quatro frentes, acompanhado de diversos vaqueanos locais, foi cercando e destruindo a resistência cabocla, chegando, ao final de 1915, quando já eram grandes as rendições por parte dos revoltosos, com poucos combatentes no último dos redutos, o de São Pedro (Serpa, 1999; Queiroz, 1981).

Embora tenham existido diferentes lideranças e “fases” ao longo do conflito; dentro dos redutos, conforme Queiroz (1957, p. 268), “advogava-se a igualdade e a fraternidade entre todos os homens e o desprezo dos bens de fortuna: propriedades e riqueza nada deveriam significar no ‘quadro santo’, onde os homens eram irmãos; o que era de um era de todos”.

Sejam nos momentos de fartura existentes nos primeiros tempos em Taquaruçu ou Caraguatá, ou nos momentos derradeiros do conflito, nos quais a fome e a doença grassavam no interior dos redutos, existia o que Machado (2004, p. 204-210) denomina de “conjunto de práticas comunitárias de subsistência”. Nos redutos, a organização do “quadro santo” tinha a intenção de preparar os moradores para o retorno de José Maria acompanhado do “exército encantado” de São Sebastião. Na espera do retorno do monge que estabeleceria “um período de justiça e felicidade para os adeptos do movimento, a população deveria adotar um modo de vida compatível com o que chamava ‘leis de Deus’” Machado (2004, p. 204-210). Estas eram práticas baseadas em um igualitarismo de cunho cristão, em que, na divisão dos recursos, os mais remediados ajudavam aos mais necessitados. Dentro dos redutos, conforme Felipe (1995, p. 127), “alguns preceitos da Cidade Santa iam sendo decretados e trazidos a público, ao passo que deles fossem sentindo necessidade”. De alguns dos preceitos por ele levantados, um deles trata da questão da posse nos redutos, o qual dizia o seguinte: “tudo, na Cidade Santa, pertence a todos,

menos os objetos de uso pessoal. Os negócios se efetuarão à base de trocas e permutas. O dinheiro da República só terá valor para a ‘compra de coisas de fora’” Felipe (1995, p. 127).

Ao menos nos primeiros tempos de organização nos redutos, os recursos considerados como “posse de todos” eram formados pelas terras circunvizinhas e os animais, seja o gado grande (bois e vacas) ou o gado miúdo (porcos e galinhas), que percorriam livremente as terras, então consideradas comuns (Machado, 2004). A origem desses animais poderia, de acordo com Queiroz (1981, p. 189-190), ser tanto dos moradores da região que se instalavam nas “cidades santas”, quanto obtidos pelo arrebanhamento ao longo de incursões, promovidas por piquetes, pelas fazendas “dos adversários da guerra santa”. Existiam também práticas comunais ligadas à plantação de roças, como a de milho, além da coleta da erva-mate e a extração de mel em redutos como o de Caçador e, mais tarde, no de Tamanduá, sendo que um informante, segundo o autor, refere-se à abertura de roças na guarda do Santo, onde, em forma de mutirão, cada família teria derrubado e plantado meio alqueire.

Essas práticas comunitárias e de uso em comum dos recursos, que podem ser vistas como uma espécie de “igualitarismo caboclo” teriam sido fruto da elaboração do primeiro grupo dirigente nos redutos, Eusébio Ferreira dos Santos, Querubina e Chico Ventura “tomando como experiência a rápida passagem de José Maria por Taquaruçu e pelo Irani, em 1912” (Machado, 2004, p. 193-210). O lema, “quem tem, mói; quem não tem, também mói e no fim todos ficarão iguais”, atribuído a José Maria, passou então a ser observado nos redutos (Machado, 2004, p. 193-210). Os primeiros traços desse igualitarismo teriam surgido entre 1912 e 1913, quando ocorre aquilo que Monteiro (1974, p. 103-121) denominou como “reencantamento do mundo”, no qual foram construídas novas instituições místicas e sociais, as quais, de acordo com Machado (2004, p. 189) “ofereceriam um novo significado e uma nova coesão aos seguidores de José Maria”. Práticas comunitárias que parecem ter nascido de festividades tradicionais na região, como a de Bom Jesus, que ocorria em Taquaruçu sempre no primeiro domingo do

mês de agosto. O culto ao Bom Jesus, segundo Queiroz (1981), era, em uma larga extensão do país, celebrado pela população rural depois que o mato havia sido derrubado para a instalação da roça, mas antes de se efetuar a queimada. “Era um rito de nítido caráter agrário [...]. Aos fiéis, lembrava a natureza, àquela altura do ano mutilada pelo frio, a seca, o machado, mas que breve renasceria após o fogo e a sementeira” Queiroz (1981, p. 84). Nas festas reuniam-se pessoas de localidades distantes que precisavam do auxílio dos festeiros para se instalar no local. Durante o evento, alguns indivíduos, mais abastados, forneciam a alimentação necessária para os participantes (Machado, 2004).

Os costumes e hábitos existentes entre os moradores da região estavam presentes dentro dos redutos, reelaborados a partir das influências de José Maria e do primeiro grupo dirigente, composto por Eusébio Ferreira dos Santos, Querubina e Chico Ventura. Porém, mesmo que todos os bens fossem de todos, aponta Machado (2004, p. 212), existiam diferenças,

embora não muito grandes, nas condições de abastecimento das lideranças. O grupo mais próximo dos chefes, os “pares de França”, as “virgens”, não passaram pelas mesmas necessidades rigorosas sentidas pelos redutários durante os prolongados períodos de cerco militar.

Em relação à economia interna dos redutos, muito associada às práticas comunais no uso da terra e dos recursos naturais, existe uma interpretação tradicional do conflito que indica que os habitantes, desde o primeiro ajuntamento, negavam o trabalho de subsistência, abrindo roças ou criando animais, obtendo seu sustento apenas por meio do saque às fazendas de moradores locais que não ingressaram nas “cidades santas”. Entretanto, como foi observado, houve práticas agrícolas, como a formação de roças, além da criação de animais. Soma-se a isso o fato de que muitos fazendeiros empenharam seus pertences e poupanças para o sustento das comunidades que viviam nos redutos. Outros moradores da região,

muitos deles pequenos e médios criadores e agricultores, também colaboravam com diversos víveres (Machado, 2004).

Uma melhor sustentação econômica dos redutos seria impedida pela precoce agressão provocada pelo governo e pelos fazendeiros vizinhos, além da grande mobilidade dos redutos, como uma necessidade de guerra, o que teria dificultado o desenvolvimento de uma atividade mais estável de subsistência. Se a mobilidade afetava a agricultura, o comércio regular entre os revoltosos com casas comerciais e tropeiros, no qual se trocava couro e erva-mate por mantimentos, sal, açúcar, armas e munições, teria existido durante boa parte do conflito (Machado, 2004). Ocorria também o retorno de alguns sertanejos às suas terras, para colher o maior número possível de mantimentos, o que Queiroz (1981, p. 190) denominou de “imigração”. “De seus antigos haveres traziam touros, cavalos, vacas e carne de porco já preparada. Às vezes traziam sal que tinham deixado escondido”. Muitos, inclusive, deixavam a esposa e os filhos cuidando de suas terras enquanto viviam nos redutos. Tudo o que era recolhido era distribuído entre todos.

Quando o cerco do General Setembrino de Carvalho aumentou, a carne, o sal e outros alimentos passaram a se tornar cada vez mais escassos. Na escassez de víveres, partiam para a alimentação de frutas silvestres, sementes de imbuia torrada, butiás, brotos de samambaia, dentre outros, além da caça (cada vez mais difícil) e coleta de mel na floresta. Fome que também se alastrava entre a população que não vivia nos redutos, conforme o depoimento de Altino Bueno da Silva (2005):

[...] nós passamos fome igual esses que foram para guerra. Que lembro que [...] sem recurso, comíamos cabeça, dessas de palmeira. Ia lá com o machado, derrubava a palmeira, cortava a cabeça e tirava aquele miolo para cozinhar com sal, quando tinha banha, colocava [...]. E tinha dias que não tinha o que comer.

O ano de 1916 marcou oficialmente o término da Guerra do Contestado, deixando para trás um rastro de atrocidades e mortes. Mas o que veio depois? As disputas pela terra, da mesma forma que os antigos hábitos da população terminaram ou esta foi apenas silenciada, reforçando a ideia de um “vazio demográfico”, dentro de um discurso proferido pelas autoridades públicas e empresas colonizadoras visando “civilizar” o sertão através da colonização?

O conflito do Contestado, embora tenha deixado um saldo trágico na região, com a morte de famílias inteiras ou de muitos dos seus membros, expondo antigas rivalidades ou mesmo colocando em lados opostos vizinhos de terras, parentes ou famílias unidas por laços de compadrio, não teria chegado a desarticular muitos dos antigos vínculos já existentes de sociabilidade e práticas então consideradas costumeiras. Miguel Lara Sobrinho (2006), cuja família ingressou no reduto de Santa Maria, em seu depoimento, expõe a importância das relações de compadrio para a sobrevivência de sua família, quando os “compadres” lutaram de lados opostos no combate:

De lá eles foram para São Sebastião, onde hoje é São Sebastião, naqueles tempos era Santa Maria, perto do Timbó, nas costeira de Caçador, foi lá que acabou a revolução dos fanáticos. Foi lá que o falecido pai, o falecido tio, minha falecida avó e meu falecido avô escaparam porque tinha o João Linfôncio, o João compadre, era pai do falecido Adriano, pegou junto com o policiamento e tava meus parente tudo naqueles canto. Eu não havia, ele que contava e teve que matar esses aí, tão tudo no jagunheiro. E ele disse: não, esses aí eu que vou matar, pode deixar que eu vou tocar pra frente e acabar tudo com eles. E ele tocou na frente, na estrada que ia para Lebon Régis, e eles vieram, quando chegou numa altura, ele disse: escapem, eu vim aqui para matar vocês tudo, mas eu não vou fazer isso, vocês são gente nossa. E ele deu uma descarga de 38 lá e voltou, já estavam com o acampamento pronto para ir [...] e os outros vieram pelo mato, meu pai, minha avó, o tio, e eles que vieram por Lebon Régis e os outros que foram por Curitibanos. Eles chegaram em Lebon Régis, um fazendeiro lá, mas já estavam acabados, louco de fome,

cambaleando de fome, eles não tinham mais o que comer, aí eles chegaram e contaram o caso para o fazendeiro. Daí o fazendeiro pegou um charque, colocou num saco, queijo e disse se escapem, e vieram para o terreno que era deles mesmo, que era aqui mesmo na Baía onde morava a avó e o avô. E eles escaparam. E esse João Linfôncio, pois ele veio embora para a casa dele. Porque tinha os jagunços e quem era do governo (Lara Sobrinho, 2006).

Nos anos posteriores ao Contestado, vislumbrou-se a produção de um silêncio a respeito desse período, fruto de diversos fatores, como desqualificação e invisibilização que essa população passou a sofrer a partir da colonização, em que grande parte experimentou a espoliação de suas terras e a desagregação de práticas sociais e espaciais, vistas até então como costumeiras.

É comum entre a população da região, tanto por parte dos antigos moradores quanto dos colonos que se instalaram na região nos anos seguintes ao conflito, silenciarem ou referirem-se ao período como sendo o tempo do fanatismo, a guerra dos fanáticos ou dos jagunços, desqualificando, em muitos casos, o seu passado ou o da sua família. Felisbino e Felisbino (2002, p. 54) comentam a respeito desse silenciamento, dizendo que

quando se iniciava o assunto do Contestado, faziam do silêncio sua proteção. Somente depois de adquirirem confiança, relatavam o seu passado.

E muitos caboclos silenciaram até a morte, só então seus filhos contaram a grande participação de seus pais na guerra.

É possível pensar que muitos daqueles antigos posseiros espoliados de suas terras e de seus pertences pelo fato de ainda existirem amplas faixas de terras devolutas, migrassem em busca de novas áreas de terras, o que concorda com a afirmação de Martins (1982, p. 17):

O quadro clássico do capitalismo nos mostra o capital se expandindo à custa da expropriação e da proletarianização dos trabalhadores do

campo, uma coisa levando necessariamente a outra. Em nosso país, esse processo não é assim tão claro nem assim tão simples. O capital se expande no campo, expulsa, mas não proletariza necessariamente o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista a autonomia do trabalho.

Outros, porém, como era o caso da família Lara, retornaram às suas terras, uma vez que ainda que não haviam sido alvo de apropriação privada. Era o caso de uma faixa de terras situada entre as terras pertencentes à *Brazil Railway* e a região do reduto de Taquaruçu, que consistia em uma ampla área de florestas, ricas em araucária, situadas às margens de algumas grandes e médias fazendas pastoris. Terras que atualmente compõem boa parte do município de Fraiburgo e que seriam também, da mesma forma que outras áreas, nos anos seguintes ao conflito, alvo da colonização e da exploração madeireira.

3. Colonos e caboclos: alteridades e especialidades

No ano de 1917, Constâncio Krummel, Agente do 4º Comissariado Geral do Estado em Lages, órgão então responsável pelos assuntos ligados à terra na região que abrangia também Curitiba e Campos Novos, discorria, em seu relatório anual, sobre a dificuldade encontrada para legalizar a terra de posseiros, chamados de “intrusos”, no qual mencionava também um caso de “dilatação” das cercas de fazendas em terras devolutas:

[...] grande é o numero de intrusos que tenho encontrado em toda a parte em terras do Estado, e tenho procurado fazer com que os mesmos requeiram as terras que occupam, por compra ao Estado n'estas condições, já enviei cerca de 130 requerimentos á Directoria, e enorme numero está por fazer, aguardando minha intervenção e auxilio.

Outro caso é da invasão de terras do Estado, por parte dos grandes fazendeiros, que procuram dilatar os limites das grandes areas de seus domínios. Tenho lavrado os meus protestos immediatos, uma vez que um facto destes tem chegado ao meu conhecimento (Santa Catarina, 1917, fl. 7).

No ano de 1922, outro relatório, expedido pelo Agente Júlio Boppré, também informa a grande quantidade de famílias posseiras que continuavam a viver em Curitiba nos anos posteriores à Guerra do Contestado:

[...] grande ainda é o numero de intrusos em terras do Estado, principalmente no municipio de Curitiba, onde elementos nocivos, quer oriundos de outros lugares, quer oriundos da campanha dos fanaticos, quer acoitado de outros lugares occupavam uma area de terras devolutas nunca menos de 800-1000 milhões de metros quadrados sem haver possibilidade por parte d'esta Agencia, de os fazer adquirir estas terras legalmente. Julgam que lhes assiste pleno direito de occupar as terras do Estado sem

mais nem menos e não há meio de convencer-os do seu procedimento irregular e criminoso (Santa Catarina, 1923, s. p.).

A política de terras praticada em Santa Catarina, definida na década de 1890, possuía como objetivo atuar na regularização de antigas posses e na venda de terras públicas para estímulo da pecuária e da lavoura. Essas políticas, nas palavras de Machado (2004, p. 139), baseavam-se

na premissa segundo a qual Santa Catarina precisava desenvolver sua “indústria pastoril e agrícola” e, para isto, já contava com “terras ubérrimas” que eram “desabitadas”. Fica evidente a formulação de uma política de terras ligada ao estímulo da colonização europeia, voltada para o desenvolvimento de uma lavoura comercial — submetida aos interesses de capital mercantil e de empresas particulares especializadas em especulação com terras — e para o crescimento da oferta de pastagens úteis aos grandes pecuaristas do planalto.

Embora permanecesse prevalecendo o regime da posse naquelas terras, a “institucionalização da propriedade privada”, para utilizar o termo empregado por Cavalazzi (2003), passou a se fazer sentir entre aqueles moradores. As transformações sociais e espaciais advindas desse processo se intensificavam na região nos anos posteriores ao Contestado. A valorização das terras frente à proximidade com a ferrovia, e a possibilidade de colonização e exploração madeireira, passou a despertar o interesse de fazendeiros de outras regiões e de grupos econômicos. A partir de então, as terras devolutas dos então vastos municípios de Curitiba e Campos Novos tornaram-se objetos de cobiça.

Muitas dessas terras, ricas em reservas madeireiras e próximas às áreas de colonização do Vale do Rio do Peixe, no entanto, já eram ocupadas por diversas famílias sob o regime da posse, como pode ser observado através de duas Escrituras Públicas de Contrato realizadas no ano de 1926, que tratam da legalização de antigas posses na região. Esses documentos trazem algumas informações

valiosas a respeito do proprietário dessas terras, a época em que foram concedidas pelo Estado, número de famílias posseiras, bem como onde estas se encontravam. Acordos possivelmente firmados devido a valorização dessas terras a partir da possibilidade futura de exploração da madeira ou da possibilidade de venda para a colonização. Um desses acordos, efetivado no dia 22 de fevereiro de 1926, foi firmado em cartório por Arthur Formighieri, representando Ângelo Preto, Ernesto Formighieri e Aníbal Formighieri. Um trecho desse documento revela que,

sendo concessionárias das terras denominadas registro do Butiá Verde, effectuado em mil oitocentos e cinquenta e cinco, legalizado perante a justiça Civil da comarca de Campos Novos, registro esse que pertence a João Baptista de Deus e cujas terras elles outorgantes compraram do Governo do Estado, conforme o despacho exarado em petição a elle derigida e desejando entrar em accordo com os possuidores e moradores das zonas mencionadas tinham ajustado e contractado com os seguintes contractantes, reconhecem os outorgados contractados na qualidade de co-possuidores das zonas denominadas Taquarussú, assim como do Fachinal dos Carvalhos que dêle faz parte; Segundo, os outorgantes contractantes se obrigam a demarcar os terrenos da zona do Fachinal dos Carvalhos e Taquarussú assim como dividir as diferentes glebas acima discriminadas correndo por sua conta exclusiva todas as despesas com a demarcação; agrimensor, sustento das turmas, metragens, taxas, emolumentos e sellos e preços das terras conforme o despacho do Governo do Estado; Terceira, effectuada a demarcação serão feitas as discriminações das diferentes glebas ou fazendas acima denominadas que são: As posses "Passa Tres", "Posse do Juca", "Posse Palhano", "Posse da Costa do Passa Tres", "Posse do Toldo", "Posse dos Chatos", "Posse dos Ribeiros do Rolado", "Posse dos Vicentes", "Posse dos Praxedes", "Posse de Salvador Vidal", "Posse da Serra do Taquarussú", "Posse do Cerro do Aterrado", Posse de Fachinal dos Carvalhos", "Posse da Firmina", "Posse de Dona Firmina Leite", "Posse de Taquarussú de Baixo", "Posse de Manoel Vicente" e "Posse de José Vicente"; Quarta, a metade de cada uma dessas posses mencionadas nas, digo na clausula anterior será

escripturada aos posseiros nella residentes e mencionados nesta escriptura e a todos que apresentarem documentos comprobatorios de sua posse ou direito à ella. Os outorgantes, farão todo o esforço possivel para que os títulos dos posseiros outorgados sejam expedidos pelo Estado, directamente interessados que nenhuma despeza terão com a demarcação, taxas, emolumentos e sellos e preço a pagar ao Estado¹⁷.

Nas folhas seguintes do mesmo livro, consta outro acordo, envolvendo também os Formighieri, além de Albano e Frederico Burger, Antônio Bueno de Deus, José Alves de Ramos e Nohemia Rodrigues dos Santos, visando a população posseira que vivia nas localidades da Baía, Papuã e Butiá Verde, de maneira semelhante ao acordo realizado com os posseiros na região de Taquaruçu, como é possível constatar em um trecho do referido documento:

[...] outorgantes e outorgados no fim dito declararão que na presença da mesma testemunha que tendo adquirido por compra ao Estado de Santa Catharina, depois de devidamente legalizado pela justiça Civil da Comarca de Campos Novos, a terra que fazem parte do Registro denominado Butiá Verde, efectuado em mil oitocentos e cinquenta e cinco (1855) que passaram a pertencer aos herdeiros de João Baptista de Deus [...] têm a divisão e demarcação das terras ao referido Registro e nas partes que abrangem as zonas conhecidas com os nomes de Bahia, Papuan e Butiá Verde, nas condições seguintes: Primeiro os outorgantes e outorgados se obrigam a medir e a demarcar a zona denominada Bahia, Papuan e Butiá Verde, que [...] fazem parte do Registro Butiá Verde, que pertenceu a João Baptista de Deus. Segundo, as despesas com a compra das terras ao Estado de Santa Catharina, agrimensor, custeio da medição, sustento das turmas, metragem, emolumentos e sellos, ocorrerão unicamente por conta delles outorgantes, não sendo os outorgados por ella em nada responsáveis. Terceiro, a zona Butiá Verde será dividida em

¹⁷ Escritura Pública de Contrato entre Artur Formighieri, Ernesto Formighieri, Ângelo Preto, Aníbal Formighieri e moradores de Taquaruçu, Passa Três e Faxinal dos Carvalhos, no dia 22 de fevereiro de 1926. Livro de notas n.º 69. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitiba, Santa Catarina.

duas glebas principais, sendo uma a gleba, isto é, a metade, pertencente à família Ribas com seus sucessores e cessionários, e a outra metade à família Deus, cabendo a cada um dos compossuidores a quantidade de terras a que tem direito os respectivos documentos. Quarto, a metade de cada uma dessas zonas mencionadas na clausula primeira, isto é, Papuan, Bahia e Butiá Verde, será escripturada aos posseiros nella residentes e mencionados nesta escriptura e a todos que apresentarem documentos comprobatorio de sua posse. [...]. Quinto, fica entendido que o contratante outorgado compossuidores da zona Butiá Verde constantes da primeira escriptura serão escripturados apenas da parte proporcional aos seus títulos e de acordo com a força destes na forma constante desta escriptura, ficando o restante da referida zona para ser dividido entre os demais compossuidores della cujos nomes não figuram nesta escriptura na forma que ultimamente for combinado. Pelos outorgados foi dito e declarado perante mesmas testemunhas que aceitaram a presente escriptura na forma que ela foi redigida porque assim effectivamente tinham ajustado e contactado entre si e os outorgantes ¹⁸.

Ao que tudo indica, nem todas as posses foram regularizadas ou os acordos foram firmados. Esse possivelmente foi o caso de parte das terras situadas no Faxinal dos Carvalhos, onde, no inventário de Joaquim Dias de Moraes, falecido em 1938 e elaborado em 1939, as terras constam ainda como sendo de posse, conforme exposto nos autos do processo em uma parte a respeito da dimensão do imóvel:

A área de 2.773.250 m² é exata. — Não se nega ser a posse “FACHINAL DOS CARVALHOS” muito mais extensa, mas nem toda ela pertencia ao inventariado, e sim aos posseiros: FRANCISCO DIAS DE MORAIS, JOAQUIM DIAS DE MORAIS – era inventariado, JOÃO DIAS DE MORAIS, HONORATA DIAS DE MORAIS,

¹⁸ Escritura Pública de Contrato entre Artur Formighieri, Albano Burger e outros, com moradores da Baía, Papuã e Butiá Verde, no dia 23 de fevereiro de 1926. Livro de notas n.º 69. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitiba, Santa Catarina.

Na folha 89 do referido processo, consta que essa era uma posse em que também residiam outras famílias, conforme trata um ofício do procurador de algumas famílias envolvidas ao Juiz de Direito da Comarca de Curitiba, mencionando que o terreno localizado no Faxinal dos Carvalhos — o inventariado possuía terras legalizadas somente no Espinilho — “não é terreno titulado, e, ainda, diversas pessoas [...] tem direito de posse e lá residem”²⁰. Forma de apossamento que era comum, sobretudo entre membros de uma mesma parentela, como consta, por exemplo, nas duas escrituras públicas de contrato para legalização das terras por Arthur Formighieri no ano de 1926, como no caso da posse Faxinal dos Carvalhos, e na Baía, onde se situavam as posses da família Lara, advindas do parcelamento por herança²¹. Essas posses, usufruídas por uma mesma família, eram denominadas na região como “em comum”. O termo “em comum” pressupõe, para muitos moradores locais, que a terra era usufruída e apossada de forma semelhante ao condomínio. Para referir-se à criação de animais, esta era, quase sempre, denominada como criação “à solta”, conforme foi possível constatar nos depoimentos de moradores locais. Inclusive, a propriedade de fazendas sob o regime de condomínio em Curitiba possuía regulamentação municipal expedida pelo então prefeito Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, através da Lei n.º 49, de 6 de janeiro de 1908, que regulava a forma de acesso e uso dessas terras de maneira não

¹⁹ Inventário de Joaquim Dias de Moraes, 1938. Comarca de Curitiba, caixa 23. Arquivo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, p. 39-40.

²⁰ *Ibidem*, fl. 89.

²¹ Escritura Pública de Contrato entre Artur Formighieri, Ernersto Formighieri, Ângelo Preto, Aníbal Formighieri e moradores de Taquaruçu, Passa Três e Faxinal dos Carvalhos. *Op. Cit.*; Escritura Pública de Contrato entre Artur Formighieri, Albano Burger e outros, com moradores da Baía, Papuã e Butiá Verde. *Op. Cit.*

muito diferente da costumeiramente já praticada pela população cabocla, que combinava usos coletivos e privados da terra:

O cidadão coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, superintendente municipal de Coritybanos.

Faço saber a todos os habitantes deste Municipio que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a Lei seguinte:

Art. 1.º – Nos terrenos lavradios que se acham em commum entre muitos condminos, cada um delles poderá cultivar sómente a extenção que em proporção lhe couber, o que verificar-se-á por um arbitramento que se procederá a requerimento da parte que se julgar prejudicada, perante o Superintendente terá lugar a louvação em arbitradores, que avaliarão a extenção que possa pertencer aos condminos[...] (Curitibanos, 1908).

Trata-se, portanto, de espaços onde ocorria o usufruto em comum da terra e dos recursos naturais, afinal os animais percorriam livremente as diversas posses e áreas com titulação oficial. De acordo com uma passagem apresentada no inventário de Joaquim Dias de Moraes, em uma procuração ao Juiz de Direito da Comarca de Curitibanos, ao questionar o real tamanho da posse do Faxinal dos Carvalhos, adquirida por compra de João Carvalho “há mais de 20 anos”, consta no item oitavo que, “no mesmo imóvel, titulado a Demóstenes Bornhausen, e com este confrontando para todos os lados, existe a posse de João Dias de Moraes”, também localizada no Faxinal dos Carvalhos²².

A atuação de grupos envolvidos no processo de apropriação privada para posterior especulação ou colonização da região, marcaram a presença cada vez maior do Estado, seja na regularização de antigas posses, seja na concessão de terras, como era também o caso de uma imensa faixa de terras devolutas, que se estendia do Taquaruçu até as terras da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, concedidas pelo Estado de Santa Catarina, no ano de 1929, a Demóstenes Bornhausen, com uma área de 278.303.520 m²,

²² Inventário de Joaquim Dias de Moraes. *Op Cit.*, fl. 16-17.

no lugar conhecido como Butiá Verde²³. O nome Butiá Verde, uma possível alusão à grande quantidade dessas palmáceas existentes na região, dava nome à localidade e a outras fazendas mais antigas, como a de propriedade do Coronel Zacharias de Paula Xavier, residente em Curitiba, transmitida mais tarde para a família Burger, de Lages, da mesma forma que as terras de João Baptista de Deus²⁴

Para se ter uma noção da área da concessão para Demóstenes Bornhausen, no mesmo ano, em Curitiba, foram realizadas oito concessões segundo o relatório apresentado pelo Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, Caetano Deeke, ao Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, relativo ao ano de 1929, somando uma área de 562.067.433 m². Tal concessão compreendeu mais da metade das terras concedidas no município e pouco mais de 1/3 de todas as terras concedidas em todo o Estado naquele ano, cuja área total era de 740.477.985 m² (Santa Catarina, 1929, p. 247-248).

De acordo com o relatório do ano de 1935 da Diretoria de Terras e Colonização, essas terras foram concedidas como pagamento pela construção de duas estradas no Oeste do Estado, conforme é possível constatar em um trecho do documento:

Wenceslau Breves por contrato de 15-10-1925, assumiu o compromisso de construção das estradas de rodagem do km. 78 a Xanxerê (em continuação da estrada Cruzeiro-Xanxerê) e do Passo

²³ Registro número 120, livro 3a, de 28 de junho de 1929. Cartório do Registro de Imóveis do município de Curitiba, Santa Catarina. O título de concessão de terras, conferido pelo Presidente do Estado, Adolpho Konder a Demosthenes Bornhausen, se encontra no Livro 786, folha 14 de títulos de concessões de terras no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²⁴ Registro número 138, livro 3, de 11 de janeiro de 1917. Registro de Imóveis do município de Curitiba, Santa Catarina; Registro número 214, livro 3, de 24 de setembro de 1918. Registro número 120, livro 3a, de 28 de junho de 1929. Registro de Imóveis do município de Curitiba, Santa Catarina. Os livros 3 e 3A apresentam várias transações de imóveis em Butiá Verde a partir de 1916. Os documentos referentes aos anos anteriores foram destruídos durante a Guerra do Contestado na invasão a Curitiba.

dos Índios a Xanxerê (em continuação da Estrada Goio-En a Passo dos Índios), que seriam pagas em moeda corrente, e em 1-10-1926 transferiu as obrigações que assumiu a Demóstenes Bornhausen.

Dando cumprimento às cláusulas contratuais Demóstenes Bornhausen entregou ao Estado as obras contratadas, recebendo em pagamento terras devolutas em vez de moeda corrente (Santa Catarina, 1935, p. 80-81).

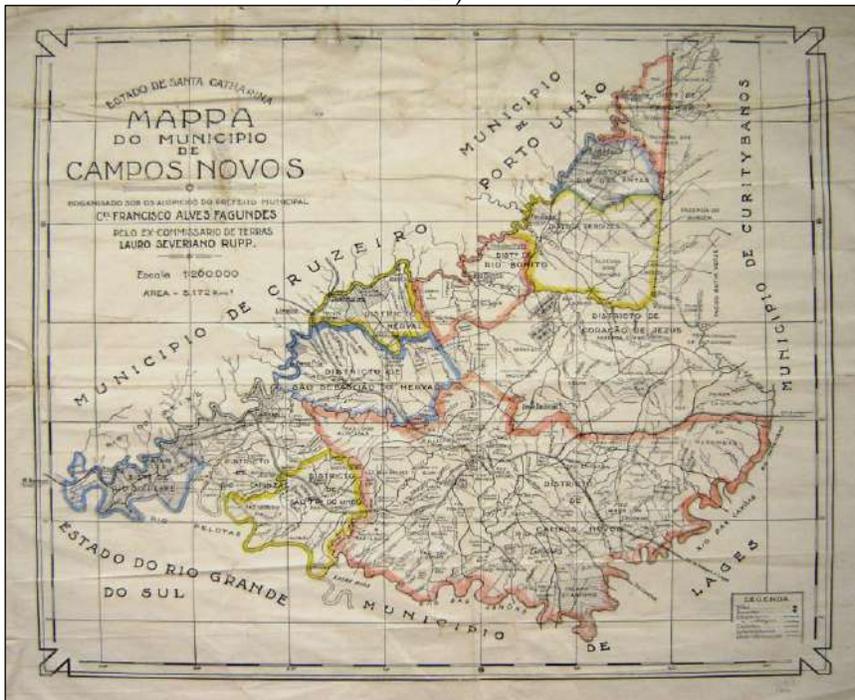
No título de concessão de terras, emitido a Demóstenes Bornhausen, as confrontações do imóvel são as seguintes: ao norte, com terras de Francisco Schreiner (outra concessão do Estado do ano de 1927²⁵), Faxinal dos Thibes e terras da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Ao sul, com terras do Estado pelo lageado do Taquaruçu, lageado do Butiazinho, Emidio dos Reis e Coronel Henrique de Almeida. Ao leste, com terras do Coronel Henrique de Almeida, Faxinal dos Diogos, Faxinal dos Domingues e Fazenda da Barra. Ao oeste, com terras do Estado pelo Rio Taquaruçu, terras de Clemente Gomes, Fazenda dos Burger e Fazenda da Liberata²⁶, como pode ser também possível se observar na Figura 7:

²⁵ Registro número 1.353, livro 3, de 16 de dezembro de 1927. Cartório do Registro de Imóveis do município de Curitiba, Santa Catarina.

²⁶ Título de concessão de terras do Estado a Demóstenes Bornhausen. *Op. Cit.*

Algumas dessas informações podem ser observadas em um mapa de Campos Novos, contendo algumas localidades vizinhas de Curitibaanos, elaborado na década de 1920, no qual é possível constatar que a Fazenda Liberata confrontava ao sul e sudoeste da Fazenda do Burger. No mapa, não é possível saber o ano de sua confecção. Apenas consta o nome do prefeito do município, Coronel Francisco Alves Fagundes, que, no entanto, administrou o município por duas vezes nessa década, entre 1919 e 1923 e 1927 a 1930 (Blasi, 1994). No referido mapa, apresentado na Figura 8 e no detalhe da Figura 9, também consta a existência de uma Fazenda Butiá Verde, cujas confrontações ao sul, norte e oeste são semelhantes às informadas na concessão a Demóstenes Bornhausen.

Figura 8: Mapa do Município de Campos Novos (meados da década de 1920)



Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (1920).

mesmo em seu arrebanhamento, da mesma forma que no acesso às terras para outras atividades. No caso da região de Fraiburgo, a concessão a Demóstenes Bornhausen, ao menos em seu início, possivelmente nada alterou na vida da população posseira. Esta permanecia naquelas terras, o que também ocorria com a população envolvida nos referidos acordos de 1926, usufruindo-as, da mesma maneira que os confrontantes, em comum. É possível supor, de forma semelhante ao que aponta Campos (2000, p. 206), que os posseiros que viviam naquelas terras, “despreocupados do sentido da propriedade”, desconheciam o que vinha ocorrendo na esfera legal em relação àquele espaço. Muito embora a oficialização da propriedade das terras perante a justiça ocorresse em muitas áreas desde pelo menos a segunda metade do século XIX, ocorria, nesse caso, como discutido no capítulo 2, a integração desses novos moradores com seus vizinhos, dando continuidade ao usufruto em comum da terra como o praticado de costume entre a população local.

Nesse mesmo período, nas terras concedidas à *Brazil Railway* se processava a colonização das terras marginais à ferrovia, trazendo novas concepções e formas de uso daquele espaço. Gradativamente foram se erodindo antigos hábitos e costumes dos antigos moradores, que passaram a se inserir, compulsoriamente ou não, na nova lógica social, econômica e espacial que se impôs.

3.1 A colonização do Vale do Rio do Peixe

A colonização do Vale do Rio do Peixe introduziu valores externos em toda a região, deixando à população local duas alternativas: adaptar-se ou ficar excluída, não sem resistências. Alternativas que eram impostas por duas razões: a primeira seria, como aponta Renk (1997), a desestruturação do modo de vida; e a segunda, pelo descompasso existente, em relação ao *habitus*, à temporalidade e à espacialidade da população local e as dos colonizadores, no caso, estendendo o comentário às empresas madeireiras. Muito embora a desestruturação do modo de vida, de

antigos hábitos e costumes, já ocorresse desde o início do período republicano, tem-se, com a consolidação da colonização nos anos posteriores à Guerra do Contestado, uma abrangência espacial muito mais ampla dessa ruptura, que, conforme a autora, ocorre,

quando a empresa colonizadora atinge as terras ocupadas por posseiros, afetando o seu modo de vida. A colonização é [...] internamente apontada como um divisor de tempo e de mundo dos ex-posseiros [...], apresentado como “um tempo que não volta mais” (Renk, 1997, p. 105-106).

Desde o século XIX, a ideia da imigração europeia fazia parte do pensamento político brasileiro, estando intimamente ligada ao processo de “branqueamento” da população, à transição da mão de obra escrava para a livre, e, no povoamento da região Sul, à formação de pequenas propriedades rurais. As iniciativas de colonização do território brasileiro são, no entanto, mais antigas. Desde o século XVIII, entre 1748 e 1756, o Brasil Meridional foi alvo do afluxo de açorianos para o litoral de Santa Catarina, e para o Rio Grande do Sul, e ao Norte, para o Pará, fazendo parte da política portuguesa de assegurar a posse territorial pela ocupação (Arend, 1999; Machado, 1999; Piazza, 1994). Outras tentativas de imigração surgiram mais tarde, no início do século XIX, no reinado de Dom João VI, com a instalação de suíços, alemães e holandeses, em áreas do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia (Silva, 1996). Após a Independência, Dom Pedro I buscou estimular a imigração europeia. Apesar de efêmera, sendo interrompida na década de 1830, com a lei orçamentária do mesmo ano, essa política resultou no surgimento de colônias como São Pedro de Alcântara, em Santa Catarina, Rio Negro, no Paraná e São Leopoldo, Três Forquilhas e Torres, no Rio Grande do Sul (Silva, 1996; Machado, 1999).

Sobretudo nos anos seguintes à maioria de Dom Pedro II, importantes projetos foram debatidos pelo governo, muitos deles tratando de entraves que impediam o desenvolvimento econômico do país a longo prazo. Esses pontos eram a mão de obra

escravizada, o que implicava futuros problemas com o fim do tráfico com o crescimento vegetativo negativo da população escravizada, a questão da terra e uma política de imigração, problemáticas que envolviam a questão da mão de obra nas grandes lavouras (Machado, 1999).

Em Santa Catarina, diferente do que ocorreu com o Rio Grande do Sul, por exemplo, a colonização oficial teve pouco êxito, respondendo pelo surgimento de umas poucas colônias no século XIX, instaladas, em especial na região litorânea e no baixo vale do Rio Itajaí, exceção feita à Colônia Militar de Chapecó. Predominou no Estado a iniciativa privada, presente desde o século XIX, sendo responsável pela colonização do Vale do Rio do Peixe e o Oeste, sobretudo após o ano de 1916, com o término da Guerra do Contestado e a resolução da questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina (Waibel, 1949; Heinsfeld, 2001).

A colonização do Vale do Rio do Peixe teve início ainda na primeira década do século XX. Segundo Heinsfeld (2001), logo que se iniciou a construção da ferrovia, o município de Campos Novos promoveu o parcelamento de parte do seu patrimônio municipal, localizado no encontro das águas do Rio do Peixe com o Uruguai. A venda do patrimônio municipal para a colonização foi promulgada pela Lei n.º 132 de 12 de janeiro de 1907, cujo conteúdo foi publicado pelo jornal *Vanguarda* (1908b, p. 2). Na referida lei, o Conselho Municipal “autorizou o Superintendente a mandar dividir o patrimonio que possui na bifurcação do Rio do Peixe e Rio Uruguay em lotes coloniaes, mandando reservar uma area para n’ella construir-se povoação”. Terras que, se não eram habitadas por posseiros, possivelmente serviam ao usufruto da população que vivia próxima, como era costume.

Nos anos seguintes, com a efetivação da posse das terras concedidas como pagamento pela construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, a *Brazil Railway* iniciou a colonização das suas terras. As primeiras tentativas realizadas pela empresa não surtiram os efeitos desejados, apesar de terem sido estabelecidos, entre 1913 e 1916, nove núcleos de colonização, acompanhando o traçado da

ferrovia. Possivelmente, o insucesso desse plano inicial de colonização se deve à falta de infraestrutura e ao fato de ainda existirem posseiros vivendo nas terras. Somou-se a isso a Guerra do Contestado, com o comprometimento do transporte ferroviário, e as notícias do ataque dos “jagunços” ao núcleo colonizador Rio das Antas. Essa infrutífera tentativa inicial de colonização serviu para que o governo permitisse à companhia a promoção da colonização de forma indireta, ou seja, vendendo grandes áreas a outras colonizadoras, que então se encarregavam da venda das colônias (Cavallazzi, 2003; Hensfeld, 2001; Thomé, 1983).

Tem-se a partir de então a criação de várias empresas de colonizadoras, encarregando-se de fazer propaganda da região e buscar pessoas para o seu povoamento. São essas companhias, na maioria pertencentes a empresários do Rio Grande do Sul, as principais responsáveis pelo recrutamento e povoamento do ex-Contestado. Aos colonizadores da região interessava a venda daquelas terras. Se para o governo, colonização quer dizer povoamento e desenvolvimento de áreas “desabitadas”, para uma companhia particular, como afirma Waibel, (1949, p. 172) “quer dizer negócio; ela quer ganhar dinheiro e é certo que ganhará se conseguir uma boa qualidade de terra e também gente de boa qualidade”. Em relação a essas companhias, comenta Nodari (2009, p. 34) que

competia a elas pôr em prática a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo Governo Estadual e pelas próprias companhias, ou seja, que povoassem e colonizassem a região ordeiramente.

A escolha dos colonizadores por colonos “ordeiros” e “trabalhadores” não incidiu sobre a população cabocla da região, muito menos a indígena, mas, sim, aos teutos e ítalo-brasileiros estabelecidos nos velhos núcleos de colonização do Rio Grande do Sul, que vinham sofrendo a sucessiva divisão das terras por herança e o alto preço das mesmas. Em Santa Catarina, além do baixo custo da terra se comparado às zonas coloniais gaúchas, era

ainda possível a compra de terras contíguas, permitindo que as famílias permanecessem unidas, o que já não ocorria no Rio Grande do Sul (Nodari, 2009). Tem-se então um retalhamento territorial das terras em favor das companhias colonizadoras privadas. Essa nova configuração territorial no Vale do Rio do Peixe pode ser observada na imagem da Figura 10, que apresenta um detalhe ampliado da planta “Núcleos Coloniais”, produzida pela Diretoria de Terras e Colonização do Estado de Santa Catarina, provavelmente na década de 1940. No detalhe também consta, ao leste, nos municípios de Curitibanos, Campos Novos e Caçador, a colônia Marechal Hindemburgo formada nas terras concedidas a Demóstenes Bornhausen.

Figura 10: Núcleos coloniais do Vale do Rio do Peixe e Curitibanos, década de 1940



Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, Santa Catarina, s.d.

A construção da estrada de ferro, cruzando o Vale do Rio do Peixe, possibilitaria o escoamento da produção daqueles colonos, como porcos vivos e alfafa, ligando a região aos grandes centros urbanos, como Curitiba e São Paulo. Assim, conforme Waibel (1949, p. 174), “o hinterland de Santa Catarina foi drenado

comercialmente para o norte, para São Paulo, por gente que veio do sul”. Quando Waibel apresentou o trabalho intitulado *Princípios da colonização européia no Sul do Brasil*, em 1949, o processo de colonização do ex-Contestado ainda estava em pleno desenvolvimento, “semeando povoados ao longo das estradas e rios, na direção norte, onde está o sertão desabitado”, embora quase todas as terras já houvessem sido apropriadas “por indivíduos ou companhias particulares, que especulam sobre a expansão do povoamento em futuro próximo” Waibel (1949, p. 174). Esse processo, se já se consolidava no médio e baixo Vale do Rio do Peixe, ainda estava em avanço nas suas bordas, tanto ao oeste quanto ao norte, em algumas áreas de florestas que não haviam sido apropriadas pelos primeiros fazendeiros pecuaristas.

Nas áreas onde a colonização já havia se assentado no Vale do Rio do Peixe, eram realizados o plantio de feijão, trigo e milho, para citar as principais culturas, além da criação de animais como galinhas e porcos, esta destinada tanto ao consumo familiar quanto à comercialização. Existiam também pequenos produtores que desenvolviam a colheita da erva-mate, madeira e alfafa, que eram então comercializados, via ferrovia, com os Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo alguns produtos escoados até a Argentina, como no caso da madeira. Verificava-se naquele espaço, como aponta Espíndola (1999, p. 20), “a presença de mercados regionais, nacionais e internacionais no consumo dos produtos originários do Oeste catarinense”.

Dentro desse processo de colonização, comenta o autor que se instalaram nos nascentes núcleos urbanos, alguns destes formados ao redor das estações ferroviárias, pequenos artesãos, sapateiros, padeiros, comerciantes, etc., os quais desenvolveram pequenas fábricas que coexistiam com um pequeno capital comercial de importação e exportação e as companhias colonizadoras. Diz ainda que “nesta estrutura, o excedente gerado acumulava-se nas mãos dos comerciantes locais e grandes praças importadoras, dos proprietários das atividades artesanais e, por último, nas mãos dos pequenos produtores rurais” (Espíndola, 1999, p. 22). A presença

desses comerciantes atuando na compra de produtos agrícolas produzidos na região, da mesma forma que a atuação das pequenas produções mercantis, impulsionaram a criação de porcos nas áreas ainda dominadas pela floresta.

Ainda eram vastas as áreas intocadas pela colonização, inclusive nos espaços preferenciais à instalação dos colonos, como nas margens da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Em 1934, por exemplo, Valentin P. Cuts, ajudante técnico do Ministério da Agricultura, em um texto publicado no jornal *Cruzeiro*, do município de Cruzeiro do Sul, atual Joaçaba, em que criticava a situação da agricultura no Vale do Rio do Peixe, fez o seguinte comentário sobre a paisagem às margens da ferrovia, associando a existência de florestas à ausência de civilização:

Quem viaja pela Estrada de Ferro que corre na margem esquerda do rio, fica estranhado: encontram-se quilômetros e mais quilômetros de mata virgem beirando a linha ferrea. Qualquer estrangeiro [sic] que viajar nesta zona tem que pensar: “Si na margem da via ferrea ha viveiros para tigres, o que pode-se encontrar à distância de 20, 30 quilômetros da linha? (Cuts, 1934, p. 5).

Relatos como o de Celestina Perotto (2006), de 87 anos, cujos pais, de origem gaúcha, instalaram-se em meados da década de 1920 em terras próximas à Estação Rio Bonito, atual município de Tangará, dão conta da existência da criação de porcos soltos no início da colonização. Isso ainda era possível em muitas áreas confrontantes aos nascentes núcleos de colonização, onde existiam amplas áreas de florestas e faxinais permitindo a criação de animais à solta, terras que poderiam ser tanto devolutas quanto particulares. Criação esta exercida tanto por proprietários legais das terras quanto por posseiros e agregados.

Muitos dos criadores de animais soltos possuíam porções consideráveis de terra, como era o caso de Otávio Moreira de Andrade, o que pode ser visto através do depoimento de antigos moradores da região, além de registros de compra de terras no

Cartório de Registro de Imóveis de Curitibaanos. A fazenda de Otávio Moreira de Andrade foi sendo constituída e ampliada, conforme seu genro Aristiliano de Oliveira Rocha (2006), à medida que ele vendia porcos e bois, aplicando o dinheiro na aquisição de mais terras, fazendo o mesmo processo sucessivamente.

Comprava de um, comprava de outro, ia comprando as terras, duzentos alqueires daqui, cem de outro [...] O veio comprou na época [...] um terreno de cinco milhões de campo, duzentos alqueires, para pagar com uma safra de porco, um lote de boi que ele tinha. Tinha trezentos, quatrocentos bois engordando.

Dentre essas aquisições estavam, por exemplo, parte das terras pertencentes a Demóstenes Bornhausen, além de terras de outros proprietários²⁷. Em suas terras, as principais criações eram de gado bovino e suíno. Se o gado bovino era criado principalmente nas áreas de Campos, nos quais existiam também algumas mangueiras, destinadas ao aprisionamento para a engorda, os porcos eram criados livremente, circulando nos mesmos espaços onde percorriam e alimentavam-se animais de seus vizinhos, fossem eles posseiros ou não.

Na Liberata, encontravam-se moradores como Fabrício Dias de Andrade, que, além de possuírem pequenas plantações de trigo e milho e algumas cabeças de gado, encontravam como complemento da renda a criação de porcos soltos nos pinheirais (Burke, 1994), comumente sendo encontrado em áreas relativamente distantes, como no Campo da Dúvida. Conta Sebastião Pires (2005b) que os moradores da Liberata eram grandes criadores: “o que mais tinha era porco desses liberatianos [...]. Vinha porco, boi, cavalo. Vinham tudo para cá, pastavam o tanto que queriam”.

²⁷ Registro número 2.432, livro 3c, de 3 de julho de 1941. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitibaanos, Santa Catarina; Registro número 3.727, livro 3d, de 10 de abril de 1944. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitibaanos, Santa Catarina.

Portanto, fica evidente a existência de vários criadores ocupando os mesmos espaços. Para a identificação, os animais eram diferenciados com cortes na orelha ou no rabo, no caso dos porcos, e de marcas ou cincerros nos outros animais, como bois e cavalos. Animais sem marca, como no caso dos porcos, conhecidos como “orelhão”, não possuíam dono, sendo de quem os encontrasse em suas terras. Mesmo assim, isso não impedia que eventuais furtos de animais ocorressem, principalmente de porcos.

A criação de suínos também ocorria entre os colonos que se instalavam no Vale do Rio do Peixe, porém de maneira distinta. Lago (1988, p. 289) comenta que o relevo das regiões colonizadas em vales de encostas íngremes, onde o terreno possuía, em muitos casos, uma declividade acentuada, representava restrições para a criação do gado bovino, sendo criado apenas para a produção leiteira e como animal de tração. Ademais, a criação de suínos era também compatível com a tradição cultural dos alemães e italianos, cujo passado estava ligado, assim como o de portugueses e espanhóis, aos romanos, que já criavam porcos, e aos povos bárbaros, que se não criavam, ao menos apreciavam o javali. Em seus lotes, os colonos praticavam o que o autor denominou de “binômio milho/porco”, atividade possível em lotes coloniais de reduzido tamanho, possuindo, em média, 10 alqueires ou 24,2 hectares. Nesse período, a rápida difusão do binômio milho-porco, junto à expansão de fábricas de banha, matadouros e nascentes agroindústrias, tornou a presença de mangueiras, chiqueiros e plantações de milho elementos comuns na paisagem rural da região.

Esse binômio, no entanto, não foi invenção dos colonos que se estabeleciam no Rio do Peixe. Ele já era observado em outras áreas de colonização, como na região de Urussanga e Vale do Itajaí, da mesma forma que era também observado no Meio-Oeste norte-americano e na porção norte dos Pampas argentinos, onde já se constatava “a eficácia do enlace entre o mais notável cereal do Novo Mundo e a espécie porcina” (Lago, 1988, p. 289). Em relação à opção da criação de porcos, outro fato apontado pelo autor refere-se à capacidade de conversão de alimentos em carne. Se para a criação

bovina são necessários vinte quilogramas de alimento, como o feno e o milho, para a engorda em um quilograma, o porco necessita, para o mesmo ganho de massa, de apenas seis quilogramas de milho, sendo este criado fechado em encerras, diferente do modo à solta, até então praticado pelos antigos moradores.

O destino de muito desses animais, como rememora Celestina Perotto (2006), era o seguinte:

Eu me lembro que quando tinham que carregar o trem. Então vinham tocando aquela tropa de porco, um na frente com milho. Tocado na mangueira e depois ia para o trem e ia para o comércio. Era assim.

No Vale do Rio do Peixe e região, onde a criação de animais soltos, da mesma forma que sua comercialização, antecedia a colonização, esta foi impulsionada pela construção da ferrovia e pela atuação de comerciantes, que enviavam os animais para fábricas de banha e derivados de carne, de forma semelhante ao sudoeste do Paraná, conforme Correa (1970, p. 89), onde ocorreu um “enorme surto na criação de suínos [...] surto êsse paralelo à expansão em direção as terras florestais não ocupadas”. O crescimento na produção, no início da banha, relacionava-se à expansão do mercado consumidor, “que o comércio importador não poderia suprir em função dos preços elevados dos artigos importados, possibilitando o aparecimento de unidades fabris produtoras” Correa (1970, p. 89). Dessa maneira, apareceram os primeiros frigoríficos na região Sul do Brasil, como o Matarazzo em Jaguariaíva, no Paraná, em 1917, seguido de outros que surgiram tanto no mesmo Estado, como em Ponta Grossa, quanto no Rio Grande do Sul, em Marau e Serafina Corrêa, por exemplo.

Eram os tempos do chamado “porco banha”, destinado a abastecer as necessidades da população dos grandes centros urbanos, sobretudo da região Sudeste. Os óleos vegetais eram então pouco utilizados, e sua produção, a partir de sementes oleaginosas, como no caso do azeite de dendê, visava atender o

consumo regional. Na época, a banha era destinada a abastecer as necessidades da população dos centros urbanos dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1986; Bossle, 1988; Brandt, 2015a). Ainda, a banha era um produto valorizado, servindo tanto no cozimento quanto na conservação de alimentos (Lago, 1988). E os porcos criados soltos, como os da raça Macau, Caruncho, Tatu, Piau, Canastra e Canastrão, algumas das variedades rústicas de origem ibérica e asiática, amplamente disseminadas na região, eram adaptadas às condições locais, apresentando resistência às doenças e facilidade de reprodução, sendo próprios para a produção de banha, sendo que muitos desses animais passaram também, no início da colonização, a ser empregados pelos colonos (Olinger, 1969; Lago, 1988; Valentini, 2006). No entanto, sua forma de criação diferia da tradicional, à solta, anteriormente praticada na região, sendo que a criação pelo colono ocorria de forma fechada.

Na compra desses animais atuavam diversos comerciantes ao longo do Vale do Rio do Peixe, como era o caso de Attilio Fontana. Descendente de italianos que se instalaram no Rio Grande do Sul, Fontana iniciou suas atividades comerciais em Cruzeiro, atual Joaçaba, de onde despachava alfafa e suínos, remetidos, na maioria, para São Paulo. As frequentes remessas de animais para essa cidade fizeram com que Fontana se tornasse representante exclusivo da Antônio Menck & Irmãos, atacadistas de porcos em Itararé e abastecedores dos frigoríficos Swift e Armour. Essa exclusividade na comercialização de suínos entre a região e São Paulo fez com que os demais comerciantes da região enviassem seus suínos para outros frigoríficos localizados no Paraná e no Rio Grande do Sul (Espíndola, 1999).

Os comerciantes, contudo, não eram os únicos destinos dos porcos criados à solta. Nos nascentes núcleos urbanos, surgiram diversas iniciativas industriais, dentre elas pequenos matadouros, açougues e frigoríficos, aproveitando e industrializando a carne dos animais existentes na região. No caso da produção nos frigoríficos, esta passou a ocorrer quando passou a ser mais lucrativo realizar o

abate e o processamento da carne e da banha ao invés da simples venda dos animais vivos (Moretto; Brandt, 2019). No início das atividades, essas empresas também puderam contar com um mercado consumidor local, formado pelos moradores no então nascente processo de urbanização da região (Mamigonian, 1986).

Eram empreendimentos originados não somente pelo capital comercial, mas também, como ressalta Silva (2006, p. 110), por “uma mão de obra especializada, mestres, operários qualificados e artesãos”. Imigrantes e migrantes de origem europeia, que, para Mamigonian (1969, p. 60), seriam “gente de origem modesta [...], com ou sem experiência industrial anterior”, e que marcaram a inserção da região no processo de mercantilização e especialização produtiva (Espíndola, 1999). De modo semelhante ao apontado por Mamigonian (1986, p. 104) em relação à colonização no Sul do Brasil em geral, os colonos que se instalavam no Vale do Rio do Peixe e Oeste “já praticavam uma significativa divisão social do trabalho (p. ex. os agricultores compravam tecidos, instrumentos de trabalho, etc.)”, na qual se encontravam estruturas socioeconômicas capitalistas plenas ou em desenvolvimento, transplantando-as “em suas regiões de destino” (Mamigonian, 1976, p. 89). Esse sistema, conforme Goularti Filho (2009, p. 110), originou uma acumulação lenta e pulverizada e permitiu “o surgimento de uma diferenciação social, em que alguns colonos mais abastados começaram a subordinar o trabalho e a pequena propriedade, tornando-se madeireiros ou proprietários de frigoríficos”.

Dentre as empresas que surgiram, tendo como primeiros consumidores os moradores locais, é possível citar o caso dos irmãos René e Arnaldo Frey, que iniciaram suas atividades empresariais no Vale do Rio do Peixe, na localidade de Perdizes, atual município de Videira, com a abertura de um pequeno açougue e matadouro. Originária da Alemanha, a família Frey aportou no Brasil no final da Primeira Guerra Mundial, instalando-se inicialmente em Triunfo, no Rio Grande do Sul, onde permaneceram dois anos. Alegando que as condições de trabalho não correspondiam às expectativas, os Frey mudaram-se para

Panambi, no mesmo Estado, onde permaneceram por mais um ano. Em 1923, instalaram-se em Castro, no Paraná, onde René, então com 19 anos, e seu irmão Arnaldo, com 15, começaram a trabalhar (Frey, 2005, p. 28). É nessa época que René Frey aprendeu, de acordo com Lopes (1989, p. 16-19), o “preparo de variados tipos de salames e fiambreteria. Graças a isso, considerou-se apto para estabelecer-se por conta própria o mais cedo possível”. Enquanto isso, Arnaldo começou a trabalhar em uma unidade das Indústrias Reunidas Matarazzo.

Diferente de muitos outros imigrantes, os irmãos Frey, pelo fato de emigrarem muito jovens da Alemanha, aprenderam o domínio das técnicas produtivas no Brasil, sendo que, no início da década de 1930, passaram a procurar pela região Sul do país e, em especial no Vale do Rio do Peixe, o lugar mais propício para se instalarem e estabelecerem-se “por conta própria”, abrindo um açougue (Burke, 1994, p. 15). No mesmo ano em que tomou conhecimento da existência de Perdizes, René Frey partiu para a localidade, abrindo um pequeno matadouro e açougue, contando pouco tempo depois com o auxílio de seu irmão Arnaldo. Além da carne destinada ao consumo local, os irmãos Frey produziam também derivados de carnes bovina e suína, como diversos tipos de salame, mortadela, linguiças, salsichas, carnes salgadas, defumadas, etc. A demanda pelos produtos aumentava, gerando um crescimento no ritmo de produção, fazendo com que o número de suínos abatidos por dia variasse entre vinte e trinta cabeças. Acondicionados em barris, os produtos eram então despachados, via férrea, para São Paulo e Paraná (Lopes, 1989; Frey, 2005).

No ano de 1938, a empresa Fritz Lorenz fechou o seu frigorífico localizado em Perdizes. Os Frey passaram então a “manter entendimentos” com o gerente comercial da empresa na época, Luís Kellermann, formando uma sociedade destinada à compra do frigorífico. Levantando recursos financeiros através de empréstimos realizados a comerciantes — que desempenhavam na região o papel de bancos locais — e agricultores locais, foi realizada a aquisição do frigorífico, que passou a funcionar sob o nome de

Sociedade Catarinense de Banha Ltda. Sociedade que seria desfeita no ano de 1941, quando, após o incêndio da serraria dos irmãos Frey em Perdizes, estes venderam sua parte à empresa Ponzoni, Brandalise & Cia, dando origem à Perdigão (Frey, 2005).

Esse processo de industrialização e crescimento econômico da região não deve ser considerado como fruto somente do empreendedorismo e da ação inovadora destes e de outros pequenos empresários-imigrantes que atuaram no Vale do Rio do Peixe e Oeste. Deve-se também levar em conta o papel do Estado que, através de subsídios, empréstimos, isenções, etc., exerceu grande importância no processo de acumulação de capital dos grupos empresariais em Santa Catarina. Vale ressaltar o fato de que já na década de 1930 o escoamento da produção das regiões Oeste e do Vale do Rio do Peixe eram subsidiados pelo governo federal, concedendo vagões gratuitamente entre os anos de 1932 e 1943 (Espíndola, 1999).

Tanto a partir do capital comercial quanto da atuação de pequenos empreendedores e do estabelecimento de grupos empresariais de outras regiões, surgiram, em todo o vale do Rio do Peixe e Oeste, diversas empresas, de duração efêmera ou não, destinadas à produção de banha e derivados de carne suína e bovina. Dentre estas, é possível mencionar, além dos já citados Attilio Fontana, que deu origem ao frigorífico Sadia, e os irmãos Frey, as empresas Ponzoni, Brandalise & Cia, na localidade de Perdizes, atual município de Videira, o frigorífico de Saule Pagnocelli em Joaçaba e o frigorífico Saporiti em União da Vitória, no Paraná (Ferrari, 2003; Frey, 2005).

Muitos dos criadores, sejam eles colonos ou antigos moradores, negociavam seus animais diretamente com os comerciantes ou fábricas de banha e derivados de carne. Como aponta o depoimento de Miguel Lara Sobrinho (2006), isso ocorria tanto com porcos quanto com bois: “Eles despachavam, faziam as tropas e levavam para São Paulo naquela época. Compravam um lote de gado e em Videira colocavam no trem”.

Porém, os animais também poderiam ser vendidos a outros fazendeiros que aumentavam assim o número de animais para a revenda. Compradores que eram também conhecidos como “safristas”. Corrêa (1970) descreve o sistema da “safra” como sendo a segunda etapa da criação de porcos. Esse sistema consistia na abertura de uma área onde a porcada era solta para a engorda, sendo então comercializada.

Aristiliano Rocha (2006) e outros moradores da região, como Sebastião Celso Abrão (2005), Miguel Lara Sobrinho (2005) e Carlos Hepp (2005), mencionam as roças formadas por Otávio Moreira de Andrade, destinadas a engordar não apenas seus animais, mas também os de pequenos criadores de quem adquiria seus porcos para posterior revenda. Esse sistema ocorria da seguinte maneira na região, conforme expõe José Lindolfo Cordeiro Leite (2005):

Fazia um lote de cem, cento e poucos, às vezes fazia de menos de sessenta, cinquenta, às vezes, trinta, quarenta, quando era porco pesado. Que os Brandalise exigiam um tipo de porco para comprar. Só compravam a média, de quilo acima, daí a pessoa tinha que escolher um daquele tipo. Daí a pessoa vendia. Que nem nós, que éramos mais fracos, às vezes vendíamos os nossos para os outros fazerem a tropa para trazer.

Atuavam também na compra desses animais alguns migrantes de origem europeia que se instalaram na região a partir da colonização das terras da concessão a Demóstenes Bornhausen. Se a colonização das terras marginais ao Rio do Peixe estimulou, em um primeiro momento, a forma de criação à solta, com o surgimento de pequenas produções mercantis e da atuação de comerciantes, seu avanço foi o responsável pela sua desagregação, abarcando faixas de terras por onde percorriam manadas de porcos livremente. Como bem aponta Corrêa (1970, p. 93), se a criação exigia amplas áreas, “à medida que o povoamento dos colonos progredia, essa atividade passava para áreas mais remotas”.

Esse declínio na criação pode ser constatado nos Censos de 1940 e 1950. Estes, se apontam para o crescimento no número de suínos no Estado, também indicam a redução do número de animais em áreas dominadas pelos Campos e pela Floresta Ombrófila Mista. Em 1940, o número de animais no Estado era de 1.124.426, sendo que os municípios de Campos Novos, Caçador, Cruzeiro (Joaçaba) e Concórdia abrigavam 303.661 animais (IBGE, 1952). Em 1950, esse número saltaria para 474.659²⁸. Municípios como Curitiba, Lages, Bom Retiro e São Joaquim, que ainda não haviam recebido fluxo considerável de colonos, possuíam, em 1940, 183.076 animais, decaindo para 161.138, em 1950 (IBGE, 1956). Embora o número de animais na região pudesse ser maior, pois, por serem criados à solta, seria possível a existência de animais que se reproduziam livremente, essa queda poderia também indicar uma redução nos espaços usufruídos pela população para a criação a partir da atuação das indústrias madeireiras (Brandt, 2012). E na região de Fraiburgo, o início do “afastamento” dessas atividades em virtude da colonização e, mais tarde, da exploração madeireira, tem como um dos principais marcos a instalação da colônia Marechal Hindemburgo, no ano de 1931.

3.2 A Colônia Marechal Hindemburgo

Pouco tempo depois da concessão pelo governo estadual, Demóstenes Bornhausen passou a colonizar as terras. Tendo como agente Arthur Formighieri, Bornhausen começou a vender seus lotes coloniais a alemães e colonos teuto-brasileiros provenientes do Rio Grande do Sul, atraídos pela possibilidade de adquirir terras mais baratas e em maiores quantidades, motivo também relatado por muitos dos alemães que vieram à colônia. Inicialmente denominada

²⁸ Em 1943, foi criado o município de Videira, desmembrado de Caçador, e, em 1948, emanciparam-se Capinzal, desmembrado de Campos Novos, e Joaçaba, Piratuba, desmembrado de Campos Novos, e Concórdia e Tangará, desmembrado de Videira (Ferreira, 1959, p. 399).

Marechal Hindemburgo, a colônia passou, em virtude do processo de nacionalização imposto durante a ditadura varguista, a se chamar Dez de Novembro, em 1941, nome pelo qual é conhecida até os dias de hoje (Brandt, 2005).

Em relação aos imigrantes alemães, Lopes (1989) afirma que muitos destes possuíam diploma de curso superior em áreas como engenharia química, arquitetura e agronomia, além de profissionais especializados, que antes atuavam como açougueiros, padeiros, mecânicos, etc., embora, como aponta a autora, para assumirem a posse das terras tiveram que assinar um compromisso de dedicação à agricultura.

Segundo Burke (1994), parte daquelas terras passou a abrigar, em 1933, em uma área de 704.500 m², atravessando o antigo caminho entre Perdizes e Curitiba, a Colonização José Petry, dividida em 116 lotes e 24 chácaras, originando o núcleo da localidade. O crescimento da colônia Marechal Hindemburgo é mencionado pelo Relatório da Diretoria de Terras e Colonização, referente ao ano de 1935, exposto a seguir:

Colônia Marechal Hindenburg.
Município – Curitiba.

A colônia está situada entre 15 e 60 km. da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, entre as Estações de Perdizes e Rio das Antas. São Paulo é o maior consumidor de seus produtos, para onde são transportados pela ferrovia mencionada.

O porto mais próximo é o de São Francisco ligado por estrada de Ferro, distando cerca de 450 km. O transporte é relativamente fácil dada a boa condição da estrada.

Área: 27.830.3520 hectares [sic]

A altitude da colônia varia entre 650 e 750 metros sobre o nível do mar. Sua sede Marechal Hindenburg se acha a 699 metros.

A colônia está dividida em lotes de 10, 30 e 50 alqueires, havendo 250 lotes de 10 alqueires.

Foram localizadas na colonia até 31-12-1933 cerca de 50 familias de origem alemãs e teuto-brasileiras. Os primeiros imigrantes chegaram a colonia em junho de 1932.

As principais culturas são: milho, feijão, batatas, cebolas, trigo, vinha, alfafa, amendoim e cevada.

É esta uma colonia nova que se encontra em franco desenvolvimento. Nela existem duas fabricas de produtos suínos com capacidade para matança para mais de 100 porcos por dia; uma fabrica de banha, 2 moinhos, varias serrarias, uma pequena fabrica de cerveja e outras também pequenas, para distilação de oleos, de linho e amendoim e alcool.

Endereço: Arthur Formighieri – Administrador da Colonia Marechal Hindenburg – Perdizes – E.F.S.P.R.G – Santa Catarina.

Existiam na colonia, em 31-12-1933, 2 escolas com 65 alunos matriculados.

Um lote de 10 alqueires é vendido por 2:000\$ a 3:000\$000, segundo a situação.

É proprietário da colonia marechal Hindenburg o Sr. Demosthenes Bornhausen, a quem o Estado concedeu terras para fins de colonisação (Santa Catarina, 1935, p. 122).

Como foi visto, parte das terras que compunham a concessão era ocupada por diversas famílias posseiras, que seriam, na visão dos colonizadores, um entrave à venda das terras, como salienta Renk (1997, p. 105):

A eventual entrada de pessoas ou grupos considerados indesejáveis poderia trazer obstáculos à colonização. De outro lado, encontrar a terra ocupada, mercadoria a ser vendida, com moradores estabelecidos no regime de posse, poderia igualmente comprometer o empreendimento.

A relação entre a população posseira e os colonizadores sempre foi complicada, como ressalta Poli (1995, p. 100), “principalmente quando envolvia a necessidade de desocupar a posse para dar lugar ao proprietário”. “Desocupação” que nem sempre era pacífica, existindo situações de tensão e até conflitos

pela posse da terra. Para que a empresa colonizadora pudesse pôr à venda seus lotes, era realizada uma espécie de “limpeza da área”, em que, conforme Renk (1997), o direito de propriedade prevaleceu sobre o direito de posse. Posses que, em geral, foram ignoradas, vistas unicamente como infração ou intrusamento. Também preocupavam-se os colonizadores com o que consideravam a invasão de áreas consideradas desocupadas, à espera da venda. Atitude que também se verificava nas terras que passaram a compor a colônia de Marechal Hindemburgo.

Inclusive, a área onde se instalou o núcleo urbano da colônia era ocupada por posseiros. Burke (1994, p. 8) comenta que os primeiros habitantes que viviam onde futuramente se instalaria a sede da colônia de Marechal Hindemburgo eram as famílias Linfôncio e Tomás, quando a localidade era conhecida como “Barbudos”. De acordo com Miguel Lara Sobrinho (2005), que também inclui a família Mello Cezar como moradora dos “Barbudos”, aquela área recebeu esse nome porque “diziam que era a campina dos barbudo, por causa dos cabritos”.

Muitos dos colonos que se instalaram em Marechal Hindemburgo depararam-se com posseiros, como era o caso da família Hepp. Carlos Hepp (2005), que possuía seis meses de idade quando seus pais chegaram a Marechal Hindemburgo no ano de 1933, fugindo do regime nazista em plena ascensão na Alemanha, fornece algumas informações sobre posseiros que viviam nas terras que compunham a colônia:

Aqui o terreno era tudo posse. Tinha brasileiro morando em cima [...]. Até aqui eram dono do terreno, mas tudo posse também. Eles se colocaram, mas não tinham documento nenhum. Era o tempo em que eles vinham aqui e mandavam o pai embora por que aqui era deles.

Perguntado sobre a existência de outras famílias próximas ao lote colonial de sua família, Carlos Hepp (2005) respondeu que “não existia quase ninguém, [...] Era pouca gente, mas tinham quantidade. Se fosse deles, eles estavam ricos. E agora, estes que

estavam ali, eles não ganharam nada. Essa companhia, Petry, eles não deram nada. Foram obrigados a irem embora”.

No ano de 1939, uma parte das terras de Demóstenes Bornhausen que ainda não havia sido colonizada, compreendendo 184.920.506 m², foi vendida a Wenceslau Breves, mais tarde tendo como sócio na colonização Gasparino Zorzi, na época intendente do município de Campos Novos. Venda que, no entanto, não interrompeu a continuação do processo de expropriação da população posseira. Miguel Lara Sobrinho (2005) comenta a esse respeito ao tratar as terras da sua família, na localidade da Baía, na década de 1940:

[...] era direito de posse [...] nossos terrenos, do pai eram direito de posse [...]. Meu pai, meus tios legalizaram tudo na época do Formighieri. Quem assinava estas escrituras era o Gasparino Zorzi, cunhado dos Formighieri. [...] Daí de uma altura pra lá do Papuã era direito da estrada de ferro, do governo, até Videira. Para lá era posse tudo dos Formighieri e dos Burger. Aqui era Ramos [Fazenda Bom Futuro, atual bairro Bela Vista, área urbana de Fraiburgo, onde residia o depoente], os Burger ficavam mais pra lá, onde estão os Rocha. E pra lá era a Liberata [...]. O Bugio era dos Formighieri também. Com o tempo eles foram legalizando, vendendo uma parte para os alemães, os Pinz, os Gerlach. É daí que o pessoal começou a se legalizar, a trabalhar para viver a vida. [...] Que nem nós ganhamos vinte oito alqueires de terra, era um direito de posse.

Perguntado em outra oportunidade sobre como ocorreu a legalização das posses, ficando cada família com um tanto de terras, uns a mais, outros a menos, Miguel Lara Sobrinho (2006) respondeu o seguinte:

Eu sei que dos terrenos nossos, do pai, dos tios, tudo foi repartido. Daí entrou um filho dos Formighieri, o filho do Raimundo, agora já morreu, eu não lembro o nome. Ele media o perímetro, eram em cinco irmão, deu cento e oitenta alqueires no total, aí daqueles cento e oitenta alqueires foram se dividindo, ficou com duas colônias e pouco para um duas colônias para outro [...] escrituradas [...]. Nessa

parte dos meus parentes, o que tinha mais um pouco de dinheiro, ganhou mais um pouco de terreno, os que tinha menos, não tinha condição, os outros ajudavam, e daí ficava com menos e se ajudavam depois (Lara Sobrinho, 2006).

Arthur Formighieri e seus irmãos também atuavam como representantes de Demóstenes Bornhausen e, mais tarde, de Wenceslau Breves e Gasparino Zorzi na venda de lotes na colônia de Marechal Hindemburgo, além da já mencionada legalização de posses. A atuação de Arthur Formighieri na regularização de áreas ocupadas por posses é relatada por outros moradores da região, como Afonso Ribeiro (1973), que demonstra a situação de perda de terras para a legalização da posse:

O avô e o pai eram fazendeiros. Toda a Liberata era do meu avô, era um terreno, que era posse. Depois o pai e o genro compraram o terreno e deram para Artur Formigueiro [Formighieri] tirar o título, saiu pela metade, tiraram o título pela metade da Liberata. Até Dez de Novembro.

De acordo com Sebastião Andrade dos Santos (2006), parte das terras da Fazenda Liberata foi legalizada através da atuação dos Formighieri. Possivelmente, dessa legalização, movida pelos herdeiros de Generoso Ribeiro de Andrade, tenha resultado a concessão das terras pelo Estado no ano de 1926:

De 4.800 alqueires eles andaram legalizando não sei de 1.600 ou 1.800 e o resto foi dado para família Formighieri como pagamento em troca da escritura. Porque minha família não sabia descer para Florianópolis, não tinham condições, eram analfabetos e não tinham dinheiro [...]. Os Formighieri além de serem donos de cartório tinham condições de legalizar a área [...] trocando parte de escrituras por parte de terras.

Por atuar como representante legal durante a colonização das terras, muitos moradores desconheciam o proprietário,

considerando aquelas terras pertencentes a Arthur Formighieri, como relata Miguel Lara Sobrinho (2004): “Os terrenos eram comprados do Formighieri naquela época, [...] esse terreno era grande, fazia divisa, ia até o Papuã, na divisa com a estrada de ferro”.

Nem todos os posseiros que viviam em Marechal Hindemburgo conseguiram legalizar suas terras. A expropriação da população posseira, que persistia em toda a região, ocorria de forma semelhante ao final do século XIX, início do XX, como comenta Machado (2004, p. 77), “à revelia da Justiça e dos órgãos oficiais do Estado. Eram disputas que se resolviam no âmbito privado”, no qual se poderia recorrer à força, embora, ao que tudo indique, o uso da violência não tenha sido uma prática comum na expulsão de posseiros, ao menos nos primeiros anos de colonização. Quase sempre as informações a respeito da expropriação de posseiros são fornecidas por depoimentos de antigos moradores, raramente se encontrando algum documento legal sobre a questão na região.

No entanto, foi possível encontrar nos arquivos do Fórum Judicial do Município de Curitiba uma ação contra dois posseiros que se instalaram nas terras da Fazenda Butiá Verde no ano de 1939, movida pelos novos proprietários, Wenceslau Breves e Gasparino Zorzi, contra Francisco Thomás e Sepriano de Mello Cezar, pelo fato destes se instalarem como posseiros em terras de sua propriedade. De acordo com os autos do processo, os réus,

com dólo, malícia e surpresa, a menos de ano e dia, esbulharam os Autores de sua posse, entrando em dito terreno, entre o travessão da Est. de Ferro S.P. – R.G., no lugar denominado Bahia á margem direita do arroio conhecido por “do meio”, sendo que, Francisco Thomás entrou no dito terreno a pouco mais de seis mezes e Sepriano de Mello Cezar a mais ou menos três meses, ali fazendo ranchos e derrubadas para construção de cercados²⁹.

²⁹ Ação de Força Nova movida por Wenceslau de Souza Breves, Gasparino Zorzi e suas respectivas esposas contra Francisco Tomás e Sepriano de Mello Cezar e suas esposas, em 1º de agosto de 1939. Comarca de Curitiba, Caixa número 23. Arquivo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, p. 3.

O processo, que se moveu ao longo de três anos, teve por fim a desistência dos autores, Wenceslau Breves e Gasparino Zorzi, pelo fato de

[...] que se acha de há muito parada neste Juízo; o faz porque os réos desistiram da turbação que motivou aquele procedimento judicial. A ação não foi contestada, e os réos, por isto mesmo e porque não se apresentaram para acompanhar em qualquer dos seus termos a ação até o presente, são reveis (art. 34 do Cód. De Processo Civil)³⁰.

No mesmo processo, encontra-se também referência a outra ação de reintegração de posse, movida por Demóstenes Bornhausen e Gasparino Zorzi contra Virgílio de Almeida Melo e outros, igualmente nas terras da fazenda Butiá Verde³¹.

A instalação de posseiros, posteriormente sofrendo ação judicial de despejo, partindo então para outras áreas, é também registrada no relatório do 6º Distrito da Diretoria de Terras e Colonização referente ao ano de 1936, no qual se comenta que

o colono nacional quasi sempre prefere invadir essas areas para amanhã sofrer o respectivo despejo judicial, e após este localizar-se em outras terras, aos adiante, levando portanto, vida nômade, do que adquirir ao Estado por compra, uma ou mais colonia, com todas vantagens que este lhes oferece (Santa Catarina, 1936, s.p.).

Em muitos casos, a falta de posse oficial ocorria, de acordo com Machado (2004, p. 140), por diversos fatores que não eram somente a distância dos dispositivos para a regularização das terras pelo Estado na região. A seu ver, esses habitantes “na maior parte das vezes nem sentiam a necessidade de assim proceder”, pois viviam em suas terras de maneira semelhante a que viviam seus pais e avós, em que a posse seria garantida por um direito costumeiro, onde aquelas eram as terras de “tal família, ou de tal sujeito”. De modo

³⁰ *Ibidem*, p. 48.

³¹ *Ibidem*, p. 3, 51,54.

semelhante à população litorânea descrita por Campos (2002, p. 129), esses moradores possuíam a “certeza que aquelas terras lhes pertencem, não como uma propriedade privada nos moldes como é concebida modernamente, mas como um direito de usufruto que o tempo e a tradição lhes proporcionou, constantemente resistindo quando sentem-se ameaçadas”.

Caso aparecesse algum usurpador reivindicando tal terra, ela seria defendida, na maioria das vezes, “à bala, pouco adiantando terem ou não um documento regularizado em cartório” (Machado, 2004, p. 140). Atitude relatada ainda em 1922 pelo Agente Julio Boppré, do 4º Districto do Commissariado Geral do Estado a respeito da atitude dos posseiros:

Julgam que lhes assiste pleno direito de ocupar as terras do Estado sem mais nem menos e não há meio de convencer-os do seu procedimento irregular e criminoso. A resposta d’elles aquem os procura induzir de requerer as terras occupadas ao Governo e pagalos – embora em prestações — é — permitta-mea expressão — bala; e realmente, é mais facil encontrar aquella gente sem feijão para comer do que sem a Winchester, companhia inseparavel e infalível (Santa Catarina, 1922, s.p.).

Se muitos posseiros permaneciam nas suas terras pelo regime de posse, defendendo-as das apropriações de empresas colonizadoras, serrarias, grileiros, etc., outros possuíam uma relação diferente, adotando um caráter nômade, deslocando-se à medida que aquelas terras eram apropriadas ou pela oportunidade de vender as benfeitorias feitas em suas posses, ou seja, a terra já “limpa”, pronta para o cultivo a colonos.

Como foi mencionado anteriormente, as famílias Tomás e Mello Cezar residiam na região já há algum tempo, e é possível que tenham vendido suas posses a colonos recém-instalados, partindo então a áreas mais distantes do núcleo da colônia, como na localidade da Baía, conforme indica o relato de Miguel Lara Sobrinho (2005) a respeito dos posseiros da localidade: “Eles moravam ali, daí eles quiseram vender, alemão chegava e fazia a

proposta de compra, mas era bem baratinho, então eles vendiam e iam para outro lugar“. Sepriano Mello Cezar havia inclusive sido mencionado no acordo para a legalização das posses da Baía, Papuã e Butiá Verde no ano de 1926³². O fato de posseiros venderem as posses com suas benfeitorias a colonos, que teriam também que pagar mais tarde as terras para a colonizadora, proprietária oficial, também é relatado em outras áreas no mesmo período, como na região do Rio Itajaí do Oeste, estudado por Peluso Júnior (1991, p. 168) no ano de 1944, em que comenta que os caboclos que lá viviam

constituíam “posses”, que pretendiam ter o mesmo valor que as propriedades legais [...]. O crescimento da colônia fez os colonos cobiçarem as terras dos sertanejos “posseiros”, como eles mesmos se denominavam. Estes, recebendo pequena indenização pela morada e “benfeitorias” (por essa palavra designavam as derrubadas desorientadas, cercas, etc.), mudavam-se para uns quilômetros acima. Empurrados pelos colonos, os sertanejos foram subindo o Rio Itajaí [...].

Werlang (2002, p. 63), em seu estudo sobre a atuação da colonizadora Sul Brasil, aponta também outras razões pelas quais muitos dos posseiros eram expropriados sem resistência ou facilmente se desfaziam das suas terras:

O pleno conhecimento de que sem a escritura a posse da terra era instável e insegura; a lembrança do ocorrido no Contestado, quando os posseiros foram expulsos pela polícia particular da *Brazil Railway*; a impossibilidade de convivência do sistema de criação de porcos soltos [...] com o tipo de agricultura [...] e a opção de seguir mato adentro onde podiam fazer suas costumeiras derrubadas, facilitava a expropriação. Mesmo assim, havia muita resistência (Werlang, 2002, p. 63).

³² Escritura Pública de Contrato entre Artur Formighieri, Albano Burger e outros, com moradores da Baía, Papuã e Butiá Verde, no dia 23 de fevereiro de 1926, fl. 9.

Restava ao posseiro, caso não legalizasse suas terras e permanecesse na região, a adaptação à nova lógica econômica, compondo a mão de obra de muitas das serrarias que passaram a se instalar na região a partir da década de 1930, ou em alguma fazenda da região, conforme relatou Miguel Lara Sobrinho (2004): “Uma parte ficou por aqui mesmo, outros saíram. [...] Uma parte daí ficou nas lavouras, trabalhavam pra fazer alguma coisinha por aí [...]”.

3.3 Conflitos entre criadores e colonos

Os colonos, conforme Brandt e Nodari (2011, p. 86), “tanto teutos quanto ítalos, formavam grupos bastante fechados dentro da sua identidade étnica, com suas retóricas, símbolos e rituais, através dos quais defendiam a manutenção e, se necessário, a renegociação das suas práticas socioculturais”. Assim, “a utilização do espaço até então habitado principalmente por caboclos sofreria modificações e remodelações com a chegada desses novos moradores, no decorrer dos anos” (Nodari, 2009, p. 57).

O costume da população cabocla de se criar à solta fez com que surgissem os primeiros atritos entre colonizadores e moradores locais, de modo semelhante ao que aponta Renk (1997, p. 107-108) em relação à colonização do oeste catarinense:

Os conflitos se originariam por duas razões. A primeira, pela desvalorização, no mercado imobiliário, das terras próximas às dos intrusos, com a criação sem cerca [...]. Interessava à companhia o fim desta prática. A segunda razão, em nível de atitudes, seria a utilização das terras, isto é, com a agricultura rotativa. Uma utilização mais “racional” permitiria que diversas famílias, em exploração familiar, se valessem da área com resultados que, do ponto de vista do colonizador, seriam, seguramente, melhores. Além disso, o argumento étnico, de origem, embasou-se no desperdício de terras, e no não saber aproveitá-las corretamente.

Para autores como Little (1994, p. 13), a migração colonizadora é também uma construção ideológica, “onde as virtudes pioneiras

e as práticas agrárias são exaltadas, às custas das memórias espaciais dos habitantes originários da região”. Assim, os caboclos e as suas práticas espaciais foram alvo de desqualificação pelo colonizador e pelo poder público. A “roça cabocla” e sobretudo as práticas de criação em comum dos animais eram alvo constante de crítica, sempre as qualificando como atrasadas e antieconômicas (Silva; Brandt; Moretto, 2017). A relação do ponto de vista do colonizador, tanto em relação ao uso da terra pela população que antecedia à colonização, quanto pela existência de posseiros, pode ser observada na atuação de Wenceslau de Souza Breves. Antes de adquirir as terras de Demóstenes Bornhausen, Breves atuou durante a década de 1920 como auxiliar da Comissão Técnica Discriminadora de Terras, demarcando as terras concedidas à Empresa Colonizadora Bertaso, Maia & Cia, e mais tarde como Agente de Terras do 8º Distrito, que abrangia os municípios de Cruzeiro e Chapecó, os quais compreendiam, na época, praticamente todo o oeste catarinense. Da experiência dessa atuação entre 1920 e 1924 registrou em um pequeno artigo, intitulado *O Chapecó que eu conheci* (Breves, 1985), “alguns dados para julgar os elementos que o povoavam, sua mentalidade, seus hábitos e costumes, certos tipos que ali floresceram, sua primeira resistência à colonização, os defeitos e qualidades da primitiva e brava gente de Chapecó”.

No artigo, é possível encontrar a sua visão em relação à população posseira, dentro daquilo que Renk (1997, p. 102) menciona como sendo o “olhar etnocêntrico do colonizador”, que “centrou-se na crítica aos ritmos temporais da população local, ao sistema brasileiro”. Segundo a autora, “o ritmo temporal [incluindo a espacialidade dessa população] foi visto como um dos grandes entraves à colonização”. Existia por parte do colonizador a visão de que essa população era fatalista, preguiçosa, pobre e resignada à pobreza, cuja relação com a terra, na sua “roça cabocla”, era irracional, antieconômica e atrasada. Para desqualificar o uso de terra pela população que antecedia à colonização, Breves (1985)

assim se referia ao costumeiro sistema de divisão de terras em terras de plantar e terras de criar:

A maior parte destes caboclos tinham seus ranchos em lugares já devastados, transformados em campinas. Mas iam fazer suas roças à beira de uma sanga ou rio à léguas de distância. Isto para não serem obrigados a fazer cercas e poderem ter seu cavalo e vaca (quando a tinham) perto de casa.

Isto fazia com que a moradia do caboclo fosse uma desolação: nem um pé de milho em torno, nem uma árvore frutífera, nem um pé de couve. Às vezes algumas galinhas e alguns porcos soltos, nada mais (Breves, 1985, p. 22).

A crítica não se resumia ao costumeiro uso da terra, mas também a “uma falsa concepção do que era posse: eles confundiam intrusamento com posse. Para eles, o fato de se estabelecerem com um pobre rancho e uma pequena roça em terras do Estado ou particulares lhes dava o direito de propriedade” (Breves, 1985, p. 25). Para o autor, aquela população esperava a doação da área, o que o Estado não poderia fazer, sendo permitida apenas a venda, dando a ideia, como afirma Renk (1997, p. 115), de uma posição “neutra” do Estado, “pairando acima de todos”, assegurando a “‘igualdade’ de possibilidade de compra”. Outra razão argumentada por Breves (1985, p. 32) era a que não pensavam em se tornar proprietários, preferindo o intrusamento por lhes trazerem várias vantagens: “não pagariam impostos, não se sentiriam na obrigação de fazer uma boa casa ou uma boa roça, visto ali estarem provisoriamente, e terem a facilidade de se mudar quando quizessem, coisa muito do gosto de muitos deles”. Para Breves, denominado Arlene Renk (1997, p. 103-104) como um porta-voz da colonização

estes posseiros se incompatibilizariam com o projeto colonizador pela mentalidade diferente da do colono [...]. Haveria, também, incompatibilidade pela criação do gado solto. A imposição da lei de

criar preso, para viabilizar o projeto colonizador, era mal recebida. Diante disso, o caboclo falava em ir adiante.

Acrescenta-se a esse discurso de desqualificação do “sistema brasileiro” por Breves (1985) a existência de negócios envolvendo a colonização por sua parte, cuja existência de posseiros em suas terras causaria entraves à venda das terras. A própria forma de uso da terra, com suas capoeiras e a criação de animais soltos, era incompatível com a agricultura praticada pelos colonos, uma vez que eventuais incursões desses animais nas lavouras causavam danos à lavoura, gerando, dessa forma, mais tensões entre as populações.

Para a população que antecedia à colonização, o espaço sempre foi amplo, abundante, com a possibilidade de cada pessoa poder estabelecer sua roça, seja como posseira ou como agregada, período este visto, como ressalta Renk (1997, p. 112), como tempo de “fartura”, “folga”, “largueza”. O processo de colonização atuou como divisor de “um tempo que não volta mais”, que expressou não apenas a perda da terra pela população posseira, mas a desagregação dos espaços costumeiramente usufruídos em comum.

Cronologicamente, a instalação da colonização das terras em Marechal Hindemburgo não ocorreu de uma vez só em toda a sua área, haja vista que a empresa vendia, em primeiro lugar, as melhores terras, mais próximas a Perdizes e à ferrovia, no caminho que a ligava por Curitiba, onde também fora implementado o núcleo urbano, o que influenciava igualmente na questão da redução dos espaços de usufruto comum.

Os colonos de Marechal Hindemburgo, diferente dos antigos moradores, possuíam na agricultura comercial a base do seu sustento. Ao se instalarem nos lotes, tratavam de abrir uma área para o plantio, especialmente de trigo e milho. As terras, que iam sendo ocupadas e devastadas para dar espaço às lavouras, reduziam cada vez mais o espaço onde era possível a criação à solta dos animais. Antes, existia mais espaço, pois as posses constituídas até então possuíam uma grande extensão se comparada aos lotes

coloniais, que possuíam em média dez alqueires, ou 24,2 hectares, o que possibilitava à adoção, por estes, de uma certa mobilidade, ao menos na feitura das roças, dispondo também de amplos espaços de florestas, faxinais e manchas de campos nos quais se alimentavam os animais.

O crescimento das atividades agrícolas, pouco mais de dez anos após o início da colonização, pode ser constatado, por exemplo, no *Indicador agro-pecuário, industrial, comercial, bancário e postal-telegráfico* (Santa Catarina, 1941, p. 12-14). Na publicação, constam como principais produtores de batata, feijão, milho e trigo no ano de 1940 Guilherme Pinz, Henrique Fischer, Ernesto Scholl, Alfredo Zanotto, José Creme (sic), Francisco Metz e João Maria Ricardo, todos moradores da Colônia Dez de Novembro, distrito da Liberata. Eram produções modestas, em torno de 3.000 quilogramas a 6.000 quilogramas de milho e trigo, se comparadas a outros produtores das áreas de colonização de Cruzeiro e Campos Novos, cuja produção superava os 30.000 quilogramas anuais. No entanto, pelas condições do município, formado por Campos e áreas de florestas que na época foram recentemente convertidas a lavouras, sobretudo na colonização, fazia com que estes despontassem na produção agrícola de Curitibaanos.

A colonização, carregando consigo essa nova lógica de uso do espaço, baseada na propriedade privada da terra, paulatinamente ia alijando essa população cabocla, de maneira semelhante ao que apontam Correa e Bublitz (2006, p. 36) a respeito da colonização no Rio Grande do Sul, “dos recursos naturais indispensáveis à sua sobrevivência e que se escasseavam com os golpes de machado e com as queimadas”. A partir de então, cada vez mais lhes era imposta uma imobilidade, uma espécie de confinamento. Possivelmente, muitos dos posseiros que conseguiram legalizar, ao menos uma parte de suas posses, ficaram isolados em áreas menos valorizadas, de reduzida dimensão se comparadas à antiga “largueza”, tendo como confrontantes os colonos, que não possuíam a experiência da criação à solta e cujo uso da terra era incompatível com o antigo sistema.

Caso fossem criados soltos, os animais poderiam invadir a plantação dos colonos que não possuíam o costume de cercá-las. Sem as cercas, eram comuns as invasões dos animais soltos, principalmente porcos, nas roças dos colonos, como relembra Sebastião Pires (2005a): “era só o tempo de colocar a semente na terra e os porcos [...] iam lá, fuçavam e tiravam a sementeira”. Ocorriam reclamações nessas invasões: “É... teu porco tá na minha roça, arrancou toda a sementeira, então quer dizer que o dono do porco tinha que ir lá e dar a sementeira novamente”.

“Quando os colonos entraram, queriam produzir, entrou nova lei, que cada proprietário que queria ter sua criação tinha que ter fechada”. O cercamento gradual das terras, como relata Sebastião Pires (2005a), foi desagregando os espaços de criação, dificultando cada vez mais o acesso dos animais às florestas onde o pinhão era abundante no inverno.

O Código Civil de 1916 adotava medidas para a obrigação de cercar as propriedades, como consta no Artigo 588, § 3º, expedido através do Decreto Legislativo n.º 3.725, de 15 de janeiro de 1919, determinando “a obrigação de cercar as propriedades para deter nos seus limites aves domésticas e animais, tais como cabritos, porcos e carneiros, que exigem tapumes especiais, cabe exclusivamente aos proprietários e detentores” (Brasil, 1916, s.p.). Embora previsto por lei há mais de duas décadas, o cercamento ia contra os antigos costumes da população local, sendo este um dos principais motivos de discórdia com os colonos.

O fechamento das criações para a formação de lavouras abertas já despertava o interesse das autoridades da região na primeira década do século XX. Jornais como o *Vanguarda* (1908a, p. 3) veiculavam reportagens sobre o cercamento das propriedades, “que é de summa importância para as propriedades ruraes, e acaba de vez com as dificuldades de fecho das divisas da propriedade”. Em seguida, o jornal transcreve o Decreto Federal n.º 1.787, de 28 de novembro de 1907, que regula a divisão entre as propriedades.

Em relação a não aceitação da criação de animais à solta, da mesma forma que outros costumes ditos atrasados da população

local, Breves (1985, p. 41-42) recorre à criação de um personagem fictício, chamado José Marcelino, ao qual o autor julga concentrar “os tipos, o modo de pensar e as opiniões de vários caboclos que comigo viajaram”. Uma passagem dessa história é emblemática das diferentes visões de mundo que possuíam esses dois grupos, abrangendo também as diferentes formas de uso da terra. Ao tratar mal a família de um italiano, que lhe prometera uma quantia de capim e não cumprira, Breves adverte o caboclo:

— Mas, Marcelino, você não deveria ter dito aquelas palavras perto da mulher e das crianças.

— Quem manda elas tárem fazendo serviço di homi? Serviço di muié é em casa, cuidando da cozinha e das rôpa da famía. Si quizé fazê serviço di homi, então qui escute language di homi. Isso é gente atôa qui num vale nada. O Governo é qui véve passando a mão no lombo deles. Vancê veja, lá no Chapecó, já estão falando em uma lei que vai obrigá a gente a ter as criação presa prá que esses gringo possam plantá perto di casa sem fazê cerca. Essa história de criá preso e plantá sorto num é cumigo. Eu vou-me embora pra Pato Branco.

— Mas, Marcelino, isto está certo. O errado é como vocês fazem. Para ter um cavalo e uma vaca soltos, vocês vão plantar a duas léguas de distância. Perdem um tempo enorme para ir até a roça trazer dois balaios de milho ou feijão.

— Mas, que importa seu Dotô. A gente num comi tudo num dia só. Eu, por mim, si essa lei saí, renego a minha pátria, vou-me embora pro Paranan!

— Mas, Marcelino, acha você que isso adianta? Você tem no Carneiro o seu terreno, sua casa, e se mudar por causa da colonização, amanhã ela chegará lá, e você vira judeu errante. Já que está ali, fique onde está, procure adaptar-se aos processos deles que, parece, são bons. Você não vê como eles progridem e enriquecem?

— Qual nada! O que eles têm é a proteção do Governo e muita sorte! E cada um com seu sistema. Tamos habituado com largueza (Breves, 1985, p. 41-42).

Na região de Fraiburgo, a colonização avançava para áreas mais distantes da agora colônia Dez de Novembro, atingindo

outras localidades, dentro da imensa concessão de 1929, principalmente a partir da década de 1940, como era o caso de Taquaruçu. Segundo Felisbino e Felisbino (2002), as primeiras famílias de colonos, na maioria ítalo-brasileiros, começaram a se instalar a partir dos anos de 1940. A legalização das posses, que inicialmente foi tentada por meio de um acordo em 1926, teria ocorrido na década de 1940. De acordo com Pedro Felisbino (2006), muitos que não concordaram com o acordo, permanecendo sob a posse, perderam suas terras, com a criação, mais tarde, do Núcleo Tritícola, localizado atualmente em Frei Rogério.

Acrescenta-se à colonização a atuação de várias serrarias que passaram a adquirir araucárias e a se instalar nessas terras, colaborando também para a gradual desagregação dos espaços até então usufruídos em comum.

4. Exploração madeireira

Depois de passar a eleição, eles passavam no Governo do Estado e diziam: quero um terreno em tal lugar. Legalizavam toda aquela região. E esse povo mais rico queria campo para criar boi. E o caboclo ia para o mato. O caboclo era posse, ficava por lá. [...] Só que daí depois veio o valor do pinheiro, aí complicou.

Essa frase, proferida por Valdomiro Monteiro (2005), antigo morador de Curitiba, ilustra bem o processo de valorização que a madeira passou a sofrer em relação ao Campo, despertando o interesse de muitos grupos políticos e econômicos durante o período que é comumente chamado na região de “ciclo da madeira”, o qual se estende, no bojo da expansão colonizadora, com variações no espaço, entre as décadas de 1920 e 1970. Até então, a floresta era vista como um empecilho e não como fonte de riqueza, pois delimitava as áreas de pastagem. A utilização da madeira era restrita à fabricação de cercas, tábuas lascadas para a construção de casas, confecção de telhados e mesmo cercamento das roças, isso quando não era a própria árvore que servia como cerca para evitar a invasão de animais, como rememora Sebastião Andrade dos Santos (2006):

A minha família, vi eles derrubando pinheiro, mas pinheiro de um metro, um metro e meio de diâmetro, derrubavam um pinheiro com a copa de um no toco do outro, fechavam uma área e faziam roça, roça de milho, de feijão e plantavam também abóbora, aipim, essas coisas. Mas no sistema indígena mesmo, roça de queimada. Para cercar o próprio boi, o próprio porco era feita essa cerca para os animais não entrarem.

Se já existiam pequenos “engenhos de serrar”, que se constituíam, na quase maioria, de pequenos galpões, com serras

movidas à roda d'água ou com toras serradas manualmente, cuja produção visava o abastecimento local, foi a partir da segunda década do século XX que a exploração madeireira adquiriu maior vulto. Seu crescimento foi possibilitado a partir da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (Carvalho, 2006). É a partir dela, como afirma Cesco (2004), que a devastação do vale do Rio do Peixe passa a se fazer mais intensa em virtude da facilidade de escoamento junto à introdução de novas máquinas, caminhões, abertura e melhoria de estradas. A esse crescimento é atribuído tanto o crescimento do mercado interno, motivado pela urbanização dos grandes centros urbanos, o que, como foi visto, também impeliu a criação de porcos no Vale do Rio do Peixe, quanto à situação econômica externa do pós-Primeira Guerra Mundial. O conflito marcou a substituição das importações de alguns produtos, como a madeira, até então produto importado pelo país. O crescimento econômico da Argentina, também influenciado pelo conflito, deve ser considerado nesse contexto da expansão da atividade madeireira no Estado (Bossle, 1988; Lago, 1988).

Tal aumento na produção madeireira significava também o avanço sobre áreas cada vez mais remotas da floresta. E no Vale do Rio do Peixe, junto com a devastação efetuada pelas atividades madeireiras, tem-se o desmatamento realizado pelos colonos na abertura das suas roças. Embora a produção madeireira crescesse na região como um todo, muitas das áreas de colonização, em direção ao interior, ao menos em seu início, não possuíam estradas em boas condições para o transporte de madeira, fazendo com que imensas araucárias viessem ao chão pelo fogo. É o que relata, por exemplo, Carlos Hepp (2005), a respeito da abertura de roça nas terras de sua família em Marechal Hindemburgo:

O pai estragou muito pinheiro. Ele quando começava a plantar milho e caía grimpa. Daí ele juntava nó-de-pinho o dia todo com a mãe e rodeava o pinheiro. Daí colocava fogo e aqueles nós queimavam metade do pinheiro com o calor, ia queimando. Daí eles pegavam aquelas serra de dente e serravam. Ali, subindo o morro, tinha um

pinhal [...] daí tacou fogo nos pinheiros. Naquele tempo, não tinha estrada para tirar os pinheiros [...].

Na região de Fraiburgo, tem-se, junto com a devastação para a abertura de roças pelos colonos, a atuação de várias serrarias que iriam reduzir, pelo desmatamento, as áreas antes usufruídas em comum pela população local na criação de animais. Dentre as serrarias que atuaram na região, é possível destacar a Serraria René Frey & Irmão como uma das principais protagonistas desse processo, não apenas pela área de devastação, mas pelo cercamento e introdução de novos empreendimentos econômicos nas suas terras.

4.1 A Serraria René Frey & Irmão

A atuação dos irmãos René e Arnaldo Frey no setor madeireiro iniciou-se na década de 1930, como um desdobramento das suas atividades econômicas, até então centradas na produção de carnes e derivados, formado com capitais localmente acumulados, o que era a origem de muitos dos estabelecimentos que atuaram na região. Os motivos que levaram os irmãos Frey a investir no setor madeireiro podem, de certa maneira, ser resumidos nesta frase de Lopes (1989, p. 39-40): “Nada mais oportuno. Pela riqueza e variedade das árvores — pinho, imbuia, cedro, canela, etc. — excelente e farta matéria-prima, para ser aproveitada convenientemente. Especialmente o pinho”. Como os irmãos Frey não possuíam terras, eles buscaram no início realizar um acordo muito comum à época, o de “serrar às meias”. Nesse tipo de acordo, o proprietário dos pinheirais e o da serraria ficavam cada um com metade do valor da madeira. A primeira serraria dos irmãos Frey localizava-se em Anta Gorda, localidade próxima a Perdizes. Escasseando as araucárias naquelas terras, os irmãos Frey procuraram outra floresta, dessa vez no Rio das Pedras, atual distrito industrial de Videira, construindo então outra serraria (Burke, 1994). Com a serraria, que “teve um desenvolvimento paralelo ou até maior” (Lopes, 1989, p. 41-42), que a pequena

empresa frigorífica, os irmãos Frey adquiriram uma velha cantina desativada para a produção de caixas. Essas caixas se destinavam ao transporte de uvas, ameixas e outros produtos cultivados pelos colonos da região, que precisavam acondicionar seus produtos de maneira adequada para despachar a mercadoria que seria então exportada, via férrea, até São Paulo e outros centros consumidores (Lopes, 1989).

Após explorarem as araucárias daquelas terras, os Frey voltam suas atenções para uma região vizinha à colônia Marechal Hindemburgo, em terras que pertenciam a Belizário e Aristiliano Ramos, que adquiriram uma parte da fazenda da família Burger, em 1933³³, em terras que passaram a compor a Fazenda Bom Futuro. Foi com os Ramos que os Frey negociaram a exploração da floresta com base no acordo de “serrar às meias”. Em 1937, iniciaram-se as obras de instalação da serraria, começando a derrubada das primeiras árvores (Frey, 2003).

Antes da serraria dos irmãos Frey atuar, o Relatório da Diretoria de Terras e Colonização (Santa Catarina, 1935, p. 122) já indicava a existência de “várias serrarias” nas terras da Colônia Marechal Hindemburgo, número que na região chegaria a mais de 36 entre as décadas de 1950 e 1960 (Frey, 2003). A atuação das serrarias trouxe consigo situações de tensões e conflitos advindas da exploração madeireira, envolvendo a expropriação e a redução dos espaços até então usufruídos em comum, principalmente no sustento dos porcos, alimentados quase que exclusivamente dos recursos da floresta.

É o que teria ocorrido com a serraria dos irmãos Frey no início da década de 1940. Lopes (1989, p. 69-70) comenta que, durante a construção da serraria, “os primitivos moradores [que], sentindo-se despojados de ‘suas’ terras, passaram à represália, ameaçando assaltá-los [...]”.

³³ Registro número 562, livro 3a, de 07 de abril 1933. Registro de Imóveis do município de Curitiba, Santa Catarina.

À medida que avançavam novas formas de uso do espaço, tanto pela colonização, com o desmatamento e a abertura de roças, quanto pela devastação madeireira, aquela população passou a resistir, da forma que lhe era possível, como no caso de Marechal Hindemburgo e mesmo da serraria René Frey & Irmão, ante a desagregação de seu antigo modo de vida. Dessa maneira, encontramos, de um lado, a atuação das empresas colonizadoras e madeireiras, trazendo novas formas de uso daquele espaço, amparada pelo poder político e econômico, e do outro, a sociedade já existente, que disputa a preservação de seu território e de formas costumeiras de uso do mesmo.

Se posseiros sofreram com a expropriação advinda do aporte dessa nova lógica socioespacial, a valorização da madeira representou uma nova fonte de renda para muitos dos antigos proprietários de terra ou para aqueles que conseguiram legalizar ao menos parte de suas antigas posses. As espécies madeireiras de valor econômico, notadamente a araucária, que se encontravam em suas propriedades, passavam a ser comercializadas com as serrarias da região. No ano de 1957, foi lançado um livro de divulgação das potencialidades econômicas de vários municípios de Santa Catarina, sendo que um volume da série se referia aos municípios de Curitibanos e Campos Novos. Encontram-se neste volume algumas informações a respeito de diversas empresas, como era o caso da serraria René Frey & Irmão. No livro também é mencionada a Indústria e Comércio de Madeiras Formighieri Limitada, além de outras serrarias, o que demonstra que a maior renda econômica da região se encontrava no setor madeireiro, que, na época, já apresentava sinais de que a reserva de madeiras economicamente viáveis estava se exaurindo (Oliveira; Campos, 1957).

Em muitos casos, conforme apontam depoimentos de antigos moradores, o preço das araucárias era baixo, mas, pela quantidade de árvores envolvidas, parecia se tratar de uma boa soma, haja vista que a exploração poderia durar mais de uma década em suas terras. É o que ocorreu, por exemplo, com uma parte da Fazenda Liberata,

de propriedade de Heliodoro Dias de Andrade, que vendeu suas araucárias, ainda na década de 1950, para a serraria Irmãos Menegatti, provenientes do Rio Grande do Sul, conforme aponta seu neto, Sebastião Andrade dos Santos (2006):

Esse pessoal eram gente nova na época e vieram aqui comprar esse material do meu avô. Compraram 50.000 árvores que mediam mais de um metro de diâmetro no pé. E pediram 35 anos de prazo para tirar o material. Aí que aconteceu o acidente. Todo pinheiro que tinha 70, 80 centímetros, dali a 30 anos passaram de um metro e serraram tudo [...].

Consultando o registro de imóveis, constata-se a existência de várias averbações tratando da venda de araucárias, como era o caso das terras na região da Liberata. A venda foi estimulada, como aponta Sebastião Andrade dos Santos (2006), a partir da subdivisão da Fazenda Liberata por seus herdeiros. Sucessivas partilhas de terras entre herdeiros, quase sempre numerosos, acabaram por empobrecer diversas famílias da região, reduzindo cada vez mais o tamanho e a quantidade de florestas das suas propriedades.

Acordos de vendas de araucárias são também encontrados em diversos registros existentes no Tabelionato em Curitiba, como era o caso das terras pertencentes a Gasparino Zorzi, adquiridas de Demóstenes Bornhausen em 1937. Compreendendo uma área de 40.000.000 de m², as árvores que existiam nas terras eram regularmente comercializadas com serrarias, como a da família Formighieri, ocorrendo vendas ainda nos primeiros anos da década de 1960³⁴. A própria concessão do imóvel visava à colonização das terras, porém, da mesma forma que outras colônias, era também ressaltada a possibilidade da exploração da madeira. Os Formighieri também adquiriam terras pertencentes à concessão de 1929, para posterior exploração madeireira, conforme é possível constatar em uma transação do ano de 1943, na qual foram

³⁴ Registro número 1.195, livro 3b, de 5 de maio de 1937. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

adquiridos mais de 8 milhões de metros quadrados entre a região do Rio Mansinho e do Passa Três. No documento, consta também a venda de araucárias, no ano de 1955, para a Indústria e Comércio de Madeiras Formighieri Ltda³⁵.

Grande parte dessas serrarias possuía caráter nômade, ou seja, à medida que as árvores economicamente viáveis de uma certa área acabavam, desmontavam as instalações e partiam em busca de um novo pinheiral. A esse respeito, comenta Altino Bueno da Silva (2005), antigo morador da região, que trabalhou em uma das muitas serrarias que atuaram na região:

Eu trabalhava no Rio Preto, de lá fui [...] pra lá de Lebon Régis, cortando pinheiro, de lá os gerentes lá vieram para cá daí nós viemos, eu e meus filhos, cinco que trabalhavam comigo. Daí viemos cortar esse pinhal deste a Baía e viemos sair aqui. Pinhalão escuro, depois passamos aqui e fomos lá para Butiá Verde, até o Rio Roberto cortando pinheiro. Mas turma de gente, eu tinha minha turma [...] trabalhamos em dois acampamentos. Aqui pra lá, parece que trabalhamos, em um, dois, três, quatro acampamento, ia se mudando conforme o pinhal ia acabando, cortava e se mudava.

Diferente dessas serrarias, o empreendimento promovido pelos irmãos Frey permaneceu nas terras onde foi realizado o acordo com a família Ramos para a exploração madeireira. Formou-se, ao redor da serraria, uma pequena vila de operários, que passou a ser chamada de Butiá Verde. Ao passo que a madeira serrada, com base no acordo de “serrar às meias”, era derrubada, os Frey passaram a adquirir as terras até então pertencentes aos Ramos até possuírem todas as terras da família, que, conforme Frey (2005), compreendiam 5.000 hectares.

³⁵ Registro número 3.495, livro 3d, de 16 de outubro de 1943. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitibanos, Santa Catarina; Registro número 3.496, livro 3d, de 16 de outubro de 1943. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitibanos, Santa Catarina.

A partir da década de 1950, os Frey procuraram também adquirir terras vizinhas, como uma parte da fazenda de Frederico João Burger. No registro da transação desse imóvel, quando são apresentadas as divisas de parte da fazenda, são ainda mencionadas a existência de terras devolutas e posses nulas confrontantes a estas terras de Manoel Alves Ribeiro e a um Joaquim “de tal” Matoso. Posses que poderiam ser criadores de animais à solta e que seriam, a partir do desmatamento das terras e cercamento das mesmas, impedidos de manterem a criação. Nessa compra de terras não estão inclusas as araucárias com diâmetro maior que quarenta e cinco centímetros, já adquiridas pelos Frey em um contrato anterior, do ano de 1954, envolvendo 17.000 araucárias ³⁶. Outras áreas passaram posteriormente a ser incorporadas ao patrimônio da família, que compreenderia uma faixa de terras que se estendia da Liberata ao Dez de Novembro. Tal fato é apontado por Burke (1994, p. 19) da seguinte maneira:

Ao longo desses anos [décadas de 1940 e 1950], as terras antes pertencentes aos Ramos e a outros antigos proprietários da região foram sendo adquiridas pelos Frey, tornando-os praticamente senhores de Butiá Verde. Este fato iria ter grande influência sobre o futuro da região (Burke, 1994, p. 19).

4.2 Derrubada da floresta e cercamento das terras

“Tinha pinhalão em toda a parte, me lembro tão bem, pinhalão velho, escuro”. É assim que Sebastião Alves dos Santos (2004), antigo morador da região, recordava-se da localidade de Butiá Verde quando passou a trabalhar na serraria René Frey & Irmão no

³⁶ Escritura pública de compra e venda de imóveis que fazem a firma René Frey & Irmão, Frederico José Burger e sua mulher, no dia 19 de agosto de 1954. Livro de Notas n. 103. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitiba, Santa Catarina; Escritura pública de compra e venda de imóveis que fazem a firma René Frey & Irmão, Frederico José Burger e sua mulher, no dia 25 de agosto de 1955. Livro de Notas n.º 108. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitiba, Santa Catarina, fl. 88-91.

início da década de 1940. À medida que suas atividades se desenvolviam, os Frey adquiriam novos implementos técnicos, visando uma maior eficiência e rapidez na derrubada de árvores. Essas novas tecnologias tornaram viáveis as derrubadas de árvores localizadas a maiores distâncias da serraria. Em 1946, foi adquirida a primeira motosserra que substituiu o trabalho braçal no corte das árvores (Frey, 2003). O transporte das árvores, se antes era realizado com o auxílio de junta de bois, arrastando as toras até o local onde eram beneficiadas, seria, a partir de então, realizado cada vez mais com o auxílio de caminhões. Assim, a tecnificação da serraria, acelerando o ritmo da devastação, reduziu gradativamente os espaços em que ocorriam práticas de uso em comum da terra.

A intensificação da devastação, a partir do aperfeiçoamento das técnicas de derrubada e beneficiamento da madeira, aliada à colonização, que chegava a locais cada vez mais distantes, levou a região, conforme Carvalho (2006), a índices impressionantes de desmatamento entre as décadas de 1950 a 1970. Se em Fraiburgo ainda existiam serrarias operando na década de 1970, exaurindo as araucárias que restavam no interior, desde fins da década de 1940 e início de 1950, a indústria madeireira do Vale do Rio do Peixe passava a apresentar os primeiros sinais do fim das reservas de madeira (Cesco, 2004). É nesse contexto, em virtude do futuro esgotamento das florestas da localidade de Butiá Verde, que os irmãos Frey passaram a investir em novas atividades econômicas que substituíssem a exploração madeireira.

Até então, em conjunto às atividades madeireiras, os Frey já aproveitavam os rejeitos e refugos da madeira serrada na produção de pasta mecânica, além de explorar os vastos butiazais da região, extraindo suas folhas para a produção da crina vegetal (Frey, 2005). A produção de crina passava a se disseminar na região de Fraiburgo, e não foram poucos os fazendeiros que instalaram uma pequena fábrica ou arrendavam os butiazais para terceiros, que se dedicavam à sua produção. Em relação à venda das folhas, comenta Sebastião Celso Abrão (2005) que existiam muitos

produtores que percorriam a região extraindo as folhas de butiás das fazendas, que cresciam novamente em um ano e meio a dois anos. Após beneficiada, a folha do butiá, já transformada em crina vegetal, era comercializada localmente ou enviada para outros centros consumidores, como Curitiba e São Paulo, conforme José Lindolfo Cordeiro Leite (2005), que, além de criador de animais à solta, também possuiu durante um tempo uma pequena fábrica de crina vegetal, aproveitando os butiazais de suas terras.

Outros ramos econômicos passaram a se tornar alvos dos Frey, como o plantio de trigo mecanizado em larga escala. Produto que já era cultivado na colônia Dez de Novembro pelos colonos de origem alemã e também, mais tarde, pelos antigos moradores que conseguiram legalizar suas posses ou adquirir um lote de terras. Cultivavam também milho, cuja plantação chegou a atingir uma área de 40 alqueires (96,8 hectares), dedicando-se também à pecuária, criando gado bovino e suíno em larga escala, parte confinada e parte de maneira extensiva (Oliveira; Campos, 1957).

A devastação das terras e a implementação dessas novas atividades econômicas eram incompatíveis com as práticas de criação à solta dos porcos. Por circularem soltos em busca de alimentos, não era raro ocorrerem invasões de animais, principalmente porcos, nas terras dos Frey, que passaram a cercá-las, o que, para José Lindolfo Cordeiro Leite (2005), fez com que a criação à solta entrasse em decadência:

Depois que os Frey vieram começou a arruinar. Daí eles fecharam tudo os terrenos e não queriam criação nenhuma nos terrenos. Daí Deus o livre. Virou uma breca que não tinha jeito. Daí eles fecharam os terrenos. Mas veja bem, fechavam com arame, mas também o porco, cabrito, ovelha aquele passava, mas eles não queriam.

O trânsito de animais soltos ia contra os empreendimentos agrícolas dos Frey, como as lavouras de milho, nas quais eventuais invasões de porcos poderiam causar danos, da mesma forma que ocorria nas áreas de colonização, sendo esse um motivo de

discórdia entre os antigos moradores e os Frey. Fato semelhante é registrado por Sebastião Pires (2005b) ao explicar que a família de Leopoldino Ribeiro, antes agregada dos Ramos, teve que sair das terras com a compra pelos Frey:

Quando veio a serraria [...] meu sogro teve que sair dali, minha mulher teve que sair dali porque o seu René não aceitou mais porco. [...] O povo que era mais ou menos bem de vida teve que se desfazer para não ficar sem nada [...].

Sebastião Andrade dos Santos (2006) também se refere à atuação da serraria na redução dos espaços de criação dos animais soltos, acrescentando à atuação da empresa na localidade, o processo de colonização e cercamento das terras:

Começaram os problemas, o primeiro começou a acontecer com os próprios Frey, quando eles venderam as madeiras e começaram a comprar as terras passaram a cercar. [...] E passou a se instalar a colonada, que os herdeiros das fazendas foram vendendo, picotando os terrenos e se instalavam os agricultores. Aí sim o porco ia lá e fazia um estrago na lavoura do agricultor. Aí começou a fechar o cerco, os fazendeiros passaram a cercar as áreas.

Além da questão do cercamento das terras, também ocorria a venda de terras para colonos pelos herdeiros da antiga Fazenda Liberata, possivelmente passadas adiante após a venda das araucárias para as serrarias que atuavam na região. Em relação à venda dessas terras, o depoimento de Sebastião Andrade dos Santos (2006) também expõe as diferentes visões econômicas que possuíam os membros de sua família e os madeireiros que passaram a atuar naquele espaço da seguinte maneira:

Minha família não tinha essa visão, se eles soubessem o patrimônio que tinham, [...] quem tinha terra, os fazendeiros daqui acabaram ficando quase sem nada. [...] Porque na época [sua família] entrou sem gasto, apossaram, legalizaram uma grande área. Como veio fácil, escapou fácil. Eles já tinham a ideia de que o pinheiro incomodava,

mas era a fortuna deles. Se eles tivessem um outro conhecimento, quando eles vendessem a madeira, eles iam para outro lugar e compravam três vezes mais. Faltava visão, não tinha estudo, conhecimento.

A venda das terras por partilha para os novos moradores, muitas ainda com as araucárias, foi também relatada por José Lindolfo Cordeiro Leite (2005). A seu ver, da mesma forma que apontou Sebastião Andrade dos Santos (2006), os antigos moradores da região não possuíam conhecimento ou instrução, vendendo, em muitos casos, suas terras e árvores a um preço muito baixo, o que também ocorreu com outros fazendeiros da região.

No final da década de 1950, Butiá Verde já apresentava as feições de um pequeno núcleo urbano. Em 1958, segundo Frey (2005, p. 84), a empresa René Frey & Irmão,

já contava com duas serrarias, fábrica de caixas, um grande moinho, cantina vinífera, fábrica de crina vegetal, fábrica de pasta mecânica (celulose), açougue com matadouro anexo, olaria, granja de suínos e setor de produção agrícola.

O núcleo populacional compunha-se de uma pequena pensão; bomba de gasolina; dois armazéns de fornecimento; moinho, além de 110 casas de operários, construídas de madeira e cobertas de taboinhas. Tudo propriedade da empresa.

A importância da empresa da família Frey no campo econômico e político em Curitiba pode ser constatada em dois momentos: o primeiro, da mudança de nome da localidade de Butiá Verde para Fraiburgo, no ano de 1959 (Curitiba, 1959) e a sua emancipação no ano de 1961 (Santa Catarina, 1961). A própria escolha do nome, Fraiburgo, em referência à família Frey (Burke, 1994) simboliza esse domínio na época.

A inserção de novas relações socioeconômicas levou ao uso em comum da terra, sobretudo na criação de porcos soltos nas florestas ao término na região. Como foi visto, isso decorria do processo de colonização que se expandia, trazendo consigo a instalação de

diversas indústrias madeireiras, que, além do desmatamento, em muitos casos, também adquiriam as terras, que seriam então revendidas a novos proprietários, os quais nem sempre possuíam a experiência da criação em comum, passando a cercar suas terras.

Porém, outros fatores devem também ser levados em consideração ao se analisar o declínio dessas práticas, inserindo-as no contexto político e econômico nacional da época, marcado pelo ideário da modernização agrícola e econômica. Entre as décadas de 1930 e 1960, o país passou por um novo padrão de desenvolvimento, baseado nos setores urbanos e industriais, cada vez mais voltados à demanda dos mesmos. É nesse período que passa a se observar uma maior integração entre a agricultura e a indústria na economia brasileira. Essa integração, que se fazia sentir desde a colonização na região, intensificou-se nos anos seguintes, ocorrendo, como aponta Szmrecsányi (1990, p. 75), “uma crescente especialização do setor agropecuário na produção de determinados bens”.

Era a época dos grandes planos de desenvolvimento, tanto nacionais quanto estaduais, visando a propalada modernização brasileira partindo da ideia de que o Estado deveria criar condições para o desenvolvimento das empresas privadas e definia para isso dois objetivos em relação à política econômica nacional: a solução das inadequações da infraestrutura econômica em relação ao grau de desenvolvimento econômico e o desenvolvimento industrial (Cunha, 1992). Passou-se então a verificar uma participação cada vez maior do governo na economia, em que o Estado, conforme Gonçalves Neto (1997, p. 27), apresentava-se “como um dos maiores ‘sócios’ da economia brasileira”.

Nesse conjunto de novas políticas que expressam uma nova mentalidade voltada ao rural, encontra-se todo um ideário de que o homem do campo deveria praticar uma agricultura moderna, competitiva do ponto de vista econômico, integrada ao sistema industrial, atendendo cada vez mais as suas exigências, substituindo suas atividades, até então consideradas tradicionais e arcaicas. A ação estatal no fomento da agropecuária pode ser

vista, por exemplo, na criação de postos de suinocultura, nos quais eram distribuídos os reprodutores “especialmente ao pequeno criador” (Santa Catarina, 1957, fl. 5). O relatório da Secretaria de Agricultura de 1956 (Santa Catarina, 1957), por exemplo, menciona a existência desses postos no Oeste em Videira e Caçador. É nesse contexto que o setor agroindustrial começa a ascender em importância econômica regional, sendo fortemente incentivado pelos governos estadual e federal.

A modernização da economia, com seus planos e projetos, fazia parte do que Lohn (1999) denominou de “modernização conservadora”, sem rupturas, sem mudanças na estrutura agrária e de poder então instaurada, ou na forma da divisão das terras no país. “Para salvar a lavoura, bastaria que os agricultores brasileiros entrassem em contato com as novas tecnologias” (Lohn, 1999, p. 41). Já na década de 1940, as autoridades governamentais tornavam públicas questões que envolviam a necessidade de modernização, eliminando formas consideradas antiquadas de trabalho para produzir “mais e melhor”. Construiu-se então um discurso no qual eram contrapostos o “tradicional” e o “moderno”. O autor aponta como exemplo a crítica que se fazia a respeito da condução do gado bovino em tropas. Atividade outrora importante que passou a ser vista como empecilho no combate a doenças como a febre aftosa. Portanto,

em função de aspectos que, em princípio, soavam como eminentemente econômicos, levantou-se um questionamento que envolvia a própria existência de determinados sujeitos sociais e de práticas culturais que estariam impedindo a modernização. Os modos e hábitos de trabalho costumeiros da população rural catarinense apareciam como problemas que deveriam ser superados (Lohn, 1999, p. 48).

Pouco a pouco, por exemplo, os porcos do tipo banha, criados inclusive pelos colonos, deixaram de ter como destino as fábricas de banha e frigoríficos locais, que, nesse novo contexto, passaram a

representar um tipo inferior, não desejável de animal. A matéria-prima disponível foi julgada, naquela época, insuficiente em quantidade e em qualidade. O fornecimento de porcos e a sua qualidade, por exemplo, eram considerados irregulares. Foi então considerado como uma necessidade fundamental a expansão da organização e o controle da produção (Carvalho; Provin; Valentini, 2016). Tem-se na produção agroindustrial a necessidade de se conseguir matéria-prima abundante, constante e de qualidade, o que fez surgir na região o sistema de integração entre os produtores e a agroindústria, iniciada ainda na década de 1950, ganhando impulso na década seguinte (Schmidt, 2003).

Nesse sistema de integração, conforme Espíndola (1999), iniciado na Sadia, localizada em Concórdia, sendo adotado mais tarde por outras agroindústrias no Estado, as famílias eram, de certa maneira, “forçadas” a cumprir as orientações técnicas da empresa, adquirindo rações, vacinas e medicamentos, recebendo também assistência técnica e insumos por parte da empresa. A adoção dessas diretrizes possuía como contrapartida a compra assegurada da produção. Se o sistema de integração foi importante na regularização do fornecimento de animais às agroindústrias, por outro lado, acarretava a exclusão de criadores que não se adequavam às normas exigidas a partir de então pelas empresas, o que fez com que muitos pequenos criadores passassem a deixar de vender seus porcos, mantendo a criação somente para um reduzido mercado local, em muitos casos informal, ou para o próprio sustento.

Não eram apenas as agroindústrias de carne do Vale do Rio do Peixe e Oeste catarinense que estavam inseridas dentro do ideário desenvolvimentista e modernizador que circulava entre os políticos brasileiros da época. O progresso da região centrava-se também nas demais atividades agroindustriais, que passavam a ser favorecidas, sobretudo a partir da década de 1960, por políticas estatais, dando incentivos, subsídios, financiamentos, etc.

Assim, se em Fraiburgo a suinocultura extensiva praticada pelos caboclos entrou em declínio em virtude da devastação da floresta, o

mesmo passou a acontecer com o setor madeireiro, cujo futuro esgotamento das reservas madeireiras já fazia com que o planejamento fosse efetuado baseado em novas atividades. Nas terras pertencentes à família Frey, por exemplo, antigas áreas de florestas passaram a ser substituídas por duas novas atividades: a fruticultura de clima temperado e a silvicultura com o *pinus* (*Pinus sp.*).

A fruticultura de clima temperado teve início nas terras da família Frey ainda no final da década de 1950, com o plantio de um pomar de ameixas e um parreiral de uvas, destinado à produção de vinho em sua cantina. No ano de 1962, os Frey constituíram sociedade com um grupo vitivinicultor franco-argelino, das famílias Evrard e Mahler, resultando na criação, no mesmo ano, da Sociedade Agrícola Fraiburgo, a Safra. Nessa sociedade, os irmãos Frey entraram com 1.000 hectares de terra, nos quais estavam o parreiral, o pomar de ameixas e a cantina onde era fabricado o vinho, enquanto o grupo franco-argelino entrou com o capital necessário para expandir e melhorar a produção de uva e vinho, ficando cada sócio com 33% do capital. No entanto, o grupo franco-argelino, ao conhecer as condições climáticas apresentadas pela região, decidiu também analisar a possibilidade de se plantar outras espécies frutíferas de clima temperado, como a maçã, cujo consumo era muito maior do que a pequena produção nacional, praticamente restrita à comercialização local (Evrard, 2003).

Para analisar o comportamento e a viabilidade econômica de diversas espécies e variedades de fruteiras de clima temperado, foi criado um pomar experimental no ano de 1963. Foram necessários cinco anos de pesquisa para que, em 1968, saíssem os resultados preliminares a respeito da viabilidade das fruteiras de clima temperado. Tais resultados apontavam a maçã como a fruta que apresentava melhor comportamento, seguido da pera, ameixa e uva (Frey, 2004). A existência de pomares comerciais de frutas de clima temperado, como a maçã, que até a década de 1970 era o segundo item agrícola mais importado pelo país, perdendo somente para o trigo (Ribeiro, 1973), serviu como motivo para que políticos brasileiros formassem uma política voltada à

fruticultura de clima temperado para combater a dependência da importação.

A influência dos políticos ligados ao empresariado local, junto com a constatação técnica do plantio de macieiras, reconhecida politicamente, foi consolidada, no âmbito estadual, através do Programa de Fruticultura de Clima Temperado, o Profit, lançado em 1969, garantindo a assistência técnica e extensão rural para o ramo da fruticultura (Santa Catarina, 1970). Porém, o maior impulso para o plantio de pomares e a produção de maçãs no município surgiu três anos antes, com a criação da Lei Federal n.º 5.106/66, conhecida como Lei de Incentivos Fiscais para Reflorestamento, que permitia que até 50% do imposto de renda fosse empregado em atividades de florestamento e reflorestamento. Para poder aplicar tal valor, era necessário apresentar um projeto para ser avaliado e aprovado pelo extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o IBDF, compreendendo um plantio mínimo de 10.000 árvores (Frey, 2003).

Willy Frey, filho de René Frey, que na época atuava como representante dos negócios da família no Rio de Janeiro, retornou a Fraiburgo no ano de 1967 para criar uma empresa que captasse incentivos fiscais para o reflorestamento, conforme a referida lei. No mesmo ano, foi criada a Reflorestamento Fraiburgo Ltda, conhecida como Reflor, empresa que possuía como finalidade

a administração e a execução de serviços próprios ou de terceiros, por empreitada, subempreitada, ou diretamente relacionados com o reflorestamento e todos os tratos florestais; e o comércio de sementes, mudas, embalagens ou afins (Frey, 2003, p. 46).

Na época, o reflorestamento era realizado em uma área arrendada da própria família Frey, utilizando inicialmente como árvore o *pinus*. Foram então realizados os primeiros projetos de reflorestamento, buscando empresários interessados em aplicar os recursos de impostos nos projetos de reflorestamento. À medida que o aporte de incentivos aumentava, novos projetos de

reflorestamento iam sendo elaborados, fazendo com que a empresa reflorestasse com essa árvore uma área total de 2.000 hectares (Frey, 2003).

Como o parágrafo 3º do Artigo 1º da Lei 5.106 de 1966 previa que o reflorestamento ocorresse também com árvores frutíferas, a empresa buscou incluir a maçã nesses incentivos, o que ocorreu no ano de 1969 (Schmidt, 1990). A partir do mesmo ano, a Reflor passou a elaborar projetos de reflorestamento com incentivo utilizando macieiras, implantando inicialmente 100 hectares, aumentando significativamente nos anos posteriores a área cultivada. Nas palavras de Frey (2003, p. 57), “havia motivo convincente para atrair mais participantes: o retorno do investimento era de curto prazo, com as macieiras produzindo safras de maçãs em menor espaço de tempo”. Entre os anos de 1969 e 1975, Klanovicz e Nodari (2005) mencionam a existência de 15 projetos de plantio com macieiras, totalizando uma área de 1.023,5 hectares.

Os projetos de fruticultura, contudo, não se aproveitavam somente dos espaços devastados pela atuação da serraria René Frey & Irmão. O desenvolvimento dessas atividades fez também com que novas propriedades agrícolas fossem adquiridas, estendendo as áreas utilizadas no plantio também ao município vizinho de Lebon Régis (Frey, 2003). A instalação de pomares também colaborou para a devastação e o cercamento de áreas remanescentes, algumas distantes, que poderiam eventualmente ainda servir para a criação de porcos por algum pequeno proprietário, ou outra forma de usufruto. Para Klanovicz e Nodari (2005, p. 76-77), esse plantio de pomares,

em regime acelerado, através de projetos de reflorestamento no qual a macieira podia ser inserida como essência florestal, impulsionava o desmatamento de algumas áreas remanescentes de vegetação nativa. [...] Nos projetos executados pela Reflorestamento Fraiburgo, inúmeros “gigantes” da floresta foram derrubados e suas madeiras aproveitadas pela própria empresa para beneficiamento.

Como essas áreas estavam sendo preenchidas com reflorestamentos, as brechas do Código Florestal de 1967 eram suficientes [...] para a atividade de extração perdurar durante o período no qual fossem implantados os pomares.

Dean (2004, p. 304) comenta que o Código Florestal de 1967 não favorecia a preservação das florestas nativas, mas, sim, a implementação de projetos agrícolas de grande porte, como era o caso da Reflor, isso porque

embora o proprietário fosse obrigado a manter 20% de sua terra florestada, não havia, tal como antes, nenhum dispositivo contra a venda dessa faixa de mata a um comprador, que poderia cortar até 80% da mesma — *ad infinitum*. O governo também não repudiava a destruição de “florestas de preservação permanente”. [...] O proprietário era autorizado “no intuito de aumentar o retorno econômico”, a cortar sua última faixa de floresta nativa, desde que seu objetivo fosse substituí-la pelo plantio de arvoredos homogêneos (Dean, 2004, p. 304).

A substituição das florestas remanescentes por pastagens, monoculturas de *pinus* e macieiras, quando a população passou a se deparar com essas novas árvores, em um espaço produtivo racionalizado, marcou a memória de muitos dos antigos moradores entrevistados. É o caso, por exemplo, de Miguel Lara Sobrinho (2004): “Uma parte ficou por aqui mesmo, outros saíram. Com a derrubada, acabou, quem criava porco aqui era nativo, se criava aqui depois que eles derrubaram tudo e colocaram macieira”. O mesmo ocorreu em relação a outras áreas, como a Barra, quando a devastação reduziu a oferta de alimentos para os porcos, como indica Sebastião Celso Abrão (2005): “Naquela época já tava acabando, daí não tinha mais árvore para dar fruta, foi mudando, daí os criadores foram vendendo e não podia ter porco, daí foi acabando, hoje só fechado”.

Todo esse processo, que em Fraiburgo se viu com maior força a partir da década de 1930, excluiu uma parcela de antigos

posseiros, além dos herdeiros de grandes fazendeiros, a quem a sucessiva divisão das terras acabou empobrecendo. O destino de muitos desses moradores foi o êxodo rural, passando então a compor o quadro urbano de Fraiburgo, trabalhando como assalariados, tanto nas diversas serrarias que ainda estavam em atividade quanto nos novos empreendimentos dos irmãos Frey, em muitos casos, nas terras que antes eram de sua posse ou propriedade.

Essas mudanças levaram muitos desses antigos moradores a descreverem o tempo da criação à solta como um tempo difícil, mas também de fartura, liberdade e respeito, se comparado às incertezas e dificuldades advindas a partir da colonização e da exploração madeireira. Percebe-se esse sentimento, por exemplo, na memória de Maria José Cordeiro (2005), quando diz: “Ih, tenho saudade do tempo, não havia luxo, pessoal tudo igual, na roça, trabalhando, com o marido, ajudando”. O mesmo pode ser percebido no depoimento de Sebastião Pires (2005a): “Às vezes eu falo para minha piaçada como era nos tempos da Dez [de Novembro]. Hoje não pode ter uma galinha, não pode ter um porco, então a gente se sente um pouco desajeitado, o interesse da gente é criar”.

Considerações finais

Eles faziam a roça em rachão, era tudo em comum. Para saber quem era o porco, [...] faziam sinal na orelha. Até pouco tempo, eles faziam sinal na orelha do porco. O boi eles marcavam. Na roça faziam repolho, milho para canjica. O resto vinha fácil. O porco-orelhão, sem marca, não tinha dono, poderia pegar. O porco assinalado era de cada um. Pelo sinal da orelha, eles sabiam de quem era o porco. Eles diziam: olha, lá tem um porco seu, então eles iam carnear, então eles tinham bastante respeito. O gado era marcado, cada um tinha o seu cinferro, era bem mais natural, tanto que o caboclo não se acostumou com a nossa vivência, acho que nós roubamos a liberdade deles. Hoje eles estão na favela e nós tomamos o espaço deles.

Essa passagem do depoimento de Pedro Felisbino (2006) demonstra bem o estranhamento que os antigos moradores que viviam na região experimentaram a partir do aporte e posterior expansão de novas relações socioeconômicas naquele espaço. Ao longo do livro, evidenciou-se nas práticas ligadas ao uso da terra, algumas de suas formas de apropriação e de seu uso em comum, que se fizeram sentir não apenas em Santa Catarina, mas em todo o planalto da região Sul do Brasil. Dentre estas, destacam-se, não apenas pela importância econômica para os moradores e para a região, mas também pela abrangência espacial, a criação de animais e a coleta de erva-mate, cujo usufruto em comum na criação e na extração era garantido pelo costume e pela memória, em que a oralidade exercia grande importância. Forma de uso da terra que passou a entrar em decadência, principalmente a partir do início do século XX, quando a apropriação privada das terras avançou de forma mais intensa em toda a região.

A apropriação privada de terras ocorria no planalto desde o século XVIII, com o estabelecimento das primeiras fazendas de

criação, tanto pelo apossamento quanto por sesmarias. Mesmo que estas ocupassem uma imensa área de Campos, pela baixa densidade demográfica, raramente um sesmeiro encontrava algum posseiro ocupando suas terras. O crescimento, não somente vegetativo, mas também provocado por frentes de povoamento oriundas do Rio Grande do Sul e das fazendas das áreas de Campos do planalto catarinense e paranaense, promoveu a ocupação de novos espaços. A valorização da erva-mate no século XIX, com o aumento do comércio com a região platina, fez com que se voltasse também a atenção às áreas nas quais se encontravam os ervais nativos, muitos até então usufruídos em comum pelos moradores da região.

A partir da Proclamação da República, quando as terras devolutas passaram ao controle dos Estados, a apropriação privada tornou-se mais intensa mediante concessões de grandes dimensões para grupos políticos e econômicos.

A inserção de novos grupos políticos e econômicos, acompanhado do aumento da submissão de algumas áreas ao poder dos “coronéis”, cuja influência aumentava na medida em que incorporavam novos territórios, implicaria, a partir de então, em um processo, muitas vezes violento, de expropriação da terra. Foram afetados com esses açambarcamentos não apenas a população posseira das terras então consideradas devolutas, mas também proprietários legais, em práticas como o uso em comum da terra.

A apropriação privada da terra e a desestruturação de antigos hábitos e costumes relacionadas ao seu uso, acompanhada da expulsão da população posseira seria mais um, dentre outros motivos, como a questão do coronelismo, a instabilidade política local e a religiosidade, que levaram à eclosão da Guerra do Contestado.

Dentro dos redutos que surgiam no desenrolar do conflito, os sertanejos advogavam a igualdade e a fraternidade, da mesma forma que o desprezo pela fortuna. Existia também a noção de que os bens e os recursos eram de posse de todos, o que pode ser visto como uma influência de tradicionais hábitos e costumes do povo sertanejo do planalto sul brasileiro. Bens formados tanto pelas terras

circunvizinhas ao reduto quanto pelos animais, principalmente bois e porcos, sejam eles integrantes dos redutos ou do arrebanhamento promovido por piquetes em fazendas de adversários. Tanto a posse quanto o uso da terra e dos recursos naturais eram de uso comum, em que, ao menos no início do conflito, desempenharam importante papel na subsistência da população que vivia nos redutos. No entanto, as agressões sofridas por parte das forças militares e locais e as constantes mudanças de redutos teriam impedido um maior desenvolvimento de tais atividades.

Nos anos posteriores ao conflito, tem-se a consolidação da colonização do ex-Contestado. O processo de expropriação e desestruturação do modo de vida da população cabocla assumiu, a partir de então, uma abrangência espacial muito mais ampla. Muitas das terras concedidas à *Brazil Railway* ou a empresas colonizadoras, no entanto, ainda permaneciam como sendo de uso comum pela população que vivia em áreas próximas, mesmo que os “intrusos”, como eram então tratados os posseiros, já tivessem desocupado as terras.

O avanço da colonização e a atividade madeireira foram fatores decisivos no declínio da criação de animais à solta, sobretudo o porco. A devastação, acompanhada da posterior venda das terras a proprietários, que, em muitos casos, não possuíam a experiência dessa forma de criação, foi reduzindo gradualmente os espaços onde era possível aos animais encontrar alimento, sobretudo pinhões, cada vez mais escassos na medida em que as florestas eram postas ao chão.

Em Fraiburgo, a desagregação dos espaços em comum e o declínio da criação à solta tem como principais marcos desse processo a concessão de terras, em 1929, a Demóstenes Bornhausen, com a posterior colonização e venda das terras e a atuação de empresas madeireiras como a serraria René Frey & Irmão, sobretudo pela abrangência da devastação, acompanhada mais tarde pela inserção de novas atividades econômicas na região.

O aporte dessas atividades não ocorreu sem momentos de atrito referente às novas formas de uso da terra, situação que

ocorreria também com proprietários de terras vizinhas. Antes utilizado de forma extensiva para a criação de animais, essas terras passam, após a devastação, para a “limpeza do terreno”, a ser utilizadas na formação de lavouras como o milho, que ocasionalmente era invadido por porcos. Em relação à exploração madeireira, além da devastação das florestas, o posterior cercamento das terras passou a impedir o usufruto da população circundante de áreas de florestas remanescentes.

Projetos de diversificação econômica, como a fruticultura, foram também responsáveis pela devastação de novas áreas, destinadas a partir de então ao plantio de espécies como a macieira. A própria modernização da agricultura na região, da qual os investimentos em fruticultura faziam parte, influenciou no declínio do uso das florestas para criação. As novas exigências impostas pelas agroindústrias, que pediam um porco com cada vez mais carne e menos banha e a introdução de novas raças, menos rústicas e aptas a percorrer as florestas em busca de alimentos, associadas à integração entre a empresa e o produtor, fizeram com que muitos pequenos criadores ficassem alijados desse processo, enquanto outros não viram outra alternativa senão se integrar ao novo modelo.

O declínio das formas de uso comum da terra, não apenas no planalto, mas no Brasil como um todo, não deve servir como motivo para que novas abordagens sobre essas práticas, muitas vezes qualificadas como primitivas ou atrasadas, sejam deixadas de lado. Pelo contrário, como afirma Almeida (2004, p. 10), romper com “a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum”, implica também em dar voz a essa população, cujas memórias espaciais são, juntamente com suas práticas sociais, desqualificadas e silenciadas pela “memória oficial”.

Referências

Depoimentos

ABRÃO, Sebastião Celso. 59 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 28 de setembro de 2005.

ALMEIDA, Ivadi. 87 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Curitiba, 25 de maio de 2010.

CORDEIRO, Maria José. 91 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 2 de outubro de 2005. Fraiburgo.

EVRARD, Henri. 74 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 06 novembro de 2003.

FELISBINO, Pedro Aleixo. 61 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 07 de janeiro de 2006.

HEPP, Carlos. 72 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 23 de julho de 2005.

LARA SOBRINHO, Miguel. 76 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 27 de setembro de 2004.

LARA SOBRINHO, Miguel. 77 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 26 de abril 2005.

LARA SOBRINHO, Miguel. 78 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 3 de janeiro de 2006.

LEITE, José Lindolfo Cordeiro. 64 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 2 de outubro de 2005.

MONTEIRO, Valdomiro de Souza. 70 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 12 abril de 2005.

MONTEIRO, Valdomiro de Souza. 75 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 11 de outubro de 2010.

PEROTTO, Celestina. 87 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 8 de janeiro de 2006.

PIRES, Sebastião. 73 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 13 agosto 2005a.

PIRES, Sebastião. 73 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 02 de outubro de 2005b.

PRADO, Nair Ribeiro do. 63 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 27 de setembro de 2005.

RIBEIRO, Afonso. 70 anos. Depoimento cedido a Padre Tomás Pieters. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 07 de dezembro de 1973.

ROCHA, Aristiliano de Oliveira. 66 anos; ROCHA, Maria Moreira. 63 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 06 de abril de 2006.

SANTOS, Sebastião Alves dos. 71 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 22 de setembro 2004.

SANTOS, Sebastião Andrade dos. 56 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 4 de setembro de 2006.

SILVA, Altino Bueno da. 103 anos. Depoimento cedido a Marlon Brandt. Acervo pessoal do autor, Fraiburgo, 28 de setembro de 2005.

Documentos oficiais

Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL WALDEMAR RUPP. **Ação de Usucapião movida por Bellarmino Ferreira de Oliveira e sua mulher, Rosalina Maria Rodrigues no ano de 1919.** Processo número 631.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Provisão Régia de 05 de abril de 1728.** Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, setor de manuscritos.

Arquivo Público de Santa Catarina

SANTA CATARINA. Concessão de terras do Estado a Demosthenes Bornhausen. Governador Adolpho Konder, em 27 de março de 1929, Livro 786, fl. 14.

SANTA CATARINA. Registros de Vigários datados de 1850 a 1860. Caixa 12, livros 08, 09, referentes a Lages.

SANTA CATARINA. Relatório dos serviços da Agência do 4º Distrito do Comissariado Geral do Estado, no município de Lages referente ao ano de 1917.

SANTA CATARINA. Relatório dos serviços da Agência do 4º Distrito do Comissariado Geral do Estado, no município de Bom Retiro referente ao ano de 1922. Relatório de 1923.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado pelo Diretor da Diretoria de Terras e Colonização Caetano Deeke ao Exmº Sr. Dr. Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura relativo ao ano de 1929.

SANTA CATARINA. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização referente ao ano de 1935.

SANTA CATARINA. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização referente ao ano de 1936.

SANTA CATARINA. Relatório das atividades da Secretaria de Agricultura referente ao ano de 1956. Florianópolis, 1957.

Mapas

INSTITUTO ÁGUA E TERRA. Mapa do Estado do Paraná. Curitiba, Impressora Paranaense Jesuína Lopes, 1896. Escala 1:20.000. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/mapa1896.pdf. Acesso em: 27 fev. 2025.

Legislação

BRASIL. Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Brasília, DF: Presidência da República,

Casa Civil, 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 26 out. 2005.

BRASIL. Constituição da República de 1891. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 25 out. 2005.

BRASIL. Código Civil de 1916. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, DF: Sistema de Informações do Congresso Nacional, 1916. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=102644>. Acesso em: 11 jul. 2006.

CURITIBANOS (Município). Lei n.º 49, de 6 de janeiro de 1908. *In: O Trabalho*. Curitiba, ano 1, n. 13, 18 de março de 1908 (Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

CURITIBANOS (Município). **Lei Ordinária n.º 403/1959**, de 27 de maio de 1959. Dá nova denominação e localidade. Disponível em: <https://www.camaracuritiba.sc.gov.br/proposicoes/Leis-Ordinarias/1959/2/0/5879>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SANTA CATARINA (Estado). Lei n.º 700, de 27 de outubro de 1906. **Colecção de Leis do Estado de Santa Catharina**. Florianópolis: Gab. Typographico d'O Dia, 1905 (Acervo do Centro de Memória da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina).

SANTA CATARINA (Estado). **Lei de Terras n.º 173**, de 30 de setembro de 1895. Florianópolis: Oficinas a Vapor do Imprensa Official, 1919 (Acervo da Biblioteca do Tribunal de Justiça de Santa Catarina).

SANTA CATARINA (Estado). **Lei nº 797**, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: https://leis.alesc.sc.gov.br/html/1961/797_1961_lei.html. Acesso em: 19 mar. 2025.

Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

CURITIBANOS (SC). Cartório da Comarca de Curitiba. **Inventário de Joaquim Dias de Moraes**. Caixa 23. Registro em: 1938.

CURITIBANOS (SC). Cartório da Comarca de Curitiba. **Inventário de José Antônio Abrão**. Caixa 23. Registro em: 1939.

CURITIBANOS (SC). Cartório da Comarca de Curitiba. **Ação de Força Nova movida por Wenceslao de Souza Breves, Gasparino Zorzi e suas respectivas esposas contra Francisco Tomás e Sepriano de Mello Cezar e suas esposas**. Caixa 23. Registro em: 1º de agosto de 1939.

Registro de Imóveis e Tabelionato

CURITIBANOS (SC). Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari. **Escritura Pública de Contrato entre Artur Formighieri, Ernesto Formighieri, Ângelo Preto, Aníbal Formighieri e moradores de Taquaruçu, Passa Três e Faxinal dos Carvalhos**. Livro de notas n. 69. Registro em: 22 de fevereiro de 1926.

CURITIBANOS (SC). Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari. **Escritura Pública de Contrato entre Artur Formighieri, Albano Burger e outros, com moradores da Baía, Papuã e Butiá Verde**. Livro de notas n. 69. Registro em: 23 de fevereiro de 1926.

CURITIBANOS (SC). Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari. **Escritura pública de compra e venda de imóveis que fazem a firma René Frey & Irmão, Frederico José Burger e sua mulher**. Livro de Notas n. 103. Registro em: 19 de agosto de 1954.

CURITIBANOS (SC). Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari. **Escritura pública de compra e venda de imóveis que fazem a firma René Frey & Irmão, Frederico José Burger e sua mulher**. Livro de Notas n. 108. Registro em: 25 de agosto de 1955.

CURITIBANOS (SC). Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina. **Registros de imóveis dos livros 3, 3a, 3b, 3c, 3d, 3e e 3h**. Registro em: [s.d.].

Jornais

CUTS, Valentim. Aos lavradores do Vale do Rio do Peixe. In: **Cruzeiro**, Cruzeiro do Sul (Joaçaba), ano 1, n. 17, 11 mar. 1934.

O DIA. Florianópolis, ano 14, n. 7.414, 14 de janeiro de 1914, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

O DIA. Florianópolis, ano 14, n. 7.416, 16 de janeiro de 1914, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

O ECO. Fraiburgo n. 2, p. 2, 27 julho 1963. Acervo particular de Aldani Frey.

O LIBERTADOR. Campos Novos, ano 2, n. 19, 9 de agosto de 1911. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

O TRABALHO. Curitibanos, ano 6, n. 174, 23 de março de 1913a. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

O TRABALHO. Curitibanos, ano 6, n. [ilegível], 23 de maio de 1913b. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

O TRABALHO. Curitibanos, ano 6, n. 185, 23 de julho de 1913c. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

VANGUARDA. Campos Novos, ano 1, n. 20, 5 de janeiro de 1908a. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

VANGUARDA. Campos Novos, ano 2 n. 2, 1º de maio de 1908b. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

VANGUARDA. Campos Novos, ano 4, n. 4, 1º de junho de 1910. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

VIEIRA DA ROSA, José. Reminiscencias da Campanha do Contestado — subsídios para a História. In: **Jornal Terra Livre**, Florianópolis, nº 6, ano 1, 7 de agosto de 1918a.

VIEIRA DA ROSA, José. Reminiscencias da Campanha do Contestado — subsídios para a História. In: **Jornal Terra Livre**, Florianópolis, nº 55, ano 1, 2 de outubro de 1918b.

VIEIRA DA ROSA, José. Reminiscencias da Campanha do Contestado — subsídios para a História. In: **Jornal Terra Livre**, Florianópolis, nº 78, ano 1, 29 de outubro de 1918c.

Textos publicados em anais de eventos

BRANDT, Marlon. Memórias de tensões e conflitos entre “alemães” e “caboclos” na colônia de Marechal Hindemburgo durante a Segunda Guerra Mundial. *In*: MUITAS FACES DE UMA GUERRA: 60 ANOS DO TÉRMINO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO NO SUL DO BRASIL. 2005, Florianópolis, **Anais eletrônicos...** Florianópolis, Udesc, 2005. Disponível em: <http://www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/anais/st2/st2marlon.doc>. Acesso em: 3 set. 2005.

ESPIG, Márcia Janete. Os trabalhadores da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande: análise das memórias militares sobre o Contestado. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11. 2006, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Ufsc, 2006. 1 CD ROM.

SAHR, Cicilian Löwen. Povos tradicionais e territórios sociais: reflexões acerca dos povos e das terras de faxinal do bioma da mata com araucária. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, III; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA II; JORNADA ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA. 2005, Presidente Prudente, **Anais eletrônicos...** Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <http://www2.prudente.unesp.br/agraria>. Acesso em: 9 set. 2006.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Serra fita — serra vida: os trabalhadores da Lumber e a classe operária no Planalto Norte de Santa Catarina, 1910-1940. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10; REUNIÃO NACIONAL DO GT ESTUDOS DE GÊNERO, 3; JORNADA NACIONAL DE HISTÓRIA DO TRABALHO, 2. 2004, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Ufsc p. 308-311.

WITTMANN, Luísa Tombini. A história indígena e o povo Xoc Leng: em busca de uma nova perspectiva. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11. 2006, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Ufsc, 2006. 1 CD ROM.

Artigos em periódicos

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio — uso comum e conflito. **Cadernos Naea**. Belém, n. 10, p. 163-195, 1989.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.

AREND, Silvia Maria Favero. A família açoriana na América Portuguesa: novos olhares. **Fronteiras: Revista de História**. Florianópolis, n. 7, p. 167-183, 1999.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

BRANDT, Marlon. Criação de porcos “à solta” na Floresta Ombrófila Mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. **História (São Paulo)**, v. 34, p. 303–322, 2015b.

BREVES, Wenceslao de Souza. O Chapecó que eu conheci. *In*: **Revista do IHGSC**. Florianópolis, 3ª fase, n. 6, p. 7-73, 1985.

CAMPOS, Nazareno José de. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, n. 34, p. 113-135, jul./dez. 2002.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; PROVIN, Bruno Griebler; VALENTINI, Renan Paganini. Uma leitura da modernização da suinocultura: história, agropecuária e bem-estar animal — Paraná, Brasil (1960-1980). **Expedições: Teoria da História e Historiografia**. Ano 7, n.2, p. 119-140, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 32, p. 87-98, jan./mar. 1970.

FURLAN, Sueli Ângelo. Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. **Agrária**, n. 3, p. 3-15, 2006.

GOULARTI FILHO, Alcides. A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande na formação econômica regional em Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 103-128, jul./dez. 2009.

GOULARTI FILHO, Alcides. Complexo ervateiro e a pequena produção mercantil em Santa Catarina. **Diálogos**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 179-215, jan./abr. 2012.

LEONEL, Mauro. O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura. **Estudos Avançados**. São Paulo, ano 14, n. 40, p. 231-250, 2000.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma nova antropologia da territorialidade. Brasília: Unb, 2002. Série Antropologia, n. 322.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. **Boletim do departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente**: Presidente Prudente, 1969.

MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 50, p. 83-101, março de 1976.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229-254, jan./abr. 2019.

“MUTIRÃO” ou “adjunto”. **Boletim do Conselho Nacional de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 38-39, maio de 1943.

OVERBECK, Gerhard Ernst *et al.* Brazil's neglected biome: The South Brazilian Campos. **Perspectives in Plant Ecology, Evolution and Systematics**. Zurich, v. 9, n. 9, p. 101-116, 2007.

PILLAR, Valério de Patta; QUADROS, Fernando L. F. de. Grassland-forest boundaries in southern Brazil. **Coenoses**. Gorizia, v. 12, n. 1-2, p. 119-126, 1997.

RAMBO, Balduino. A Fisionomia do Rio Grande do Sul. **Cadernos RBMA**: Série Documentos Históricas, n. 31. Disponível em: http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_31.pdf. Acesso em: 3 mar. 2010.

RAMOS, Artur. O espírito associativo do negro brasileiro. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. XLVII, p. 105-126, 1938.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Guerra Santa” no Brasil — o movimento messiânico do Contestado. Resumo. **Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim n. 187**. São Paulo, Sociologia I, n. 5, p. 261-281, 1957.

SILVA, Marcos Aurélio da. O processo de industrialização no Sul do Brasil. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 15, 64p., maio 2006.

WAIBEL, Léo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 3-66, abr./jun., 1949.

WHITE, Sam. From Globalized Pig Breeds to Capitalist Pigs: A Study in Animal Cultures and Evolutionary History. **Environmental History**, v. 16, p. 94–120, January, 2011.

Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses

BRANDT, Marlon. **Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo – SC: do Contestato à colonização**. 2007. 310 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BRANDT, Marlon. **Uma história ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina**. 2012. 332 f. Tese (Doutorado em História) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas**. 2000. 258f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações**. 2006. 201 fl. Dissertação (Mestrado em História) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma grande empresa em meio à floresta**: a história da devastação da Floresta com Araucária e a *Southern Brazil Lumber and Colonization* (1870-1970). 2010, 313 fl. Tese (Doutorado em História) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CESCO, Susana. **Desmatamento e Migração no Alto Vale do Rio o Peixe**: discussões sobre o “progresso” e transformação ambiental. 2004. 126 fl. Dissertação (Mestrado em História) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na zona de fronteira internacional Brasil-Argentina**: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (MNES. ARG). 2003. 290 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. 2001b. 498 f. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2001.

NERONE, Maria Magdalena. **Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal**: Rebouças – 1950-1997. 2000. 286 fl. Tese (Doutorado em História e Sociedade) — Faculdade de Ciências e Letras, Campos de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.

SCHIMIDT, Wilson. **O setor madeireiro em Santa Catarina**: formação e consolidação de um complexo agroindustrial. 1990. 258f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrário) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, Rio de Janeiro, 1990.

Livros

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial & caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 2. ed. Brasília: UnB, 1998.

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

AIRES DE CASAL, Manuel. **Corografia Brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Tomo 1. 2. ed. São Paulo: Edições Cultura, 1945.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru: Edusc, 2000.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. 4. ed. Florianópolis: Ufsc, 2001.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

BLASI, Paulo. **Campos Novos: um pouco de sua história**. Florianópolis: Edeme, 1994, p. 178-179.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BOPPRÉ, Maria Regina. **Eleições diretas e primórdios do coronelismo catarinense (1881-1889)**. Florianópolis: Secretaria do Estado da Administração, 1989.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro**. 2. ed. Florianópolis: CNI/Fiesc, 1988.

BRANDT, Marlon. Paisagens caboclas no oeste de Santa Catarina: colonização e rupturas. *In*: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson. (Orgs.). **Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem**. São Carlos: Pedro e João, 2015a.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Processos de colonização e povos indígenas no Oeste catarinense. *In*: VALENTINI, Delmir José; MURARO, Valmir Francisco. (Orgs.). **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai**. Chapecó: Ed. da UFFS; Porto Alegre: Letra e Vida, 2015.

BURKE, Thomas Joseph. **Fraiburgo do machado ao computador**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1994.

CABEZA DE VACA, Álvar Nuñez. **Naufrágios e comentários**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A campanha do Contestado**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CALDEIRA, Clovis. **Mutirão**: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ufsc/FCC, 1991.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil [recurso eletrônico]**: abordagem histórico-socioespacial. Florianópolis: Editora da UFSC, 2022.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CAVALCANTI, Walter Tenório. **Guerra do Contestado**: verdade histórica. 2. ed. Florianópolis: Ufsc, 2006.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Contestado**: tempo do camponês, espaço da propriedade privada. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

CHANG, Man Yu. **Sistema faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina, IAPAR, 1988. 123p. (IAPAR, Boletim técnico, 22).

CORREA, Silvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. **Terra de promessa**: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Editora da UPF; Santa Cruz do Sul: EdUnisc, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. *In*: **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens**: sua história e influência no Sertão da Terra Firme. Vol. 1. Florianópolis: Federação Catarinense de Cultura, 1982.

COSTA, Licurgo. **Um cambalacho político**: a verdade sobre o “acordo” de limites Paraná-Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense**: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. **A campanha do Contestado (as operações da Columna do Sul)**. V. 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1917.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: Ufs, 1986.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da mata atlântica. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. *In*: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub/Usp, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos naturais da Mata Atlântica. *In*: SIMÕES, Luciana Lopes; LINO, Clayton Ferreira. **Sustentável Mata Atlântica**: a exploração de seus recursos florestais. 2. Ed. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

EHLKE, Cyro. **A conquista do Planalto Catarinense (bandeirantes e tropeiros do “Sertão de Curitiba”)**. Rio de Janeiro: Laudes, 1973.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias do Brasil**: o caso Sadia. Chapecó: Grifos, 1999.

FALCÃO, Felipe. Dos corretos enganos e de outros desacertos: a presença portuguesa no Sul da América. *In*: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (Orgs.). **História de Santa Catarina**: séculos XVI a XIX. Florianópolis: Ufsc, 2004.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro, v. 2. 4. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.

FARIA, Izabel Mendonça *et al.* Vozes e imagens do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais. *In:* BRUMER, Anita, PINEIRO, Diego. (Orgs.). **Agricultura latino-americana: novos arranjos e velhas questões.** Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2005.

FELIPPE, Euclides. **O último jagunço:** folclore na história da Guerra do Contestado. Curitiba: Unc, 1995.

FELIPPE, Euclides. O caminho das tropas em Curitiba. *In:* **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul.** Porto Alegre: Edições EST, 2000.

FELISBINO, Pedro Aleixo; FELISBINO, Eliane. **Voz de caboclo.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

FERREIRA, Jurandy Pires (Org.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. Volume XXXII: Santa Catarina.

FREY, Willy. **Reflorestar é a solução.** Curitiba: Sépia Editora, 2003.

FREY, Willy. **Fraiburgo:** berço da maçã brasileira. 4. ed. Curitiba: Sépia Editora, 2004.

FREY, Willy. **Lá nos Frai.** Curitiba: Sépia Editora, 2005.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil:** política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HEINSFELD, Adelar. O sentido geopolítico-estratégico da colonização germânica no Vale do Rio do Peixe. *In:* HEINSFELD, Adelar. (Org.). **A região em perspectiva:** diferentes faces da história catarinense. Joaçaba: Unoesc, 2001.

HEINSFELD, Adelar. **A geopolítica de Rio Branco:** as fronteiras nacionais e o isolamento argentino. Joaçaba: Unoesc, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra:** história social da terra e da luta pela terra numa área da amazônia. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. Coleção Sociologia Brasileira, v. 3.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940)**. Série Regional, parte XIX – Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estado de Santa Catarina: censos econômicos**. Série Regional, v. XXVII, Tomo II. Rio de Janeiro: [s.n.], 1956.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Séries estatísticas retrospectivas**, v. II, tomo II. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- KLANOVICZ, Jó; NODARI, Eunice Sueli. **Das araucárias às macieiras: transformações da paisagem em Fraiburgo – Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2005.
- KLEIN, Roberto. **Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.
- LAGO, Paulo Fernando. **Gente da terra catarinense – desenvolvimento e educação ambiental**. Florianópolis: Ufsc/FCC/Lunardelli/Udesc, 1988.
- LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: História de Povos Invisíveis. *In*: BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- LEITE, Pedro Furtado; KLEIN, Roberto Miguel. Vegetação. *In*: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil: região Sul**. V. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- LINDMANN, Carl Axel Magnus. **A vegetação do Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1974.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. *In*: BRANCHER, Ana. (Org.). **História de Santa Catarina – Estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

LOPES, Gentila Porto. **Glória de pioneiros – vale do Rio do Peixe-SC**. 2. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1989.

LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos**. 2. ed. Florianópolis: Ufsc, 1999.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 2. Ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do império**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Unicamp, 2004.

MAMIGONIAN, Armen. Indústria. *In: Atlas de Santa Catarina*. Florianópolis: Gaplan, 1986.

MARCON, Frank. A escravidão em Lages: negros livres, libertos e escravos. *In: HEINSFELD, Adelar (Org.). A região em perspectiva: Diferentes faces da história catarinense*. Joaçaba: Unoesc, 2001.

MARQUETTI, Délcio; SILVA, Juraci Brandalize Lopes da. Cultura cabocla nas fronteiras do sul. *In: RADIN, José Carlos Radin; VALENTINI, Delmir José; ZARTH Paulo Afonso (Orgs.). História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Editora Pioneira, 1975. Coleção Pioneira de Ciências Sociais.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MATTOS, João Rodrigues. **O pinheiro brasileiro**. São Paulo: Grêmio Politécnico DLP, 1972.

McKEAN, Margaret A.; OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? *In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Orgs.). Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Nupaub/Usp, 2001.

- MELLO, João Baptista Ferreira de. A humanização da natureza – uma odisséia para a (re)conquista do paraíso. *In: MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzmann (org). Geografia e questão ambiental.* Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século:** um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974. Série Universidade, n. 2.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira.** Tomo III – O Brasil Republicano. Vol. 2 – Sociedade e instituições. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil Meridional – séculos XVI-XVII. *In: CUNHA, Manoela Carneiro da. (org). História dos índios no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- NASCIMENTO, Ederson; VALENTINI, Daiane. Regina; BRANDT, Marlon; SCHERMA, Ricardo. Alberto; TOMBINI, Larissa Hermes Thomas. **Atlas socioespacial do Oeste de Santa Catarina.** 2. ed. Curitiba: CRV, 2024.
- NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas:** práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.
- OLINGER, Glauco. **Siga este livro e crie suínos.** 3. Ed. Florianópolis: [s.l.], 1969.
- OLIVEIRA, S.C; CAMPOS, M. **Focalizando Curitibanos e Campos Novos.** São Paulo: [s. n.], 1957.
- PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Aspectos da população e da imigração no Estado de Santa Catarina. *In: SILVA, Jaldyr B. Faustino da; PIAZZA, Walter Fernando; LAGO, Paulo Fernando; SACHET, Celestino; PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Fundamentos da cultura catarinense.* Rio de Janeiro: Laudes, 1970.
- PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina.** Florianópolis: Ufsc/Fcc, 1991.
- PEREIRA, Raquel M. Fontes do A. Pereira. Gênese da formação social brasileira. *In: ANDRADE, Manuel Correia; FERNANDES,*

Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo (Orgs.). **O mundo que o português criou**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. Série Revisão, n. 1.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ufsc/Lunardelli, 1983.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *In*: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste catarinense: 10 anos do Ceom**. Chapecó: Unoesc, 1995.

PRADO JÚNIOR. Caio. **História econômica do Brasil**. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. *In*: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano. Vol. 1 – Estrutura de poder e economia (1889-1930). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981. Coleção Ensaios, n. 23.

RENK, Arlene Anélia. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

RENK, Arlene Anélia. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004.

RIBEIRO, Sylvio Wanick. **Desempenho do setor agrícola – década 1960/70**. Brasília: IPEA, 1973.

RODERJAN, Roselys Vellozo. **Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil meridional (séculos XVI a XIX)**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1992. Coleção Estante Paranista, n. 36.

RUCHEL, Ruy Rubem. Tropeirismo nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX. *In*: **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2000.

- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- SANTA CATARINA. **Indicador Agro-pecuário, industrial, comercial, bancário e postal-telegráfico**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1941.
- SANTA CATARINA. Governador Ivo Silveira. **Projeto de fruticultura de clima temperado**. Florianópolis, 1970.
- SANTOS, Silvio Coelho. **Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xoclog**. Florianópolis: Edeme, 1973.
- SCHMIDT, Vanice Dolores Bazzo. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. In: PAULILO, Maria Igenes Silveira; SCHMIDT, Wilson. (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003.
- SCHMIDT, Wilson. O setor madeireiro em Santa Catarina: formação e consolidação de um complexo agroindustrial. 1990. 258f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrário) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, Rio de Janeiro, 1990.
- SERRÃO, Joel. **Dicionário de história de Portugal**. Porto: Iniciativas Editoriais, 1965.
- SERPA, Élio Cantalício. **A Guerra do Contestado (1912-1916)**. Florianópolis: Ufsc, 1999. Coleção Rebento.
- SILVA, Claiton Márcio da; BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian. *et al.* (Orgs.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017.
- SILVA, Lígia Maria Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas: Unicamp, 1996.
- SILVA, Lígia Maria Osório. A apropriação territorial na Primeira República. In: SILVA, Sérgio; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). **História econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec/Associação Nacional de Pesquisadores em História Econômica/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

- SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. *In*: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano. Vol. 1 – Estrutura de poder e economia (1889-1930). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- STRAFORINI, Rafael. **No caminho das tropas**. Sorocaba: TCM, 2001.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.
- THOMÉ, Nilson. **Trem de ferro**: a ferrovia do Contestado. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.
- THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. Campinas: Unicamp, 2002a.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.
- VALENTINI, Delmir José. Tropeirismo regional: o singular tropeiro de suínos pelos caminhos históricos de Curitiba. *In*: **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2004.
- VALENTINI, Delmir José. O tropeirismo de suínos na região do Contestado e sua influência no incipiente processo agroindustrial. *In*: ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). **História faz história**: contribuições ao estudo da história regional. Concórdia: UnC, 2006.
- WERLANG, Alceu Antônio. **A colonização do Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2002. Oeste Catarinense Paradidáticos.

Fraiburgo: uso comum e apropriação privada da terra (décadas de 1920 a 1950) explora um período importante da história local, entre o final da Guerra do Contestado (1912-1916) e os primeiros anos da colonização e exploração madeireira, onde diferentes concepções de uso do espaço promoveram a gradual desestruturação de tradicionais formas de uso e acesso à terra praticadas pela população cabocla.

O livro conta com auxílio financeiro da Universidade Federal da Fronteira Sul, via Edital nº 73/GR/UFGS/2023, projeto PES-2023-0025

